



**Fundação Universidade Federal do Rio Grande  
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental  
Mestrado em Educação Ambiental**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM PESCADORES ARTESANAIS:  
UM CONVITE À PARTICIPAÇÃO**

**Maria Odete da Rosa Pereira**

**Rio Grande – RS**

2006



**Fundação Universidade Federal do Rio Grande  
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental  
Mestrado em Educação Ambiental**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM PESCADORES ARTESANAIS:  
UM CONVITE À PARTICIPAÇÃO**

**Maria Odete da Rosa Pereira**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental no Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental da Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

Orientador: **Prof. Dr. Jussemar Weiss Gonçalves**

Co-Orientador: **Prof. Dr. Aloísio Ruscheinsky**

**Rio Grande – RS**

2006

**Catlogação na Fonte**



Nunca estaremos perdidos, ao contrário, venceremos, se não tivermos  
desaprendido a aprender sempre.

Rosa Luxemburgo

Dedico este trabalho aos pescadores que lutam contra a maré para se manterem na atividade. Com especial carinho às lideranças de São José do Norte e Colônia Z3 de Pelotas, onde fiz alguns amigos e amigas.

Agradeço a CAPES pela oportunidade de desfrutar de uma bolsa nos passos iniciais deste trabalho e o apoio dos colegas do Ibama/RS que na continuidade compartilharam desta pequena construção. Em especial, agradeço o apoio carinhoso e intelectual do professor José Quintas, Coordenador Geral da Educação Ambiental no Ibama/Brasília .

## RESUMO

O presente trabalho propõe reflexão crítica sob o contexto em que se insere a pesca artesanal na região sul do estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente nos municípios do entorno do estuário da Lagoa dos Patos. Numa perspectiva de pesquisa participante, busca unir teoria e prática numa visão dialética da realidade histórica, usando como instrumental teórico a apreciação e a consideração da educação ambiental transformadora e da teoria crítica.

Através de encontros e visitas nas comunidades pesqueiras da região, o trabalho constitui-se na interação entre pesquisa e pescadores a fim de elencar elementos básicos para o subsídio de uma política de Educação Ambiental com pescadores artesanais. Considero que a trajetória nos movimentos sociais populares, as atividades dentro do movimento ambientalista e a oportunidade de atuar como profissional no Ibama/RS foi de suma importância na abordagem da temática.

A observação participante no Fórum da Lagoa dos Patos me permitiu analisar aspectos cognitivos que se inserem nas ações de uma instância que objetiva compartilhar responsabilidades com o Estado no regramento e no uso dos recursos pesqueiros da região. As condições e possibilidades de viabilizar tais mecanismos de participação (Fóruns) dependem das vicissitudes do contexto político e da conjugação das forças sociais que se aglutinam em torno e disputam a representatividade.

Na construção de uma ferramenta metodológica, torna-se relevante a base no contexto histórico da pesca e nas relações criadas pelo sistema capitalista. Este que expropria o pescador de si mesmo e da natureza através do trabalho alienado na pesca, gerando incertezas advindas da crescente poluição das águas e um conseqüente declínio do recurso pesqueiro, bem como um conflito com as inovações tecnológicas.

Concluindo, este trabalho aponta para uma educação libertadora e transformadora como suporte para a gestão compartilhada do uso dos recursos pesqueiros, assim como uma peça fundamental na construção de condições para a sustentabilidade ambiental na pesca. Além disso, supõe que não é possível construir uma proposta de educação ambiental sem promover uma profunda reflexão diante das condições econômicas que permeiam as relações sociais e culturais dos

pescadores artesanais, tornando-os cada vez mais um produto da sociedade capitalista atual que tudo transforma em mercadoria, inclusive as espécies pescadas que hoje recebem a denominação de recursos pesqueiros.

**Palavras Chaves: Educação Ambiental, Participação, Políticas Públicas**

## ABSTRACT

This study proposes a critical reflection on the context of artisanal fisheries in the south region of Rio Grande do Sul State, especially in the municipalities around the estuary of *Patos* Lagoon. From the perspective of a participatory research, it aims at linking theory and practice in a dialectic vision of historical reality, using the appreciation and consideration of both transformative environmental education and critical theory as a theoretical instrument.

Through visits and meetings with the fishing communities of the region, the project consists of an interaction between research and fishermen in order to link basic elements for the assistance of an environmental education politics regarding these communities. I consider that the trajectory within popular social movements and environmental movement, as well as the opportunity of working as a professional at IBAMA/RS, were absolutely relevant for the choice of the theme.

The participating observation in Forum of the estuary of *Patos* Lagoon – *Fórum da Lagoa dos Patos* – enabled me to analyze cognitive aspects which are inserted in the actions of an instance aimed at sharing responsibilities with the State regarding the regulation and use of fishing resources in the region. The conditions and possibilities of making these mechanisms of participation – *Fóruns* – feasible depend on the vicissitudes of the political context and also on the arrangement of social forces which surround and compete for representation.

Towards the construction of the methodological tool, it has become relevant the basis within the historical context of fishing and the relationship created by capitalist system, which expropriates fishing communities from themselves and from nature through alienated fishing work, generating uncertainties from the increasing water pollution and the consequent decrease in the fishing resource, as well as a conflict with technological innovations.

In sum, this study signals to libertarian and transformative education as support for shared management of the use of fishing resources, as well as a fundamental tool in the construction of conditions for the environmental sustainability in fishing. Besides, this study presupposes that it is not possible to build an environmental education proposal without promoting deep reflection on the economic

conditions that surround social and cultural relations among artisanal fishermen and fisherwomen, transforming them into a product of contemporary capitalist society, which commodifies everything, including fished species that today are termed fishing resources.

**Key Words:** Environmental education, participation, public policies.

## SUMARIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PRÁTICA SOCIAL COM PESCADORES ARTESANAIS.....</b>	<b>22</b>
1.1. CONTEXTO HISTÓRICO DA PESCA.....	22
1.2. AS INTER-RELAÇÕES DA PESCA COM AS POLÍTICAS DE MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....	24
1.3. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL TRANSFORMADORA APLICADA AOS ATORES SOCIAIS DA LAGOA DOS PATOS .....	27
1.4. A QUESTÃO DA INTER E TRANSDISCIPLINARIDADE .....	33
1.5. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS ATORES .....	37
1.6. PARTICIPAÇÃO: DIMENSÕES EXPLÍCITAS E OCULTAS .....	38
1.7. A CULTURA DO PESCADOR ARTESANAL E AS INFLUÊNCIAS NA SUA PARTICIPAÇÃO .....	43
1.8. A CULTURA POLÍTICA E O ASSOCIATIVISMO COMO MEDIADORES DO PROCESSO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	45
1.9. A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA CRÍTICA NO CONTEXTO DA PESCA ARTESANAL.....	48
<b>2. PERCURSOS DA INVESTIGAÇÃO: EDUCAÇÃO AMBIENTAL JUNTO AOS PESCADORES .....</b>	<b>59</b>
2.1. UM POUCO DE METODOLOGIA DA PESQUISA.....	59
2.2. MATERIAL DA PESQUISA: RELATO DAS OFICINAS .....	64
2.2.1. 1ª OFICINA – COLÔNIA DE PESCADORES Z 3 – PELOTAS.....	67
2.2.2. 2ªOFICINA COLÔNIA DE PESCADORES Z 3 – PELOTAS –.....	70
2.2.3. 3ªOFICINA COLÔNIA DE PESCADORES Z 3 – PELOTAS –.....	74
2.2.4. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS OFICINAS NA COLÔNIA Z 3 .....	80
2.2.5. RELATO DA OFICINA Z 1 (RIO GRANDE) .....	83
2.2.6. RELATO VISITAS COLÔNIA Z 2 .....	86
2.2.7. RELATO DE SÃO LOURENÇO DO SUL .....	91
2.2.8. RELATO DA EXPERIÊNCIA - (Rio Grande) .....	92
2.2.9. ALGUMAS REFLEXÕES CONCLUSIVAS DESTE CAPÍTULO.....	97
<b>3. QUESTÕES BÁSICAS DA GESTÃO COMPARTILHADA .....</b>	<b>107</b>
3.1. A EXPERIÊNCIA COMO GESTORA PÚBLICA E MEDIADORA .....	111
3.2. UM CONFLITO QUE DENOTA A SITUAÇÃO DE EXPROPRIAÇÃO .	128

<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>139</b>
<b>5. BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>146</b>
<b>6. ANEXOS.....</b>	<b>150</b>



## INTRODUÇÃO



“O essencial não é o que foi feito  
do homem, mas o que ele faz  
daquilo que fizeram dele.”

Sartre

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho nasce como consequência da práxis, isto é, de múltiplas ações e reflexões desenvolvidas na vida profissional, social e acadêmica. Nesse sentido, cito um estudo recente realizado para conclusão do curso de pós-graduação, especialização em Educação Brasileira na Fundação Universidade do Rio Grande (Pereira, 2005). Tal estudo serviu para instigar a proposta que agora é apresentada e desenvolvida. Naquela ocasião se punha o desafio de compreender os aspectos educativos que permeavam as ações existentes no espaço organizado do Fórum da Lagoa dos Patos. As relações e inter-relações decorrentes do espaço democrático e da tomada de decisão compartilhada foram o foco daquele trabalho, intitulado *Representações e práticas de educação ambiental no Fórum da Lagoa dos Patos* (monografia, FURG).

Órgão colegiado de função cooperativa ao setor pesqueiro nos aspectos político, econômico e jurídico, o Fórum da Lagoa dos Patos é composto por entidades e representantes da sociedade civil organizada e poder público dos municípios da região Sul do estado. Busquei, através daquele trabalho, apontar elementos educativos que perpassam essa forma de organização. A idéia seria compreender de que modo as representações dos atores sociais, quanto à preservação ambiental, sustentabilidade e educação, transformam-se através da participação em uma instância deliberativa. O exercício da cidadania vivida nesse contexto coloca os atores numa posição de responsabilidade para tomar decisões sobre seus interesses como questões coletivas. Esses encaminhamentos, algumas vezes, transformam-se em políticas públicas, através de acordos e consensos construídos nesse espaço organizado. O que significa essa ação na vida dos atores envolvidos? A reflexão seguiu nesse sentido.

Além desse trabalho, e bem anterior a ele, durante o curso de pedagogia, participei de uma pesquisa que teve seus resultados publicados na

Revista Ambiente&Educação (CALLONI, 1997). Já naquela época me inquietava a situação de comunidades pesqueiras que se localizam na periferia do município do Rio Grande, bem como a sua relação com a educação. Nesse período, a investigação estava direcionada ao ensino formal, à escola. O trabalho intitulava-se *A implicação da ecologia no ensino aprendizagem nas escolas de ensino fundamental do município do Rio Grande*. Naquela época ainda tínhamos uma visão de “ecologia” para tratar os temas ambientais, portanto da relação entre os seres vivos, como ecossistema. A literatura então consultada, mesmo que restrita em relação ao montante existente, já apontava que os problemas ambientais ultrapassavam em muito a esfera setorial para serem vistos apenas como problemas só de ecologistas. Leonardo Boff escrevia sobre esse tema nessa ocasião, tecendo considerações sobre os nexos entre sociedade e natureza, entre atividade humana produtiva e cuidado com os bens naturais.

Sendo assim, posso dizer que foram muitos os motivos que impulsionaram este tema de pesquisa, sendo que um deles foi a trajetória como ativista social. Na década de 80, em meio ao fervilhar de reivindicações e ações coletivas, comecei junto às pastorais sociais movidas pela Teologia da Libertação, que se voltavam para lutas por água e luz, infra-estrutura, saneamento, habitação, gênero, saúde, entre outros aspectos. Isso aos poucos vêm constituindo o embasamento do que mais tarde transformou-se em luta em favor do meio ambiente. Apesar de, naquela época, em nossa compreensão, esses problemas de falta de qualidade de vida não estarem integrados com problemas ambientais, isso logo foi se estabelecendo, numa relação dialética com o movimento mundial (conferências e seminários).

De acordo com Loureiro (2004), o grande mérito do I Seminário Internacional de Educação Ambiental que se realizou em Belgrado em 1975 foi:

“...reforçar uma nova ética global e ecológica vinculada aos processos de erradicação de problemas como fome, miséria, analfabetismo, poluição, degradação dos bens naturais e exploração humana, por meio de um novo modelo de desenvolvimento e do entendimento que tais problemas estão estruturalmente relacionados” (p.70).

Os movimentos globais contribuíram conosco, mesmo que imperceptivelmente, através das relações com os atores sociais envolvidos, movimento sindical, pastorais, movimentos populares e universidades. Por outro lado, o pensar global sofreu influências das práticas sociais locais. A partir do fôlego mobilizador e da compreensão de que o exercício da política é inevitável, veio a seguir a necessidade da militância política de esquerda, culminando com o despertar das lidas partidárias, das organizações ambientais, sendo que em todas essas afluía o que denominamos de consciência ambiental.

Em consequência dessa atuação, fui impulsionada à área de educação ambiental principalmente aos processos de educação não formal e informal. Na prática já desenvolvia processos pedagógicos e metodologias com comunidades (mulheres, homens e crianças), onde a questão social e a questão ambiental entraram em progressiva simbiose. No desenvolvimento do curso de pedagogia percebi com mais clareza os processos educativos com uma abrangência além do ensino formal. Quando comecei a militar nas organizações ambientais (ONGs) constatei que também envolvia muito fortemente o ensino e aprendizagem, embora esse fosse um dentre os fatores da realidade que queríamos mudar.

O trabalho que tive oportunidade de desenvolver foi basicamente educação ambiental crítica e libertadora junto às comunidades menos favorecidas. Num dado momento histórico, trabalhei no MOVA - Movimento de Alfabetização de Adultos, no estado do Rio Grande do Sul, de 1999 a 2002 (governo Olívio Dutra, Frente Popular). Tive o privilégio de ter trabalhado nos últimos dois anos (2000-2002) como animadora popular do MOVA no município do Rio Grande.

No período que trabalhei como animadora do MOVA, me chamou atenção a situação das comunidades de pescadores, algumas situadas no interior do município, demonstrando condições de vida aparentemente precárias. Recordo-me, ainda, de uma visita que fiz a uma dessas comunidades, entre outras imagens a impressão nada convencional de observar meninas de 16 ou 17 anos com uma aparência de 30 ou mais. Não possuíam documentos, não sabiam ler nem escrever e estavam sob o domínio

de uma liderança local que as mantinha sob sua guarda (poder econômico maior). Esse fato ocorreu pouco antes de encerrar o governo e o MOVA, portanto não conseguimos desenvolver um trabalho mais elaborado na região, apenas alguns encontros que efetivamente não conseguiram suscitar alternativas.

Poderíamos nos perguntar o que isso tem a ver com a problemática ambiental e com as propostas de Educação ambiental. Digo que encontraremos pontos comuns no sistema atual da organização social e econômica, que causam tanto a degradação humana quanto a degradação ambiental, ainda mais que ambos estão em busca de melhores relações entre si. De acordo com Loureiro (2004):

A Educação ambiental Transformadora é aquela que possui um conteúdo emancipatório, em que a dialética entre forma e conteúdo se realiza de tal maneira que as alterações da atividade humana, vinculadas ao fazer educativo, impliquem mudanças individuais e coletivas, locais e globais, estruturais e conjunturais, econômicas e culturais (p.89).

Dando continuidade à atuação, militei no movimento sócioambiental, sempre voltado a denúncias e propostas de construção de políticas públicas através de representações em conselhos municipais, comitês e fóruns. Participei, por conta dessa atuação, das conferências estaduais de meio ambiente (CONFEMAS), que proporcionaram alargar o olhar local para questões em debate por entidades e movimentos no âmbito estadual. Nesse espaço houve com certeza oportunidade de discutir políticas para as diversas áreas que se articulam em torno das questões ambientais. Isto é, espaço urbano, arborização, resíduos domésticos, resíduos de saúde, industriais, e infinitos temas ligados à gestão de ambiente. A tarefa ou o papel assimilado de Educadora, permeado de subjetividade, estabelece não uma dissociação, mas um vínculo quase intrínseco com essa realidade, suscitando o desafio que se apresenta pelo seguinte dilema: de que forma se comunicar? Qual metodologia (embasada em que visão de mundo) usar para que as pessoas, os grupos sociais, a sociedade, se apropriem desse saber ambiental, desse fazer

o bem a si e ao ambiente, de costurar o nexos entre produção com qualidade de vida e preservação de recursos?

No ano de 2004 comecei a cursar o Mestrado de Educação Ambiental e logo depois surgiu o convite para trabalhar no Escritório Regional do Ibama, com sede em Rio Grande. Um dos fatores que me levou a aceitar esse trabalho foi exatamente a oportunidade de trabalhar e conhecer melhor as comunidades de pescadores e pescadoras, seus anseios, dilemas, dificuldades, esperanças e contradições.

Por fim, penso ter apontado ao leitor, pelos delineamentos acima, o percurso através do qual encontrei motivação para a construção desta proposta de pesquisa em educação ambiental. A intenção foi construí-la coletivamente, apesar de entender que não deixo de produzir algo com as características intelectuais pessoais. Isto quer dizer que o autor, ao tratar de uma temática com ênfase coletiva, não se pretende anular nem se privar de responsabilidade pelo empreendimento. Muito pelo contrário, num empreendimento coletivo desta envergadura, a idéia é de comprometimento com os outros participantes do processo. É a compreensão de uma cumplicidade explícita gerada na solidariedade e na utopia de uma sociedade melhor.

No primeiro capítulo, busco desenhar o cenário da pesca artesanal (profissional) da região onde desenvolvo o trabalho e a história da pesca, que se confunde e se imbrica com a própria história do Brasil e da formação do Estado brasileiro. Por outro lado, insiro prévias questões teóricas, que embasam a análise das relações sociais e dos processos educativos. Isto é, procuro refletir sobre os diferentes saberes que permeiam os atores, como também as representações sociais dos pescadores. Procuro ressaltar nesse capítulo as bases da análise (referencial teórico), mais especificamente ao que vou me ater durante a pesquisa nas comunidades pesqueiras e na relação que estabeleço com os pescadores.

No segundo capítulo, é abordado o material de pesquisa, o relato das oficinas, as falas dos atores que fazem parte dos trabalhos de grupos e compõem as conclusões dos mesmos. Nesse capítulo fica expressa também a

metodologia utilizada permeada por considerações, reflexões e conexões com os autores que acompanharam e nortearam a trajetória do trabalho realizado.

No terceiro capítulo, apresento a proposta que está sendo construída no Ibama, em conjunto com as comunidades atingidas pelo que se denomina “Gestão Compartilhada do Uso dos Recursos pesqueiros”. No caso do estuário, a proposta é que se chame “Gestão Compartilhada do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros na região estuarina Patos/Mirim”. Nesse sentido, o capítulo contém também o relato da experiência como gestora e mediadora, conectando com as interrogações e reflexões da proposta de pesquisa.

Por fim, no quarto e último capítulo, aponto conclusões que são “conectividades”, parafraseando Carlos Brandão (2003), que nos convida a substituir o desenvolvimento de habilidades por conectividades, o expectador pelo cidadão, a submissão pela participação. Foi o que se buscou durante o desenvolvimento do trabalho, juntar a realidade da pesca, a Educação Ambiental, a história da humanidade, os clássicos da revolução e as idéias de Marx. Tudo isso fez parte do todo que permitiu a reflexão e a formulação de algumas idéias chave no intuito de contribuir para construção de uma política pública que parta da organização das comunidades pesqueiras e se empenhe firmemente para garantir sua sustentabilidade.

No início da investigação foram estabelecidos alguns marcos balizadores que acompanharam e delinearam os rumos. Os objetivos que desafiaram a pesquisa podem ser sucintamente expressos assim:

- Des-velar as relações existentes na categoria de pescadores artesanais que denunciam a articulação da pesca com a produção capitalista;
- Apontar elementos constitutivos de uma educação ambiental favoráveis à manutenção das comunidades de pescadores artesanais no estuário da Lagoa dos patos;
- Refletir sobre a construção de uma prática pedagógica de educação ambiental a partir da lógica da mediação entre saberes;
- Buscar os processos educativos que se dão na participação atual dos pescadores artesanais no Fórum da Lagoa dos Patos.

Considerando o que foi dito até aqui, sobre um nexos a ser estabelecido entre participação, Educação Ambiental e práticas sociais, a questão de pesquisa se apresenta na seguinte formulação:

- Que concepção pedagógica deve permear os processos de construção dos temas estruturantes de uma Educação Ambiental constituída no âmbito da pesca artesanal, mais especificamente no entorno da Lagoa dos Patos? Qual o papel dos diferentes sujeitos nesta construção?

Para a pesquisa que agora apresento como resultado de esforços investigativos, começo falando de como se dá minha participação, que relação procuro estabelecer com a realidade da pesca artesanal e, por fim, como concebo essa prática. De acordo com Brandão (2003), a idéia de que a ciência nunca é neutra e nem objetiva é um dos pontos de partida da pesquisa participante. Isso significa que a confiabilidade de uma ciência não está tanto no rigor positivo de seu pensamento quanto na construção coletiva do pensamento crítico, justo e criativo. Sendo assim, o critério que busco, para avaliar qualitativamente minha atuação como pesquisadora, é o quanto estou conseguindo estabelecer conexões da prática com a teoria e de que forma isso é construído.

Conforme vou agindo e desvelando a realidade da pesca artesanal exercida na Lagoa dos Patos, vou me constituindo como ser pensante e reflexivo, assim como vou construindo minha visão do pescador artesanal. E como isso não é realizado isoladamente e sim na práxis, vai também influenciando a visão que o próprio pescador tem de si e da pesquisa científica.

A proposta da pesquisa participante não é que os atores sociais, homens e mulheres dos movimentos populares sejam apenas coadjuvantes na execução da pesquisa. Pelo contrário, eles determinam e são determinados pelas ações que envolvem a pesquisa. Sendo assim, estamos num movimento dialético que tem uma utopia baseada na ferramenta teórica e no acúmulo histórico vivido até aqui e, ao mesmo tempo, age de acordo com suas possibilidades atuais.



## EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PRÁTICA SOCIAL COM PESCADORES ARTESANAIS



“Aqui vive um povo que é mar e que é rio  
E seu destino é um dia se juntar.”

Milton Nascimento & Fernando Brant

## **1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PRÁTICA SOCIAL COM PESCADORES ARTESANAIS**

### **1.1. CONTEXTO HISTÓRICO DA PESCA**

No final do século XIX, inúmeros pescadores artesanais tinham-se tornado verdadeiros proletários do convés, trabalhando 16 horas por dia em condições duríssimas no Mar do Norte (Diegues, 1995, p. 85).

Algumas informações deste capítulo são baseadas em documentos fornecidos pela coordenação do Fórum da Lagoa dos Patos. Considerarei interessante tal apropriação, pois é uma realidade acumulada em seminários e encontros. Outras informações são fornecidas pelo trabalho de Reis (2005), assim como por outros autores, entre eles Diegues (1995).

A inserção da produção pesqueira na economia mundial deu-se a partir das guildas do Mar do Norte (Herubel, 1928; Boyer, 1967, citados por Diegues, 1995, p.53), como também a intensificação da pesca transoceânica realizada por barcos e companhias comerciais européias no Canadá. Contudo, em relação aos outros setores da produção industrial (segunda metade do séc. XIX), a mecanização da pesca e o surgimento das empresas capitalistas na Europa deram-se com atraso (Diegues, 1995 p. 53).

A história dos pescadores artesanais e as relações com a indústria acompanham a evolução do capitalismo e suas contradições. Segundo Diegues (1995), as empresas de pesca se verticalizaram, integrando os setores de captura, comercialização e beneficiamento de pescado, e surgindo inclusive, como resultado da globalização da economia, as empresas multinacionais do setor (p.53).

A pesca extrativista na região Sul do Brasil teve suas origens nos municípios de São José do Norte e Rio Grande através de imigrantes portugueses, tornando a atividade uma tradição até os dias de hoje (contribuição da pastoral do pescador – região sul). As razões para a escolha desta região foram, primeiramente, a existência de um grande estuário, no

caso a Lagoa dos Patos, considerado um dos maiores criadouros naturais do mundo, e em segundo lugar, os prolíferos pesqueiros ocorrentes ao largo do atlântico sul.

No Brasil, a extração de pescados era uma atividade rotineira para os povos indígenas que habitavam o litoral antes da chegada dos portugueses no séc. XVI. Essa atividade pode ser evidenciada pela presença de sambaquis ao longo do litoral brasileiro, que continham restos calcários de moluscos, mostrando assim, que esses povos já se alimentavam de recursos pesqueiros há milhares de anos. Utilizavam apetrechos rudimentares de pesca, como ganchos feitos de ossos, pequenas redes de fibras naturais, pequenos barcos e jangadas (Diegues, 2002 citado por Reis, 2005).

Estas condições amplamente favoráveis tornaram a região representativa no nível de produção nacional, alcançando índices de até 10% da pesca nacional (dados do Fórum da Lagoa).

Este pioneirismo na pesca brasileira ocorreu em dois seguimentos de captura amplamente representativos, conhecidos como pesca industrial e pesca artesanal, muito embora esta última tenha perdido, durante o transcorrer dos anos, os seus princípios de definição como arte pesqueira de sobrevivência, passando a executar a pesca comercial de pequena magnitude, operando como autêntico micro, mini e médio produtor, segundo a compreensão do Fórum da Lagoa dos Patos.

A ascensão da atividade na região fez com que houvesse uma difusão de artes de pesca, comprometendo o esforço sobre estoques bem como a diminuição de produção, com a ampliação da utilização de equipamentos predatórios e captura em locais de criadouros em ambos ambientes (estuarinos e oceânico), dizimação executada pela pesca industrial que afetou a pesca artesanal.

A pesca no litoral sul pode ser dividida em dois momentos históricos, o primeiro com a vinda dos imigrantes portugueses, que formaram as primeiras parselhas de pesca e as primeiras fábricas no final do século

XIX e, o outro, na década de 60 com os incentivos fiscais do governo brasileiro à pesca industrial (Reis, 2005).

Este comprometimento em relação à manutenção das espécies fez com que produções substanciais como a da Lagoa dos Patos, que segundo o Fórum já representou 45 000 (quarenta e cinco mil toneladas), caíssem hoje para quantidades inferiores a 15 000 (quinze mil toneladas), com o desaparecimento das safras tradicionais, sustentáculos econômicos da região.

Depois de 1947, as empresas e os armadores, passaram a contratar mestres e embarcações estrangeiras com o intuito de expandirem seu volume de captura, dando assim um incremento substancial ao volume capturado e processado por elas (Reis, 2005).

Ainda :

Nesta mesma década, observa-se mais um grande movimento migratório para a região, com a vinda dos pescadores catarinenses, que vêm pescar durante as principais safras no estuário, como a da tainha e a do camarão. Assim, as parselhas, de origem portuguesa, começam a se desestruturar e iniciam uma reorganização com os pescadores catarinenses com parselhas menores em maior número ( Reis, 2005).

Segundo avaliação do próprio movimento de pescadores artesanais da região, expresso nos seminários ocorridos em 2002, a importância econômica na geração de divisas aos municípios do litoral e de áreas contínuas à Lagoa dos Patos está a merecer uma atenção especial que propicie resultados satisfatórios ao equilíbrio da situação pesqueira. O desafio é buscar alternativas e soluções ao conjunto de problemas existentes na pesca, através de políticas ao setor, para que esta possa continuar sendo uma possibilidade econômica e ambientalmente sustentável para a população local.

## **1.2. AS INTER-RELAÇÕES DA PESCA COM AS POLÍTICAS DE MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Quanto às inter-relações com as políticas de Meio Ambiente, os municípios da região de abrangência do Fórum da Lagoa dos Patos já contam com conselhos municipais (COMDEMAs), Fóruns e comitês, assim como

ações de educação ambiental de vários segmentos tais como universidades, coordenadorias de educação, secretarias municipais de educação e de meio ambiente, Museu Oceanográfico (no caso de Rio Grande), órgãos estaduais como FEPAM, CORSAN, CEEE, e órgãos federais como a Capitania dos Portos, Marinha do Brasil e Ibama. Além desses, também contam com organizações e diversas associações da sociedade civil.

A longa trajetória que desenvolvi nestes conselhos e fóruns, me fez perceber que existe um grande distanciamento dos Planos Nacionais às políticas locais. Os próprios dirigentes municipais desconhecem tais planos. Mesmo a competência na área ambiental é confusa, pois se sobrepõem às esferas (municipais, estaduais e federais). O sistema de gestão ambiental (SISNAMA<sup>1</sup>- Sistema Nacional de Meio Ambiente) não está apreendido pela maioria da sociedade. Nesse sentido, acredito que se torna fundamental o papel dos educadores ambientais.

Além da desarticulação com planos de política nacional como PNEA<sup>2</sup> (Plano Nacional de Educação Ambiental) e PRONEA<sup>3</sup> (Programa Nacional de Educação Ambiental), percebo que não estão articulados com a questão da pesca e dos pescadores locais, além de seus problemas internos, de implantação do próprio sistema onde está implantado.

---

<sup>1</sup> Surge a partir da Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, o SISNAMA e o CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente).

<sup>2</sup> Política Nacional de Educação Ambiental, elaborado pelo MMA/IBAMA e MEC. Os princípios orientadores para esse documento eram a participação, a descentralização, o reconhecimento da pluralidade e diversidade cultural e a interdisciplinaridade.

<sup>3</sup> PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - ProNEA ( A sigla PRONEA é referente ao Programa instituído em 1994, enquanto que a sigla ProNEA refere-se ao Programa instituído em 1999).

Em dezembro de 1994 foi criado pela presidência da república o Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA, em função da Constituição Federal de 1988 e dos compromissos internacionais assumidos com a Conferência do Rio, compartilhados pelo então Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e pelo Ministério da Educação e do Desporto, com a parceria do Ministério da Cultura e do Ministério da Ciência e Tecnologia. O PRONEA foi executado pela Coordenação de Educação Ambiental do MEC e pelos setores correspondentes do MMA/IBAMA, responsáveis pelas ações voltadas respectivamente ao sistema de ensino e à gestão ambiental, embora também tenha envolvido em sua execução, outras entidades públicas e privadas do país.

Salvo alguns trabalhos das universidades, não se vê grandes preocupações com as questões que dizem respeito à pesca, mesmo nas regiões costeiras. Isto do ponto de vista da política pública e do sistema. Chama atenção que nem mesmo nos municípios de abrangência do Fórum da Lagoa dos Patos os pescadores estão representados, nos Conselhos de Meio Ambiente. É como se eles não fizessem parte da realidade de abrangência da área ambiental. Essa dicotomia no diagnóstico traz maiores limitações a uma categoria social que vem sendo historicamente fragilizada no modelo atual.

Nos Conselhos de educação, os limites são ainda maiores. Os sujeitos da educação formal não costumam dialogar com a gestão ambiental, mesmo que em nível nacional a proposta seja de compartilhamento. Nos municípios do interior, chegam a desconhecer totalmente a Política Nacional de Meio Ambiente, o qual cria um órgão gestor onde se envolvem os Ministérios de Educação e de Meio Ambiente. Somando-se a essa realidade, a pesca e as comunidades pesqueiras não tem sido uma preocupação da política pública local. Além disso, tão pouco há preocupação no que tange à educação ambiental aliada à gestão e ou numa concepção transformadora.

Apesar dos municípios fazerem parte da região costeira e terem na pesca uma atividade com características culturais, bem como paisagens lindíssimas, não possuem expressão nas políticas locais. Uma cogitação possível é que esse grande universo de famílias que vivem da pesca artesanal não determina a economia do mercado diretamente, e se torna sem importância para o modo de produção capitalista. De qualquer forma, penso que mesmo para quem não está interessado em mudar a organização atual da sociedade, seria interessante preservar as características locais e regionais. Essa falta de visão denota o quanto é incompetente e ineficiente este modelo de sociedade que não se importa com a degradação social nem ambiental, causando por fim sua própria degradação.

Já com relação a Educação Ambiental, geralmente, quando se pensa algo voltado à pesca, pensa-se logo em “educar o pescador”. Além do método equivocado, não apresenta propostas dirigidas à comunidade local em geral, no sentido de prepará-los para conviver e preservar os pescadores artesanais da região e reconhecê-los como uma riqueza cultural que precisa ser

respeitada e cuidada na sua especificidade e fragilidade. Por exemplo, os estudantes do ensino médio em qualquer dos municípios do entorno do estuário desconhecem espécies como o siri azul (a fêmea ovada que muitas vezes é pescada, causando o comprometimento da espécie) e o próprio camarão rosa que é uma das nossas riquezas. Esses saberes são pouco explorados pelo ensino formal, o que denuncia um distanciamento das escolas e das comunidades de pescadores.

Acredito que o desafio é vencer essa lacuna que existe entre pesca artesanal, políticas de meio ambiente e educação ambiental (formal e não-formal), articulando os diferentes conhecimentos do pescador e do acúmulo histórico da humanidade, através da educação formal e dos movimentos sociais, ambientais e populares, que se organizam para lutar por melhores condições de vida e contra as armadilhas do sistema capitalista.

Este trabalho busca aprofundar de que forma se relacionam tais sujeitos entre si, suas representações, práticas sociais e interfaces políticas. Também, como se situam no contexto da política nacional e do PRONEA. Ao mesmo tempo, propõe caminhos e metodologias consoantes com o acúmulo histórico que se tem em torno da Educação Ambiental em nível global (mundial) para a construção dialógica e dialética de políticas municipais de educação ambiental articuladas com a pesca artesanal, buscando uma participação efetiva dos sujeitos envolvidos nesta realidade.

### **1.3. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL TRANSFORMADORA APLICADA AOS ATORES SOCIAIS DA LAGOA DOS PATOS**

A educação ambiental, embora nem tão recente em nível mundial, com suas conferências, ainda é um debate que merece muita reflexão e melhor ainda se for embasada na *práxis*, isto é, na prática social sendo o ponto de partida para a construção e entendimento dos conceitos.

A trajetória de alguns de nós em movimentos populares, com forte participação na década de 80 do século passado, nos dá em tese, condições

de encarar as propostas de educação ambiental de lugar privilegiado na história. As abordagens teóricas de Paulo Freire, em particular a sua Pedagogia do Oprimido (1982), sendo um marco na educação brasileira. Por certo, ninguém melhor que Paulo Freire demonstrou tão categoricamente a falta ou a impossibilidade de neutralidade na educação. O mesmo se aplica à educação ambiental, na medida em que os desafios postos requerem que ela esteja posicionada no seio dos conflitos da sociedade.

Ao longo da história, vamos evoluindo nossas práticas e conceitos aplicadas a área onde desenvolvemos atividades políticas e pedagógicas. Assim, quando tratamos de uma educação ambiental aliada à gestão, pode-se afirmar que José Quintas e a equipe da CGEAM (Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ibama) têm aliado-se aos pressuposto de Freire e contribuído conosco no desenvolvimento de uma proposta para a gestão pública dos recursos naturais e para os conflitos de uso, através do material “Como o Ibama Exerce” (QUINTAS 2002), colocando muito apropriadamente o papel do estado como mediador.

Paulo Freire muito falou e praticou uma educação comprometida, banindo do seu horizonte educativo a neutralidade. Também superou o ensino como depósito de conhecimento e a transmissão de conteúdos. Tudo isso parece já consenso entre nós. Porém, talvez por conta de nossa própria formação, ainda reproduzimos alguns desses conceitos que condenamos. Às vezes, não avaliamos com seriedade por que as coisas não dão certo no cotidiano das comunidades. E, muitas vezes, por conta de uma metodologia imprópria para a mediação que se almeja realizar, insistimos nesse problema.

Nos projetos desenvolvidos no município do Rio Grande, junto aos pescadores, percebo que estes raramente têm pedagogas ou educadoras envolvidas. Existem profissionais de áreas múltiplas, mas poucos ou nenhum da área de humanas. Além disso, são projetos com financiamentos significativos, na maioria das vezes.

Essas são reflexões críticas que precisamos fazer, a partir de uma análise dos resultados. Temos um Mestrado de Educação Ambiental numa universidade federal e isso deverá, a meu ver, influenciar as práticas regionais e locais.

De acordo Quintas (2002), a prática da educação ambiental para a gestão, exige que o educador tenha amplo conhecimento sobre as questões ambientais e a cultura local, incluindo os sistemas de gestão:

Capacidade tanto para desenvolver ações educativas com grupos culturalmente diferenciados, quanto para mediar situações conflituosas que envolvem interesses de vários atores sociais na disputa pelo controle e uso de recursos ambientais (Quintas, 2002, p.20).

Um problema concreto que enfrentamos é que os profissionais formados pelo sistema educacional não saem da academia ou da escola técnica preparados para a resolução de problemas complexos ligados a gestão. Isto é, são deficiências do sistema formal de educação que podemos comprovar desde o ensino fundamental. É comum conversarmos com pescadores que, no discurso, deixam claro a dicotomia do “estudo” com sua vida cotidiana. Normalmente ouve-se que quer ver o filho ou a filha estudar para não ser um pescador como ele/a. Não se ouve que o filho deverá estudar para melhorar a atividade da pesca, por exemplo, e, dessa forma, ter melhores condições de vida. Outra situação que acontece, com freqüência, é quando o filho quer continuar a atividade dos pais, então ele abandona a escola pois acha totalmente inútil estudar para ser pescador.

De acordo com Quintas (2002), na sua proposta de curso de introdução à gestão, apesar de aparecer na Constituição Federal (1988, art 225 p. 1º), o meio ambiente equilibrado como direito de todos, na vida prática, o processo de apropriação e o uso dos recursos ambientais não acontecem de forma tranqüila:

Há interesses e conflitos (potenciais ou explícitos) entre atores sociais, que atuam de alguma forma sobre os meios físico-natural e construído, visando ao seu controle ou a sua proteção (Quintas, 2002, p. 29).

Percebo, ainda, ao trabalhar com profissionais de outras áreas, bons técnicos, com grande conhecimento nas suas especialidades, no entanto, totalmente despreparados para o diálogo entre saberes ao lidar com processos educativos nos grupos sociais. Não raro, o doutor ou a doutora passou alguns anos fora do país cursando sua especificidade e desconhece nossos processos políticos e culturais locais. Cheguei a pensar que este tipo de problema estaria

ultrapassado, mas ainda há pouco tempo deparei-me com uma situação semelhante. O próprio pesquisador/ator fica frustrado e causa também um retrocesso no grupo social, pois, sempre que erramos na estratégia, causamos uma desesperança e uma desconfiança por parte das pessoas envolvidas. É certo que o processo de construção de uma política pública compartilhada com diferentes atores sociais constitui um desafio imenso e que se pode errar tranqüilamente durante tal processo. A questão é ter alguns pressupostos básicos nesta relação.

Tais pressupostos fazem parte de uma educação ambiental transformadora. Segundo Loureiro (2004, p.89), esta possui um conteúdo emancipatório onde a dialética entre forma e conteúdo se realiza de tal maneira que as alterações da atividade humana vinculadas ao fazer educativo impliquem mudanças individuais e coletivas. Isso confirma o diálogo que falava Paulo Freire. Nesta relação com o outro nos educamos mutuamente num ir e vir de uma posição a outra. Ao nos colocarmos no lugar do outro teremos um parâmetro para avaliar se nossas ações estão no caminho certo, essa é uma atitude difícil e só o tempo nos ensina tal aplicação.

A educação ambiental crítica, através da práxis, se revela ao lado daqueles setores sociais que, embora sendo maioria, estão excluídos dos benefícios do sistema cultural e econômico predominante. Para exemplificar a reflexão, existem tecnologias avançadas para salvar vidas, mas a grande massa está fora até mesmo do atendimento básico de saúde. O modelo de desenvolvimento que aí está não favorece a todos, mas a uma elite na sociedade, de modo particular.

Um exemplo desta situação, situa-se na área da pesca, quando observamos a diferença existente na capacidade de pesca de uma embarcação ligada a pesca industrial que usa *sonar* e *radar* para localização dos cardumes (tecnologia avançada), e o pescador artesanal que, conforme a fala de um deles numa das oficinas realizadas, disse: *“para saber se tem cardume de peixe num local a gente encosta o ouvido no fundo (casco) do barco para ouvir o barulho deles.”*

Essas diferenças ocorrem não porque o pescador resista às mudanças, mas sim pelo sentido que cada tecnologia tem no contexto. A pesca artesanal é

recheada de saberes do tipo mencionado acima, que passam de pai para filho (historicamente), e que, na atualidade, estão sendo prejudicados pela aculturação existente e pelo processo de dominação que ocorre no sistema capitalista, o qual, aos poucos, vai introduzindo novos valores que servem ao lucro e à exploração da mão de obra barata do pescador artesanal na pesca industrial.

Quanto à aludida “resistência à mudança” descrita por alguns extensionistas, trata-se na verdade de “inovações que, muitas vezes, vêm a beneficiar somente os armadores de pesca ou aqueles que dispõem de capital para investir e acabem se apoderando dos eventuais aumentos de produtividade realizados pelos pescadores (DIEGUES, 1995, p. 97).

Existem outras diferenças que são parte do ambiente urbano, tais como a falta de tratamento de resíduos. Mas, também nesse caso, pode-se observar que existe diferença entre os centros mais avançados e as localidades do interior. Conversando com ilhéus de comunidades pesqueiras, eles declaram que enterram ou queimam os resíduos sólidos domésticos. Isto nos leva a refletir que não é apenas uma questão de comportamento. Por que o ilhéu enterra os resíduos? Porque ele precisa de Educação Ambiental? Depende. Se pensarmos numa educação que vai leva-lo a exigir uma política pública de recolhimento de lixo, à reflexão dos motivos de produzirmos tanto lixo e para onde ele deveria ir, podemos responder que sim. Mas, se quisermos que ele apenas mude o comportamento, não teremos sucesso.

Nesse sentido, podemos dizer que a educação Ambiental formula princípios que nos levam ao menor grau de degradação do ambiente em que vivemos e do qual compartilhamos. Contudo, a desigualdade no uso dos recursos naturais e tecnológicos nos levam a conflitos que ultrapassam tais princípios.

Já nos afirmava Diegues em 1995:

(...) A relação dessas populações humanas (pescadores) e seu meio-ambiente marinho e de águas interiores exige um conhecimento mais sistemático e aprofundado. Esse conhecimento é ainda mais necessário no momento atual em que as comunidades de pescadores artesanais estão sob

severa ameaça por causa da especulação imobiliária e da degradação ambiental, provocada por um modelo econômico que exclui amplas camadas da população, sua cultura e suas formas de organização. Parafraseando Marx, a expansão capitalista sobre o espaço costeiro e marinho tem-se desenvolvido esgotando as duas fontes de riqueza: o mar e os trabalhadores (p. 52).

As afirmações acima citadas são perfeitamente aplicadas, na atualidade, com especial ajuste à realidade da região em estudo. Por exemplo, podemos recordar de dois, entre outros, empreendimentos que causam polêmica entre os pescadores e as autoridades locais. Um deles é a obra de ampliação dos molhes da Barra do Rio Grande, que, mudando o calado do Canal de acesso à Barra, interfere (ou não, há controvérsias) na dinâmica de salinização do estuário da Lagoa dos Patos. A outra é o próprio Distrito Industrial com suas fábricas de fertilizantes que jogam seus efluentes químicos (de forma irregular) nas lagoas. Neste último caso, vale dizer que existe uma tentativa do poder público (licenças ambientais) de impedir a problemática, mas a poluição é inerente ao tipo de empreendimento.

É interessante deixar claro que esses fatos relatados são parte das falas das comunidades. Neste texto, não pretendo julgar se é “verdade” ou não, considero suficiente a fala e as representações dos pescadores. De acordo com tudo que já foi dito, busco desenvolver o conceito de Educação Ambiental como processo de construção para dar conta do desafio, partindo de referenciais atuais que são o resultado histórico da educação ambiental, sua evolução e seus eventos materializados.

O processo de educação, para reconhecer as alterações ambientais como pertencentes à esfera política, apresenta parâmetros amplos e não parece ligar-se de maneira uniforme em todas as parcelas da população que constroem uma retórica sobre a temática. Por isso, convém centrar a atenção sobre as formas de como será possível desenvolver uma proposta de educação voltada para o meio ambiente e visualizar os prováveis elementos que deveriam ser contemplados na sua constituição.

Abaixo serão abordadas, mesmo que de forma breve, algumas dimensões que se apresentam como relevantes para a contextualização e a caracterização da educação ambiental.

#### **1.4. A QUESTÃO DA INTER E TRANSDISCIPLINARIDADE**

A complexidade dos problemas ambientais que são objeto de discussão no Fórum da Lagoa dos Patos e nos próprios municípios que fazem parte do entorno vem ao encontro do pressuposto cujo conceito de educação é aplicado às diversas disciplinas, que são tecidos a partir da convergência, da convivência, do diálogo inter, trans e pluridisciplinar.

Ao contrário, a disciplinaridade fechada reduz e simplifica a análise, impossibilitando a reflexão em direção à complexidade inerente a qualquer tema. No Fórum da Lagoa dos Patos, discutem-se as temáticas sob um enfoque múltiplo, tanto do ponto de vista da biologia, quanto do ponto de vista da economia, bem como da antropologia e de outras disciplinas.

Esse contexto heterogêneo não poderia, portanto, ser mutilado pela análise de apenas um ponto de vista, uma referência, uma noção de verdade. Tal concepção está aberta a uma abordagem multireferencial que se constitui em um verdadeiro entrave para os sistemas formadores e produtores de conhecimentos especializados.

A Educação Ambiental por si mesma é multireferencial na sua essência, pois, na pretensão de constituir um campo de conhecimento, noções e conceitos, estes podem ser originários de várias áreas do saber. Os conceitos que aqui trazemos, no sentido da EA, extrapolam os limites das disciplinas que os engendraram, porque são transversais, ou seja, atravessam vários campos do conhecimento.

A noção de tema transversal foi instituída como referencial da educação brasileira, todavia, faltaram os debates no campo próprio do sistema educacional e, por isso, apresenta-se como desafio à compreensão da metodologia da sua realização.

O pressuposto que variados e múltiplos aspectos interferem na aprendizagem e convivem, em situação de conflito, ao mesmo tempo, com o caos e a ordem, no movimento ordem/desordem/organização. Dessa maneira,

é possível dizer que a educação é auto-eco-organizativa, no sentido de que uma dimensão é atravessada por várias outras dimensões, assim como o sujeito é atravessado por várias identidades (MORIN, 2000, p.35).

Portanto, um integrante do fórum sempre responde por uma circunstância que o situa nos conflitos da sociedade e que, por sua vez, é recheada de vozes, de apelos, de interesses que compõem uma visão de mundo e uma posição política. O ser humano tem, na sua capacidade de pensar, o senso de modificar suas condições de vida através do trabalho e da atividade unitária de agir/pensar. De acordo com Loureiro (2004):

Como nos disseram Adorno e Horkheimer (1975), o modo tradicional de se ver a teoria e de construí-la sob princípios de escolas filosóficas, como o positivismo e o pragmatismo, a enfatiza apenas em seu significado isolado. Essa representação fragmentada abstrai a teoria em sua função na ciência e em seu significado para a existência humana. Induz alguns educadores a enxergá-la como algo que não ajuda a resolver os problemas postos e a separar “aquele que pensa daquele que faz”, reproduzindo a divisão hierarquizada e desigual do modo de produção capitalista (p.44).

Nesse contexto, o papel do educador ambiental está fundamentalmente ligado à sua concepção de educação e a qualidade da sua relação com o mundo. Isto é, que a formação determina sua prática e conseqüentemente suas escolhas, suas metodologias de trabalho e se está preparado para as mudanças necessárias que envolvem uma educação ambiental transformadora da situação que se apresenta atualmente. São questionamentos que perpassam propostas de Educação Ambiental que buscam autonomia e emancipação dos sujeitos.

### **O SABER DO ESPECIALISTA E DO LAICO**

A especialização trouxe inúmeros benefícios no campo do conhecimento. Com sua visão que isola e recorta, permitiu aos profissionais desempenharem funções em setores não-complexos do conhecimento. E, no caso dos recursos pesqueiros, a dinâmica biológica do peixe, os ecossistemas, seu *habitat* natural e tudo mais.

Com base nestas afirmações de Morin (2000, p.38), acreditamos que o equívoco pode estar em transpor os conceitos e as dinâmicas aplicadas à biologia da vida animal, aos fenômenos sociais, à vida humana e seus problemas complexos. Em outras palavras, no Fórum da Lagoa dos Patos, temos muitos especialistas em vida marinha e recursos pesqueiros, fazendo diagnósticos sociais. De acordo com Júlia S. Guivant (1998), num artigo que descreveu a problemática da Sociedade de Riscos, situando as contribuições de Beck e Giddens, onde se refere ao conhecimento leigo e perito, considero relevante para o que aqui se discute o exemplo onde cita Wynne (1992):

*A sociologia ingênua assumida pelos peritos.* Estes realizam seus estudos sobre os riscos acreditando que o mundo real é equivalente ao mundo dos laboratórios. Os peritos partiriam, portanto de um mundo ideal de operações, inspeção manejo ou manutenção dos riscos (p.12).

Existem projetos de pesquisa com especialistas em peixe e camarão, mas que estão na verdade trabalhando com as comunidades de pescadores, as equipes em geral não contam com um educador ou educadora, uma socióloga ou antropóloga. É como se os processos humanos fossem menos importantes. Ao nosso ver, isso causa uma falta de comunicação, de diálogo entre saber científico (pesquisadores) e saber tradicional (pescadores), que na discussão de Guivant (1998) se coloca como saber leigo e saber perito.

A concepção da especialização separa, divide, fraciona os problemas em uma única dimensão, impossibilitando uma reflexão multidimensional e a capacidade de compreensão em longo prazo. Ao contrário, a proposta que trazemos é a de buscar a totalidade, de problematizar a realidade buscando uma visão integrada do todo, superando as visões focalistas, fatalistas e fragmentadas, que, muitas vezes, são geradas no senso comum através desses enfoques do pragmatismo e do positivismo.

Contornando as ambigüidades de tomar como referência o saber dos especialistas, o intento é dirigido aos outros aspectos, características e circunstâncias que fundamentam a educação ambiental. Um destes fatores é a consideração da visão de mundo, dos saberes dos atores envolvidos e diretamente afetados pelos encaminhamentos das decisões. Carregando as

tintas, poderíamos afirmar que na visão de mundo, de forma inseparável, associam-se sociedade e natureza.

A ação do ser humano sobre a natureza é responsável pelos problemas ambientais de poluição, entre outros, que provocam doenças, contaminação das águas e dos peixes. Contudo, nessa afirmação fica uma pergunta. Qual ser humano causa esta degradação? Será que um americano da América do Norte polui na mesma intensidade de um da América do Sul? Sabe-se que não. Segundo Loureiro (2004) citando o relatório Estado do Mundo 2003 (UMA/Worldwatch Institute, 2003):

Os Estados Unidos, responsável direto por praticamente 25% da degradação ambiental e consumo de bens naturais, vem sistematicamente se opondo a qualquer compromisso multilateral substantivo, numa atitude claramente imperialista, baseada no domínio econômico e bélico (LOUREIRO, 2004, p.41).

Dessa forma, uma proposta de Educação Ambiental terá que considerar as relações globais e locais, e de que forma afetam o sujeito que queremos envolver no processo. Para os pescadores que deslizam sobre a água cotidianamente, o lixo aparece aos seus olhos como um vilão e como grande causador da poluição que causa o declínio de peixes. No senso comum, o lixo é responsabilidade de todos igualmente. Há que pensar se todos consumimos e geramos lixo na mesma proporção. Para alguns, é compreendido como algo que não pode mais ser aproveitado, enquanto que, para outros, torna-se fonte de renda ou de sobrevivência. Outra reflexão: É justo que alguns vivam dos restos e sobras de outros? Esse lixo, quando não recolhido, tratado e condicionado num lugar devido, provoca sujeira, mau cheiro, doenças e entupimento nos canos, provocando alagamentos. O esgoto que vai para as águas também contribui para a poluição da Lagoa. Neste ciclo, compreendemos o que tem a ver o lixo com a pesca. Este é um dos aspectos, existem outros que como cidadãos todos têm direito a um ambiente equilibrado como apregoa o artigo 225 da Constituição federal (1988).

## 1.5. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS ATORES

De acordo com Rouquette (2000), as representações sociais formam um conjunto de idéias, valores, símbolos, ideologias, que identificam determinado grupo. Ou seja, identificam a forma como este grupo age, vê-se ou se pensa. Com esse referencial, penso em educação ambiental a partir das representações sociais, nas quais se cruzam os nexos entre sociedade e natureza, ou seja, a forma como os indivíduos envolvidos no processo societário entendem o tema do meio ambiente e a visualização de passos para uma educação ambiental.

A Representação Social está intrinsecamente ligada às práticas sociais, mas, como busco trabalhar na ótica da *filosofia da práxis*, acredito que essa relação se dá de forma dialética. Isto é, a ação está influenciada pela representação que o sujeito tem do mundo e de cada situação. Contudo, através da própria ação, ele pode, contraditoriamente, negar sua teoria, causando assim um outro efeito. Desta forma, acredito ser de suma importância a consideração das representações sociais dos sujeitos com relação aos diferentes temas que envolvem a proposta de educação no contexto da pesca. Entretanto, não podemos ter uma visão determinista quanto às representações, e sim entendê-las num processo dinâmico e como parte de uma totalidade.

Para Ruscheinsky (2000, p. 02), a forma como grupos sociais ou setores da sociedade constroem suas representações sociais em torno de temas ambientais, bem como os elementos constitutivos, podem ser o ponto de partida para o entendimento, a proposição e a eficiência do trabalho pedagógico em educação ambiental. Nesse sentido, no projeto de Educação Ambiental se trabalha, intencionalmente, a partir das representações dos atores sociais envolvidos com a pesca no estuário da Lagoa dos Patos, construindo uma proposta de educação ambiental através de uma metodologia participativa voltada à transformação, à gestão dos recursos juntamente com os pescadores artesanais. Mais uma vez cito Ruscheinsky, na linha da representação social:

A temática da representação social comparece ordinariamente na análise das ciências sociais referindo-se à imagem do social, através da

qual os indivíduos elaboram a compreensão do seu universo. As construções do imaginário humano sobre o real exigem repensar de maneira constante o caráter atribuído à relação entre mundo material e simbólico, entre o objetivo e o subjetivo, entre os fatos e a respectiva compreensão (Ruscheinsky, 2000, p.02).

Acredito ser fundamental, numa pesquisa social, que se considere o que os atores envolvidos pensam sobre determinado tema. Quando me refiro à educação ambiental, não posso deixar de considerar que existem muitos conceitos e preconceitos relativos ao tema. Isto se relaciona à visão de mundo que compartilham na sociedade. Porém, este pensar não está ligado ao comportamento subjetivo dos atores, e sim à situação objetiva (LOUREIRO, 2004, p.44). As pessoas estão inseridas numa sociedade onde se fala muito em educação ambiental, em geral, quando se fala em educação, se pensa logo em escola e tudo o que ela significa. Na verdade, seu papel social tem sido de reprodutora dos fatores de dominação do estado, contribuindo para manutenção do *status quo*. Neste sentido, precisamos fazer a diferença em educação ambiental, construindo uma proposta conjuntamente com a população de pescadores e pescadoras do entorno da Lagoa dos Patos, inserindo/relacionando-a com uma utopia de transformação das condições de exploração e dominação do atual projeto. Um dos primeiros passos que acredito necessário nesta direção é estabelecer um processo onde “ouvir” as pessoas envolvidas na pesquisa, entender suas construções sociais e históricas e suas representações sobre os temas abordados sejam prioridade para estabelecer o diálogo.

#### **1.6. PARTICIPAÇÃO: DIMENSÕES EXPLÍCITAS E OCULTAS**

Nos últimos anos, fala-se muito em participação no panorama político e em fazeres institucionais como o planejamento. Existe, até mesmo, o perigo de vulgarizar o termo e esvaziar o conceito na prática social inseqüente ou incorporá-la na ótica da cooptação para a legitimação das relações de poder vigente. O que se vê na prática, e com freqüência, são representações fictícias da sociedade civil nas esferas públicas. Desde a Constituição Federal de 1988, espalhou-se pelo país uma gama de conselhos municipais que dão as

diretrizes e deliberam sobre as políticas sociais, de saúde, de assistência social, de educação e, por fim, as políticas ambientais. A política de descentralização e municipalização determinada pelas constituintes (federal, estadual e municipal) pretende a apropriação e a participação nas decisões do estado organizado, por parte da sociedade civil. Todavia, o Brasil não tem uma tradição democrática de longo alcance, e estamos enfrentando dificuldade nas relações políticas e sociais no que tange à participação nas tomadas de decisão.

Uma experiência que, apesar das polêmicas e dos tropeços, apresentou resultados nos últimos anos foi a dos Orçamentos Participativos. Citemos, como exemplos, a prefeitura de Porto Alegre e o estado do RS, no governo Olívio Dutra. Neste tipo de organização, a participação se dá de forma diferenciada do que se apregoou anteriormente, pois não é pela representação que o cidadão atua, e sim pela democracia direta, onde cada um vale um voto. No caso dos orçamentos participativos, o número de pessoas participando foi significativo. Tive oportunidade de ser uma das organizadoras, no município do Rio Grande, da assembléia estadual do OP, e confesso que nunca havia organizado um evento com tantas pessoas. Foram em torno de 1300 participantes. O que fica no ar é a qualidade da participação, se cada um que está presente tem a consciência verdadeira do que representa tal presença. Contudo, do ponto de vista da educação como processo, acredito que são experiências bem válidas como parte do contexto. Elas não são significativas isoladamente, apenas na reivindicação imediatista. Há que se pensar neste tipo de organização para encaminhar problemas ambientais gerais, pois no caso dos orçamentos demonstraram as suas virtudes.

De outro lado, não se pode descartar a política de representação. Afinal, a possibilidade de discutir em pequenos grupos, em tese, garante a qualidade da informação e das trocas e do diálogo. Diferente de uma grande assembléia, as discussões nos conselhos tendem a serem mais aprofundadas. Mas, problemas têm ocorrido nas duas modalidades. Ao que parece, são pré-condições para que a participação seja efetivamente de qualidade e para que a população não seja apenas manipulada tanto numa quanto noutra situação.

Por um lado, os Conselhos Municipais facilmente ficam elitizados, e a falta de comunicação com as bases se percebe logo, nas lideranças “populares” que participam. Isso debilita e fragiliza o processo. Por outro lado, a democracia direta traz consigo os vícios que facilmente se comprova no sistema eleitoral brasileiro, que são os votos atrelados a interesses particulares, a falta de informação sobre o que está sendo votado e, ainda, a dominação ideológica das massas por parte dos aparelhos ideológicos do Estado, tais como escola, meios de comunicação de massa, entre outros.

De qualquer forma, essa disputa por hegemonia na sociedade faz parte do cenário, e seria interessante participar e trabalhar no sentido do bem comum. De acordo com Acselrad (2001), desde o pensamento clássico grego, o espaço público é a instância em que os homens se reconhecem como iguais, discutem e decidem em comum. Sendo assim, temos que reconhecer que a reunião de pessoas, cidadãos e cidadãs para pensar a esfera pública, é sempre positiva. O aspecto qualitativo desta participação faz parte do processo de engajamento e compromisso político dos grupos sociais a que pertencem, que conseqüentemente está vinculado com sua visão de mundo e concepções.

O problema da participação não é apenas subjetivo, ele está ligado objetivamente ao tipo de mundo que essas pessoas trabalham para construir. O grupo social que trabalhou pela democracia no Brasil, na campanha pela abertura política e eleições diretas para presidente, vem trabalhando contra a maré nos últimos anos, tentando interferir numa cultura de descrença na vida política, em que o poder esteve, desde sempre, na mão de poucos privilegiados. Ou ainda, na qual prevaleceu o escravismo e o coronelismo como relações de trabalho e identidade cultural construída no decorrer de nossa história.

Em geral, por um lado, as pessoas não confiam nos seus representantes e, por outro, têm um pessimismo (não acreditam nas instituições) com relação a sua própria participação. É claro que isso tem sido construído e reforçado historicamente pelo sistema. Porém, os militantes de esquerda que emergiram ao final da ditadura militar no Brasil, trouxeram consigo a semente da esperança no patamar da participação. Em alguns momentos, chegamos a ter um número bem satisfatório de pessoas agindo no espaço público.

Lembramos, por exemplo, as propostas de emendas populares à Constituição brasileira e o *impeachment* do presidente Collor.

Com freqüência, acontece que a participação não se mantém. Começamos bem alguma iniciativa popular, mas a energia que precisa ser investida para manter a participação é algo sobre-humano. Dessa forma, acreditamos que a educação que nos aponta com Paulo Freire, que o comprometimento e a emancipação, podem contribuir muito na possibilidade de uma participação efetiva. Portanto, parece evidente que a educação ambiental requer um processo histórico, por sua vez lento, persistente e dinâmico, em que a práxis é determinante a propósito dos possíveis resultados.

Segundo Acselrad (2001), é recente a explicitação do meio ambiente como objeto de políticas de governo no Brasil. Desde os anos 30, a construção das bases de um capitalismo industrial requerera do Estado o agenciamento das condições naturais do território de modo a favorecer o processo de acumulação. Uma política de governo tornou-se explícita de fato em 1973, com a criação da SEMA (Secretaria Especial de Meio Ambiente). Conforme Anello (2003):

As políticas “explícitas” que sucederam, marcadamente a partir de 1973 com a criação da SEMA – Secretaria Especial de Meio Ambiente, durante a ditadura militar, tinham uma característica reativa as pressões internacionais, principalmente a Conferência de Estocolmo de 1972. É importante salientar a completa ausência da participação da sociedade neste processo. Foi a época do milagre brasileiro, que confirmou em âmbito nacional a política desenvolvimentista dos anos 70, os grandes projetos brasileiros: Hidrelétricas, novas fronteiras agrícolas, a transamazônica, Itaipú, o superporto de Rio Grande e outros.

Neste contexto, a criação do SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente, através da Lei 6938/81, e a Política Nacional de Educação ambiental (lei 9795/99), encontram dificuldades de se afirmar na sociedade brasileira. De acordo com os anais da CNMA – Conferência Nacional de Meio ambiente (2003):

A falta de capilaridade, isto é da capacidade de fazer chegar suas ações o mais próximo possível dos cidadãos, a escassez de recursos

financeiros e de pessoal, assim como falta de uma base legal revisada, consolidada e implementada. Somente 23% dos municípios brasileiros (até 2003) criaram instâncias municipais de meio ambiente, ocorrendo, na ausência dessas, o repasse das atribuições para os âmbitos estadual e federal.

Se compararmos, com o SUS - Sistema Único de Saúde , mesmo com todas as limitações existentes, tornou-se bem mais reconhecido na esfera social, apesar de ser mais novo. Esse é o momento em que entramos com a necessidade de gestão e a participação como mantenedora desse espaço de gestão. Para nós, os conflitos decorrentes dos problemas ambientais estão contidos em relações desiguais de poder entre os diferentes atores e grupos sociais, assim como são parte integrante e estruturante de uma realidade. A superação de tais problemas através da gestão só será possível se esta propiciar a participação dos diferentes atores envolvidos. Isto tornará explícitos os conflitos, ao invés de negá-los ou ocultá-los na negociação da tomada de decisão.

A participação representa uma conquista para os atores sociais e possibilita a ação interativa entre forças que se complementam e se contrapõem numa realidade vista como totalidade (ACSELRAD, 2001). A não participação, de qualquer que seja o ator social, principalmente os mais antagonizados pelos problemas ambientais, decompõe a realidade, reduzindo-a e simplificando-a, não dando conta da compreensão de sua complexidade e somente possibilitando intervenções parciais e fragmentadas. O autor nos demonstra a importância de trazer os atores mais fragilizados (movimentos populares) para o processo de negociação (relações desiguais de poder), considerando-se que os setores públicos e privados têm maior capacidade de ocupar o espaço de participação no processo de gestão.

Quanto à mobilização, podemos dizer que é a garantia da participação efetiva, pois com a motivação (ação em movimento) dos atores sociais em atuar, cria-se um comprometimento com o processo.

As lutas contra as agressões ambientais são lutas pela construção da esfera pública na natureza e pela introdução da política na gestão do meio ambiente. Pois é através da política que se obterá a

desprivatização do meio ambiente e se garantirá o respeito aos direitos ambientais das populações (ACSELRAD, 1992, p.19).

Pelas idéias expostas, podemos concluir, pela premência de uma educação ambiental, que seja um impulso à inclusão social, à participação, tornando-se assim um instrumento de gestão, desenvolvendo a capacidade de intervenção no processo de construção social da realidade de tal forma que cada agente atue consciente da globalidade que existe em cada local e em cada indivíduo. Conscientizando-se que a ação local e/ou individual agem sincronicamente no global, superar-se-á a segmentação entre o local e o global, entre o indivíduo e a sociedade, entre a sociedade e a natureza, buscando uma cidadania planetária.

Assim, se o meio ambiente está relacionado a um lugar determinado em que os elementos naturais e sociais se relacionam, portanto, é preciso lançar um olhar sobre os problemas imediatos que envolvem a realidade do grupo social inserido nesse meio. Para identificá-los, a educação ambiental deverá buscar, nas próprias expressões do grupo, os passos a serem seguidos. Nesse processo, o educador deve ter o cuidado de estabelecer uma prática a partir dessas representações e não apenas de suas próprias visões da realidade, para não incorrer em erros de práticas educativas tradicionais que se distanciam de uma relação mais participativa.

Pensar em educação ambiental apóia-se no diálogo entre atores sociais, entre grupos sociais e seus interesses, os quais, através de suas representações, podem auxiliar as mais diversas políticas públicas na solução de problemas sociais e ambientais.

### **1.7.A CULTURA DO PESCADOR ARTESANAL E AS INFLUÊNCIAS NA SUA PARTICIPAÇÃO**

A experiência da autora no âmbito da política pública e da relação com as comunidades se dá na convivência com a realidade da pesca e com os pescadores, impressionando capacidade de intervenção de suas lideranças. Contudo, facilmente, eles são alvos de oportunistas que se aproximam com intuito de usá-los. Parece ser esta a realidade na região Sul do estado do RS. Existem autores supondo que o pescador tem dificuldades de desenvolver

trabalhos fora da água (participação comunitária, por exemplo) devido ao tipo de trabalho que exerce, pois isto teria influência nas suas atitudes. Uma das questões levantadas quanto a sua cultura é que o pescador tem por tradição o trabalho individual, no máximo, membros da família atuam ocasionalmente juntos. O tipo de visão da esfera econômica atua sobre a visão de mundo e a esfera política. Somando-se a isso, buscamos as questões ligadas à territorialidade do pescador como aspecto aglutinador da problemática da participação.

De acordo com Abramovay (2003), um ambiente de confiança entre atores sociais oferece uma base mais sólida para o desenvolvimento de uma região. A novidade, segundo ele, é a ênfase na dimensão subjetiva e organizacional, referente a confiança – da própria identidade social dos atores, pela qual se define um território: um pouco mais que localização e distância o território consiste exatamente:

Numa trama de relações, de significados, de conteúdos vividos pelos indivíduos que permite a construção de modelos mentais partilhados subjacentes ao sentimento de pertencer a um lugar comum (Abramovay, 2003, p.14).

Questões antropológicas, sociológicas e filosóficas, como sua identidade enquanto grupo social, sentimento de pertença ao lugar onde vive e às suas tradições culturais são, a meu ver, pano de fundo para uma metodologia eficiente de educação ambiental construída junto com os pescadores e pescadoras.

Uma das grandes dificuldades que sentimos é a pouca participação dos pescadores nas ações promovidas por grupos sociais e governos. Mas, segundo Diaz Bordenave (1994), apesar da participação ser uma necessidade básica, o homem não nasce sabendo participar. Esta é uma habilidade que se aprende e se aperfeiçoa dentro de um lócus político e com objetos de decisão. Bem, de posse desta informação é mais fácil para nós um método, porque então temos consciência que precisamos ter um plano. Contudo, apesar desta afirmação parecer óbvia, nós geralmente agimos como se a participação das pessoas nos eventos e nas políticas que elaboramos fosse imediata, fácil e

certa. Por este motivo, ficamos tão frustrados quando o planejado não dá certo que, por vezes, culpamos o povo. Dizemos, na medida do nosso entendimento, que ninguém quer participar, que sempre foi assim, e etc.

Existem alguns planejamentos chamados “participativos” que, quando implantados por alguns organismos oficiais, freqüentemente não são mais do que um tipo de participação concedida (Demo 1996, Diaz B., 1994) e, não raro, fazem parte da ideologia necessária para o exercício do projeto de direção-dominância das classes dominantes.

Com efeito, a ideologia dominante objetiva manter a participação do indivíduo restrita aos grupos baseados em relações sociais primárias, como o local de trabalho, a vizinhança, as paróquias, as cooperativas, as associações profissionais, etc, de modo a criar a “ilusão” da participação política e social (Diaz Bordenave, 1994, p. 29).

De qualquer forma, se temos consciência destas relações, podemos otimizar as formas de planejamento em função da formação de consciência crítica no indivíduo e não da alienação. Neste aspecto acreditamos que a educação ambiental tem a contribuir como política pública.

### **1.8.A CULTURA POLÍTICA E O ASSOCIATIVISMO COMO MEDIADORES DO PROCESSO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Quanto à participação dos sujeitos na esfera pública, de acordo com Sherer-Warren in Sorrentino (2002), se dá através das formas de associativismo civil e pelos movimentos sociais que possibilitam a formação de identidades coletivas e ideários comuns, pré requisitos para a demanda coletiva de direitos e para a criação de novos valores e normas para a vida societária. No caso dos pescadores artesanais da Lagoa dos Patos, os encaminhamentos se dão exatamente desta forma, a partir das discussões nos grupos e entidades que compõem o Fórum. Eles passam a se enxergarem

coletivamente e o processo educativo caminha no sentido de conscientizar para o uso do bem comum, para o sentido de público do bem ambiental, que no caso é o recurso pesqueiro e também o entorno da lagoa. Dessa forma, a construção do regramento de uso dos recursos pesqueiros, através de consenso e acordos estabelecidos entre os diferentes atores sociais, é o grande desafio para a vigência das regras da democracia.

São muitas as formas de participação por meio do associativismo civil, assim, aumentam as possibilidades de participação do cidadão nas questões de interesse público coletivo para além dos interesses particularizados de cada um, conforme aponta Sherer-Warren (SORRENTINO, 2002). A autora define associações civis como formas organizadas de ações coletivas, empiricamente localizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns. Portanto, trata-se de organizações formais, com certa continuidade temporal e referência espacial.

De acordo com a mesma autora, é preciso reconhecer que os empecilhos para uma participação cidadã realmente democrática nas políticas sociais e no poder público são provenientes de uma cultura política que perpassa a esfera governamental e tradições da sociedade civil. Do lado da esfera governamental, pode ser lembrado o poder de controle burocrático-administrativo da máquina do Estado, mantendo o controle da informação, não facilitando a participação da sociedade civil, a falta de recursos para as políticas sociais, desestimulando o interesse pela participação popular, e a política de apropriação de iniciativas da sociedade civil, descaracterizado-as.

A representação pela qual se constitui um conselho (municipais, estaduais e federais), em alguns casos, não passa de uma forma dissimulada de obter decisões que favoreçam o governo em exercício. Atualmente, existem dentro da máquina pública movimentos contraditórios de liberalização decisória e transparência ou de busca de legitimidade e de subserviência. Isto é, alguns técnicos e dirigentes que buscam orientar suas ações no sentido de abrir brechas para a publicização de esferas estatais. Enfrentam também dificuldades na medida em que se situam entre entraves da máquina burocrática e a emergência de uma sociedade civil empoderada. A

autora citada faz uma análise do que ela chama de muito recente socialização para uma democracia participativa elencando alguns pontos:

- Diminuta mobilização e frágil capacitação para se fazer representar com legitimidade nas estruturas instituídas pelo poder político;
- A dificuldade em ultrapassar a fase das meras denúncias para a formulação de propostas legítimas e de qualidade dentro da comunidade; e
- A frágil capacidade de combater as tentativas de preempção<sup>4</sup> e apropriação das propostas cidadãos; unilateralmente pelo estado.

Num país como o Brasil, em que há fome e carências que dificultam uma existência humanamente digna, a vulnerabilidade contamina, muitas vezes, as iniciativas deliberativas cujo intuito é de preservar recursos ambientais. O sucesso do associativismo coloca em pauta a necessidade de se observar os pré-requisitos mínimos para alguém poder ser considerado cidadão, a possibilidade de sobrevivência material e cultural. No mais, as fronteiras entre filantropia e a cidadania nem sempre são nítidas entre o discurso sobre promoção e prática social de subjugação.

Uma situação social também se baseia na cultura, ou seja, na construção coletiva de normas que influenciam as relações de um dado grupo social com outros que lhe concernem: em vez de representarem a ideologia do dominador, de fato, definem um campo social, e “os atores históricos são determinados tanto pelo campo da cultura quanto pelo conflito social” (TOURAINÉ, citado FERREIRA, 1977, p. 66). Para este autor, um movimento social é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural, pois visa sempre a “realização de valores culturais, ao mesmo tempo em que almeja a vitória sobre um adversário social”.

Por uma lado, essas considerações demonstram como é de suma importância a consideração da cultura política para visualizar o sucesso de

---

<sup>4</sup> Conforme o dicionário Aurélio preempção significa compra antecipada, precedência na compra, ou ainda cláusula contratual que impõe ao comprador a obrigação de, ao alienar a coisa comprada, oferecê-la ao vendedor de quem a obteve, tendo este, preço por preço, preferência para readquiri-la, com exclusão dos outros interessados.

uma metodologia de educação ambiental. Por outro lado, as circunstâncias políticas e os condicionamentos precisam ser intensamente apreciados num processo de educação ambiental, muito além da boa vontade dos proponentes e de coerência interna da proposta propriamente dita.

### **1.9. A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA CRÍTICA NO CONTEXTO DA PESCA ARTESANAL**

A teoria crítica parte de um lugar na sociedade onde a reflexão é feita a partir dos oprimidos, numa visão de classes. O movimento histórico das classes trabalhadoras se dá através da passagem qualitativa do senso comum das massas, através da práxis, para o bom senso sugerido por Gramsci (2004). Na sociedade atual, que tem como modo de produção o sistema capitalista, temos, de um lado, uma massa de dominados como força de trabalho alienado, expropriados de si mesmos, e de outro, uma elite que se mantém através da exploração.

No que tange à pesca não é diferente, apesar da atividade ter suas origens no extrativismo e na subsistência, o modelo de produção capitalista vêm ao longo da história intervindo e influenciando tais relações de trabalho. Sendo assim, a dialética se constitui o método de análise destas relações, porque elas apresentam contradições inerentes à própria história da humanidade que sobreviveu, ao longo do tempo, da extração do recurso natural (frutos do mar) como alimento e, por outro, lado se aliena através do trabalho, de si mesmo e da natureza.

De acordo com estas afirmações, entendo, baseada em Marcuse (2004), que a dialética é motivada, originalmente, no caráter negativo da realidade. Isto é, essas negatividades são próprias das contradições de classe, evolução tecnológica, por um lado, e degradação social e ambiental, por outro. Progresso e lucro para poucos, falta de recurso natural e econômico para a maioria pobre. Assim, aponto a importância do método dialético para o entendimento destes processos, este como mais adequado a entender o movimento histórico, envolvendo cada fato singular e suas significações no

processo de constituição de um todo, como parte de uma da totalidade

Carlos F. Loureiro (2004, P.113), nesta concepção, demarca os dois momentos históricos em que são divididas as tradições dialéticas. Primeiramente, dos pré-socráticos até o próprio Sócrates em que a mesma é baseada no princípio da contradição, porém, no que diz respeito às idéias antagônicas relativas a razão. Já num segundo momento histórico, em Hegel, o contraditório passa a ser o pressuposto do pensamento, sendo o gerador do movimento de conservação e superação. Neste ir e vir permite o entendimento da totalidade e organização da vida.

Em Marx, o antagonismo decorre de situações inerentes à sociedade de classes, implicando, em sentido dialético, o enfrentamento político e a explicitação dos conflitos estruturais para a eliminação de uma determinada situação e o surgimento de uma condição. A contradição, como princípio, tem o complementar estabelecido em relações e em um movimento de superação pela negação, de transformação permanente, formando o todo (LOUREIRO, 2004 p.113).

A educação ambiental e o processo de construção da gestão compartilhada do recurso pesqueiro não se descolam da realidade onde está inserida. É nela que se darão as relações, os conflitos de classe, o uso dos recursos e as disputas de hegemonia dentre as diferentes visões de mundo. Não é possível aceitarmos a visão de que o pescador de pequena escala é o único responsável pela degradação ambiental no estuário da Lagoa dos Patos. Por outro lado, entendo que a responsabilidade de mudar esta situação de desigualdade, de degradação, passa necessariamente pelo pescador artesanal, em suas estratégias e alianças entre setores sociais. Neste sentido o método dialético é a ferramenta que a história apresenta como alternativa de mudança, o pescador precisa se apossar desta realidade como sendo a sua, ele é o estuário da Lagoa dos Patos, faz parte dele, é sua vida, sua cultura. Então, quando, em nome do lucro e do enriquecimento de poucos, a pesca industrial extrapola os limites do bom senso, pescando tudo que consegue (através de tecnologia avançada) desenfreadamente, a mediação deste conflito de uso, além do estado, depende também da participação deste pescador de pequena escala, na possibilidade de se apropriar da história do ordenamento

do uso dos recursos pesqueiros.

A contribuição da teoria crítica está no método, o pescador precisa ver-se neste contexto e rejeitar as condições de vida indigna em que se encontra (realidade que vê) e, neste processo, em que, a meu ver, está o processo de aprendizagem, que seria a conscientização proposta por Freire (1979), desejar criar condições objetivas para mudanças (pequenas e grandes, dentro de um processo histórico). A educação poderá contribuir de maneira decisiva na intencionalidade de descortinar a realidade, em outras palavras, a educação como mediadora. A intervenção pedagógica, problematizadora e comprometida, faz parte do papel do educador ambiental, de acordo com Quintas (2002), ao negar a neutralidade da gestão ambiental pública, só tem uma alternativa ao educador, comprometer-se com os segmentos da sociedade que são historicamente excluídos dos processos de decisão mas ficam com o maior ônus.

Entendo que mesmo superada a realidade de exploração, se passará então para novas condições, numa outra situação que naturalmente estará permeada de novas relações. O que ocorre é que este setor social não tem tido capacidade de se ver como parte responsável na construção da realidade nefasta. Contudo, eles encontram-se de tal forma aderidos a sua realidade específica, focalizada, que perdem a noção do todo e, principalmente, essa aderência dificulta a visão de mutabilidade da condição social que se encontram desenvolvendo uma visão fatalista da mesma. A mesma situação é reconhecida por Costa (1999), quando pesquisou a realidade dos produtores de leite dentro do programa de pós em Educação Ambiental. A autora cita ainda Freire (1970), explicitando que *“as pessoas com visão focalista não enxergam outra tarefa a não ser a abstinência de não terem tarefa alguma.”*

E, para a manutenção desta situação, sabemos que os aparelhos ideológicos do estado (meios de comunicação de massa e escola), bem como o atrelamento político a lideranças com interesses particulares, e ou alheios a este setor social, contribuem para mantê-los dominados pela ideologia alienadora. Desta forma, não possibilita a visualização de alternativas politicamente viáveis de libertação das relações de expropriação no trabalho, nesse caso da pesca.

As comunidades de pescadores ainda demonstram acreditar que a responsabilidade de constituição do real não passa por eles, que lhes foi dado assim e que isso pode ser vontade de Deus, ou que o mundo é assim mesmo e nada vai mudar (visão fatalista). É uma mistura de pensamento mágico, pela ignorância inerente ao difícil acesso às informações com qualidade, com a alienação própria dos meios de comunicação de massa. O que é mencionado por Costa (1999), quando se refere aos produtores rurais como indivíduos que não conseguem estabelecer o estranhamento com a realidade como condição de interrogação do real, e ainda mais: “*o indivíduo só se pergunta sobre o outro, e medida à que se espelha no outro/estranho é que pode interrogar-se sobre sua própria existência*”. Penso que esta problemática é também enfocada como a saída do *senso comum* para o *bom senso* propostos por Gramsci (2004). Ainda, nos aponta que isso será possível através da filosofia da práxis:

Conexão entre o senso comum, a religião e a filosofia. A filosofia é uma ordem intelectual, o que nem a religião nem o senso comum podem ser. Na realidade tampouco coincidem religião e senso comum, mas a religião é um elemento do senso comum desagregado. Ademais, “senso comum” é um nome coletivo, como “religião” : não existe um único senso comum, pois também ele é um produto e devir histórico. A filosofia é a crítica e a superação da religião e do senso comum e, neste sentido, coincide com o “bom senso”, que se contrapõe ao senso comum (GRAMSCI, 2004).

Retornando a questão da ignorância como falta de informação, o que considero informação de qualidade está vinculado à filosofia, o exercício do pensamento crítico, desde a educação familiar até a educação escolar e na própria prática social, seria em si a capacidade de superação da situação de alienação promovida pela classe dominante através da história da sociedade capitalista. Neste sentido, volto à afirmação de Gramsci que a religião é um elemento do senso comum desagregado e que a filosofia é a superação da religião e do senso comum. Bem, o que se pode dizer de uma construção histórica que tem contribuído tanto para a manutenção do *status quo* quanto à religião, no estado brasileiro? Nas comunidades pequenas que vivem no

entorno da Lagoa dos patos é muito forte o sentimento de religiosidade. O estado usa muito bem isso para o desempenho das relações econômicas e políticas. Pode-se verificar isso nas festas dos santos que são padroeiros das comunidades, como estarão presentes os políticos locais e outros com interesses diversos.

Voltando á filosofia, penso nas relações que permeiam a educação e o trabalho na sociedade atual, através da alienação e exclusão resultantes das práticas educativas, nas relações de trabalho em que tudo virou mercadoria (inclusive as espécies marinhas). Não existe espaço para o pensamento crítico, para a filosofia, nesta sociedade como se organiza hoje. Acredito que a mudança de paradigma só será possível numa outra prática social e, assim, construindo desde já as possibilidades de um outro mundo é que estaremos criando as condições objetivas para uma educação (ambiental) comprometida com a mudança e com a ética humanitária proposta por Paulo Freire (1987).

Se pensarmos do ponto de vista da degradação ambiental, com certeza, eles (os pescadores) não são diretamente responsáveis pelo caos que se apresenta. No entanto, se ela resulta de um sistema de organização da sociedade que está baseado no lucro, eles são parte desse sistema e, como tal, contribuem para mantê-lo até mesmo pela omissão/alienação. É contraditório, pois efetivamente eles não criaram essa situação, mas, com certeza, se nada fizerem, correm o risco de desaparecerem enquanto categoria social, o que torna fundamental a sua intervenção. Considero, também, que a não intervenção (manutenção do atual estado de coisas) é também uma ação.

Um dos princípios da dialética é que tudo se relaciona e se constitui nessas relações, formando totalidades. Então, podemos pensar como que historicamente chegamos nesta situação em que hoje se encontra a pesca artesanal no sul do país. Se estudarmos as relações políticas que se estabeleceram até aqui no meio que vivem os pescadores, acharemos relações políticas de assistencialismo e paternalismo. Até hoje, ainda, os pescadores se colocam nas mãos de outros e delegam poder de decisão a este. Até que ponto essas foram escolhas livres? Temos algumas ilhas, no interior do município, em que as lideranças políticas disputam até o pagamento do enterro das pessoas da comunidade. Os líderes detêm um poder de “pai” sobre a

comunidade e exercem esse poder com excelência, e quando alguém tenta destituí-lo, aí se dá o embate. A cultura dos açorianos é bastante influenciada pela religiosidade católica com as festas dos santos e santas que se tornam verdadeiros acontecimentos nas localidades menos urbanas, onde geralmente se reproduzem hierarquias de tempos pretéritos.

Durante o curso que tive oportunidade de participar com o professor Carlos F. Loureiro (2005), discutia até que ponto podemos e devemos interferir na cultura de uma comunidade ou sociedade. Chegamos a conclusão (surgindo do autor) que respeitosamente temos o dever, como educadores, de propor novas possibilidades, quando essa constitui motivo de alienação e mantenedora do *status quo*, construindo coletivamente conhecimentos, ampliando a compreensão da realidade complexa e chegando a alternativas aceitas como válidas para o grupo ou classe social.

No município do Rio Grande, temos o exemplo claro de como uma cultura pode ser apropriada e ou expropriada por outros. Temos pessoas que se dizem pescadores, na Câmara Municipal e na Prefeitura, outra instância de poder. O que os legitima é que a massa de pescadores (através do senso comum, que tem sido construído) os assume como parte da sua categoria, quando na verdade sabemos que estas pessoas não eram efetivamente pescadores, mas sim compradores e ou atravessadores de pescado. E quando no poder, a primeira atitude é se unir com os setores dominantes da cidade para usufruir dos benefícios e freqüentar as rodas sociais da burguesia.

Novamente, busco o alento nas palavras de Gramsci, quando se referia a crítica feita por outrem ao materialismo histórico, afirmando que sempre é necessário recorrer as fontes culturais para determinar o valor de um conceito. Mas, o que me chamou atenção foi sua frase: “...*sob um mesmo chapéu podem estar diferentes cabeças*” (GRAMSCI, 2004, p. 129). Faço uma conexão com o que afirmei antes em relação a tantos se intitularem pescadores para tirar vantagens. “São tantas cabeças debaixo da mesma categoria social...” Este é um alerta para que não tenhamos um olhar ingênuo ou romântico diante da realidade. Dessa forma, mergulho novamente na história e descubro nas idéias de Rosa Luxemburgo (uma dentre outras), uma atualidade, ao afirmar que a consciência de classe se funda na ação, na experiência das massas, e

não na teoria marxista introduzida de fora pelo partido, o que a impedia de aceitar o partido de quadros leninista como alternativa à social-democracia alemã, agremiação puramente eleitoreira (LOUREIRO, 2004a, p.158). Ao contrário de enfatizar uma visão anarquista, acredito que Rosa trata do processo educativo que se dá na ação, na práxis. De acordo com Loureiro (2004a, p.185), ela defende que as lideranças intelectuais/políticas, devem trabalhar pedagogicamente com as massas participando e intervindo no processo histórico. O problema é que ao discordar enfaticamente da metodologia proposta por outros marxistas, foi taxada de anarquista.

A relação que faço das palavras de Rosa Luxemburgo com nossa realidade é que no fazer, na prática educativa, temos tendência a achar que a verdade está conosco, iluminados, grupos de vanguarda. E que a educação é um processo de fora para dentro. Paulo Freire desmorona estes conceitos para nós, ao trazer a Pedagogia Do Oprimido (1972). Ainda assim, na academia, temos a arrogância de preparar teorias com a intenção de só aplica-las na prática *a posteriori*, acreditando que temos a solução para os problemas “dos outros”. Isso, no âmbito da educação ambiental, com raiz na psicologia comportamental, ocorre muito e conseqüentemente têm se constituído em muitos fracassos. O que não é bom, nem para nós acadêmicos, tampouco para a sociedade que sofre com as ações fragmentadas que buscam apenas mudanças comportamentais. Nas avaliações, não raramente encontramos posições que apontam a comunidade onde foi aplicada a teoria fracassada como a principal responsável insucesso da ação. Neste sentido, mantendo as diferenças contextuais, me chama atenção como essa mulher, há tanto tempo atrás, já havia percebido o processo educativo que ocorre quando os oprimidos estão efetivamente na luta para transformar a realidade. Outras palavras de Rosa :

...Um ano de revolução deu ao proletariado russo uma ‘educação’ que trinta anos de lutas parlamentares e sindicais não podem dar artificialmente ao proletariado alemão (LOUREIRO, 2004a, 213).

Longe de ser um elogio ao socialismo real, com estas palavras, quero chamar atenção para o processo que ocorre quando uma população, num determinado contexto histórico, põe-se em marcha no intuito de mudar uma

situação de opressão. E que não vai adiantar ficarmos anos nas universidades buscando metodologias diferenciadas para “resolver” os problemas da educação ambiental. Precisamos sim trabalhar para que os próprios oprimidos criem as saídas possíveis dessa situação. Nos juntarmos é necessário, mas daí precisa comprometimento, o que nem sempre é fácil.

Acredito que Rosa de Luxemburgo nos traz uma grande contribuição com sua clareza de visão em relação aos movimentos históricos que estavam correntes em sua época. Seu pensamento ainda hoje é muito atual e pertinente. Ela deu importância às massas instintivas, não-organizadas. Segundo Loureiro (2004a), ela demonstra grande simpatia pelo povo russo, o que explica sua ligação emocional com a literatura russa (tinha grande admiração por Tolstoi). Dava a entender, na sua empatia com o povo simples, que as massas populares, desde que não fossem exploradas nem oprimidas, teriam em si mesmas os recursos para sua emancipação, não precisando ser esclarecidas pelas elites cultas (LOUREIRO, 2004a, p.129).

Contudo não era uma visão romântica das comunidades primitivas, mas sim um entendimento crítico identificando noções de “dialética histórica” e vida, o que, segundo Loureiro (2004a, p.119), nos conduz ao fundamento do seu socialismo democrático: as massas vivendo as suas próprias experiências, encontram soluções inesperadas exigidas pelas circunstâncias imediatas e, neste processo, tornam-se livres e conscientes.

Outra vez, compartilho de suas idéias quando penso numa educação com os pescadores artesanais. Tenho afirmado que através dos fóruns, seminários, espaços de construção coletiva do conhecimento, podem surgir alternativas inesperadas para os conflitos. E somente esta população participando efetivamente da construção das soluções é que se poderá caminhar na direção da mudança.

O que concentra a reflexão, no intento de construir a proposta pedagógica que dê conta desta realidade, é como se dá a relação dos pescadores com o mundo que os cerca e como se dá sua prática. Perguntas norteadoras, tais como: De quem é a responsabilidade da degradação ambiental que envolve as atividades de pesca? Numa pergunta destas pode-se

perceber qual a análise que o sujeito faz do mundo e das relações que se estabelecem do ponto de vista do trabalho e da exploração capitalista.

Gramsci, (2004, p.101) faz um questionamento: Qual será a verdadeira concepção de mundo: a que é logicamente afirmada como fato intelectual, ou a que resulta da atividade real de cada um, que está implícita na sua ação? Seriam duas visões de mundo se imbricando, uma determinada pelo mundo que vivemos, de dominação de subordinação e exploração, outra do mundo que queremos, que idealizamos, que buscamos. E, segundo ele, a diferenciação entre aquilo que realmente fazemos e o que pensamos e gostaríamos fazer não é resultante de má fé, mas sim da relação de dominação histórica em que estamos inseridos. Paulo Freire (1987) sintetiza isto com a idéia de que o gérmen do opressor povoa o universo cultural dos oprimidos, tendo por conseqüência as ambigüidades entre agir e pensar. Não é possível agir fora do tempo, da história. Portanto, as condições de desalienação precisam ser construídas de modo processual.

Este princípio se aplica tanto a mim, pesquisadora, quanto ao público a que me reporto ao pesquisar. Por um lado, é a teoria, de outro, o desejo de ser e, por fim, o que é possível fazer dentro dos limites de uma sociedade organizada desta forma. É o que Freire (1980) denomina de atitude crítica para distinguir entre os sonhos, a utopia na história e o que é possível aqui e agora de acordo com a correlação de forças. Assim, o pescador que subsiste da pesca artesanal também vive em constante contradição, conforme vai desvelando, descortinando a realidade, poderá pensar e agir de modos contraditórios.

Para Gramsci (2004), a filosofia da práxis não busca manter o homem simples no senso comum, ao contrário, busca conduzi-lo a uma concepção de vida coerente na relação teoria e prática. Neste sentido, a convivência dos intelectuais e dos simples não é para limitar a atividade científica e manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa (p.103).

Este espírito é que orienta minha prática quando me coloco o desafio de uma pesquisa em meio aos pescadores e pescadoras artesanais da Lagoa dos

Patos. A intenção não é ficar parada nas suas limitações. Contudo, tenho a certeza que não sou um messias e não sou a primeira a anunciar as boas novas.

A educação ambiental, certas vezes, parece um pouco isso, um profeta da esperança em meio ao caos. No entanto, propus-me sentar com eles e colocar a sua disposição as ferramentas intelectuais que tenho buscando alternativas de resolução de problemas num ir e vir histórico. Assim, nas oficinas, problematizando, buscando a compreensão crítica de si mesmo através de uma luta de “hegemonias” políticas de direções contrastantes, no campo da ética, no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real (GRAMSCI, 2004).

A idéia é produzir conhecimento coletivamente e fazer história. O que isto significa? Que se vão buscando as formas de intervir na realidade em conjunto, na luta, no movimento. Desta forma, não estamos apenas produzindo um ensaio, mais uma dissertação de mestrado, mas estamos fazendo história efetivamente, nos posicionando na sociedade em que vivemos, definindo o lugar que ocupamos no mundo.



PERCURSOS DA INVESTIGAÇÃO:  
EDUCAÇÃO AMBIENTAL JUNTO  
AOS PESCADORES



“Nada a temer senão o correr da luta  
Nada a temer senão esquecer o medo.”

Sergio Magrão & Luiz Carlos Sá

## **2. PERCURSOS DA INVESTIGAÇÃO: EDUCAÇÃO AMBIENTAL JUNTO AOS PESCADORES**

### **2.1. UM POUCO DE METODOLOGIA DA PESQUISA**

“A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto. O pesquisador procura ver como o problema pesquisado se manifesta nos procedimentos e nas interações cotidianas.”(Lüdke, 1986, p.23)”,

Ao longo da investigação, estabeleceu-se uma comunicação/relação que ocorreu de diferentes formas, seguindo a metodologia proposta no projeto de pesquisa. A idéia era ouvir e se relacionar concretamente, dialogando com os pescadores e pescadoras. De acordo com isso, fez-se um calendário de visitas às comunidades e uma agenda de oficinas de educação ambiental com eles

Durante os encontros/oficinas que realizamos com os pescadores e pescadoras, procurei entender como se colocavam diante da realidade da pesca artesanal, como encaravam os conflitos existentes, o que pensavam da exploração do recurso natural, dos motivos da escassez, das regras de uso e mecanismos de monitoramento e controle da pesca.

A intenção da pesquisa foi estabelecer uma relação dialética e dialógica da pesquisa com os pescadores artesanais, a fim de apontar caminhos e alternativas possíveis em direção a uma prática transformadora, na ótica da educação ambiental que possa contribuir no movimento histórico dessa categoria.

De acordo com Triviños (1987), a massa dos pesquisadores que vivem nas universidades se esforça para amadurecer os novos posicionamentos da pesquisa na educação e encontrar os caminhos certos, mas a tarefa não é fácil. Segundo o mesmo autor, o pesquisador deve lutar para vencer as dificuldades de natureza diversa, bem como aquelas que dizem respeito com a sua própria formação tradicional, no seio positivista e estrutural-funcionalista,

que não são as mais fáceis de superar. Nesse sentido, entendo que o desafio é encontrar o rigor científico sem reproduzir tudo que queremos negar, o autoritarismo de um saber cientificamente resultante das pesquisas, as concepções da ideologia dominante e/ou uma idéia romântica idealizadora do grupo social.

Torna-se importante salientar que, mesmo no papel de pesquisadora, não foi possível deixar de exercer outro papel importante, que me foi atribuído pela responsabilidade profissional e política, de ser chefe regional do Ibama e com isso ter a fiscalização da pesca como uma das atribuições. Ao início poderia parecer muito difícil estabelecer um diálogo autêntico devido à simbologia que traz consigo a fiscalização do Ibama. Isto é, a construção histórica que se fez nessa relação entre pescadores artesanais e fiscais do governo, onde esses últimos, no mais das vezes, são vistos como inimigos do povo.

Aceitei esse desafio baseada na capacidade de diálogo que acumulei durante a militância de longos anos e por me sentir parte da parcela da população que sofre com exploração do sistema capitalista. Portanto, como gestora pública, estive na condição de conflito pertinente, almejando qualidade de vida para a categoria e, ao mesmo tempo, imbuída da responsabilidade pela sustentabilidade da pesca. Sendo assim, acreditei que seria possível dialogar com autenticidade no momento que essa categoria percebesse as reais intenções do trabalho, o que significou construir uma mediação de confiança na relação.

Tive sucesso nos meus intentos, pois realizamos oficinas, encontros e visitas muito produtivos do ponto de vista tanto do trabalho do Ibama (gestão compartilhada) quanto da reflexão teórica que fundamenta o trabalho de pesquisa.

Devido às atribuições profissionais e outras agendas que se apresentaram ao longo do ano, não foi possível em tão curto espaço de tempo desenvolver a pesquisa nos quatro municípios que compõem o entorno da Lagoa dos Patos (São Lourenço do Sul, Pelotas, Rio Grande e São José do Norte), com a mesma intensidade e dedicação. Nesta perspectiva dediquei mais tempo com os pescadores da Colônia Z3 em Pelotas e com as

comunidades do interior de São José do Norte. Na verdade não foi uma escolha deliberada, mas sim um envolvimento delineado na própria relação no campo de pesquisa. A reação dos grupos após a primeira oficina determinou novos encontros e atividades e pode-se, desde então, afirmar que o grau de organização dos pescadores da Colônia Z 3 está maior que o dos pescadores de São Lourenço do Sul. Isto foi um dos motivos que me levou a um envolvimento maior com o grupo mais organizado, devido a sua capacidade de me pautar e me exigir, ficando explícita a relação de dialogicidade coerente com a metodologia proposta.

Dessa forma, foram três oficinas na Colônia Z3 (Pelotas) e várias visitas para contatos, incluindo uma reunião na Cooperativa de Pescadores na própria Vila, com a presença do coordenador geral da educação ambiental do Ibama em Brasília, professor José Quintas. Nesse mesmo dia houve uma caminhada pela vila, com a orientação dos pescadores e pescadoras locais, culminando num almoço oferecido por eles ao professor e a nós que o acompanhávamos.

Realizamos uma oficina na Colônia Z1 (Rio Grande), algumas reuniões com lideranças e conversas individuais com pescadores e pescadoras em alguns contextos específicos que abordarei ao longo do trabalho.

Na Colônia Z2 (São José do Norte) fiz visitas nas comunidades, acompanhada de lideranças locais. Foram: Passinho, Capivaras, Várzea, Inhame e 5ª Secção da Barra. Nessas visitas tive a oportunidade de conhecer o pescador e a pescadora inseridos numa realidade distinta das outras Colônias, isto é, uma realidade menos urbana. A própria Lagoa dos Patos apresenta seu entorno bem mais preservado. Na Várzea, a comunidade ainda não possui energia elétrica, o que a difere acentuadamente de outras no seu cotidiano.

As visitas foram proporcionadas pelo trabalho do Ibama no que tange ao licenciamento ambiental da pesca. Assim, uma equipe trabalhava com a comunidade, fazendo o licenciamento, enquanto eu ficava conversando sobre sua vivência, gostos, festas, bem como suas dificuldades e desafios. Foi bastante rico em subsídios para o trabalho de fiscalização no sentido de conhecer a posição da comunidade em relação ao que precisa ser garantido

por parte do Estado para que se preserve a atividade pesqueira, tanto do ponto de vista das espécies pescadas quanto da cultura e da economia.

No debate com a comunidade, sobre a problemática da fiscalização ficou clara, a meu ver, a história da expropriação da classe trabalhadora pelo grande poder econômico, na forma como expressam a cadeia produtiva do pescado. Atualmente as espécies têm sido extraídas do meio natural e entregues por um preço extremamente baixo aos compradores (atravessadores), que por sua vez entregam o produto *in natura* para ser beneficiado em outro estado. O problema é que ser atravessador do produto não oferece uma legalidade (notas e impostos), e os pescadores ficam excluídos dos direitos trabalhistas tais como aposentadoria. Isso acarreta prejuízos ao pescador local, aos municípios e ao próprio estado.

A seu modo, a população denuncia isso, apenas não consegue se contrapor enquanto movimento social. Se traçarmos uma comparação entre o valor do quilo de uma espécie de pescado, como por exemplo o camarão, no local onde é capturado, e o preço do quilo do mesmo produto num grande supermercado, a diferença existente é uma aberração.

Por último, fiz contatos com o presidente da Colônia Z8 e marquei uma oficina que ao final não se realizou, porque não foi possível mobilizar os pescadores em curto espaço de tempo. Ao contrário dos outros lugares, não tínhamos em São Lourenço um contato que pudesse ajudar na mobilização da oficina. Inclusive, em outras atividades também encontramos dificuldades de trabalhar com essa colônia. O que acabou acontecendo foram contatos com a secretaria municipal de educação para conhecer uma escola do município que há um tempo atrás teria sido uma escola de pesca. Isto é, ela seria resultante de um projeto com a FURG e seria voltada para a pesca. Os contatos com a SMEC de São Lourenço do Sul resultaram em um projeto de extensão que estaria de alguma forma imbricado com a proposta de pesquisa. Na verdade, fizemos em torno de seis reuniões de discussão para decidir qual seria o público do projeto de extensão, se uma escola que estivesse inserida numa comunidade de pescadores ou se seria diretamente voltado à comunidade. Por fim se decidiu fazer um curso direcionado aos professores municipais,

responsáveis pela formação dos filhos dos pescadores, já que a cidade é situada às margens da Lagoa dos Patos.

O curso foi realizado numa parceria com o Museu Oceanográfico de Rio Grande – CEFAM (Centro de Formação Marinha), o MEA – Mestrado de Educação Ambiental (Álvaro Veiga Júnior) e o LABGERCO – Laboratório de Gerenciamento Costeiro da FURG (Aléssio Almada da Costa). A equipe do CEFAM fez saídas de campo com os professores, revelando para eles a realidade do estuário e da pesca e buscando uma visão regional e integrada do ambiente.

Houve momentos muito significativos para a educação ambiental, já que foram vinte e sete professores da rede municipal, sendo que o critério de escolhas foi por representatividade das regiões de abrangência das escolas. Havia escolas rurais e urbanas com realidades diferenciadas, e algumas trabalhavam com pescadores, enquanto outras não.

Outro momento de grande significância foi o encerramento do curso, que contou com a presença do professor José Quintas (CGEAM/Brasília). O curso foi desenvolvido em três módulos, sendo que um foi realizado nas dependências do Museu Oceanográfico do Rio Grande, enquanto os outros aconteceram no município de São Lourenço do Sul (SLS).

Uma grande contribuição das atividades que permearam a construção do curso foram as reuniões realizadas entre os parceiros para construir a proposta pedagógica de acordo com as necessidades locais, sintomáticas de um diálogo sociedade e natureza. Outra contribuição foi a saída de campo no município, orientada pelas professoras ligadas à Secretaria de Educação e Cultura, que nos remeteu à história do mesmo. Os pontos importantes na perspectiva do patrimônio histórico-cultural e ambiental nos foram contados e depois recontados nas atividades com os alunos do curso (professores da rede).

Outro trabalho relevante para a pesquisa trata-se do curso de educação ambiental que fomos desafiados a desenvolver no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande. São determinações judiciais, penas alternativas aplicadas a pessoas de baixa renda que cometeram pequenos delitos

ambientais, diga-se de passagens 99% na área de pesca, pelo menos nessa turma que trabalhamos. Esse curso fez parte das atividades que não estavam previstas no projeto de pesquisa mas que se apresentaram ao longo do mesmo, dialogando de forma problematizadora e desafiadora do ponto de vista da educação.

A justiça determinou que a FURG, através do programa de pós - graduação em Educação Ambiental, trabalhasse um curso aplicado a esse público . Conhecedora de tal realidade, fiz questão de me inserir no grupo que planejou e executou o projeto, com a intenção de fazer conexão com esta pesquisa. A seguir faço o relato das oficinas e cursos que engajei como pesquisadora participante.

## **2.2. MATERIAL DA PESQUISA: RELATO DAS OFICINAS**

Cabe registrar que, por ser impossível fazer uma dicotomia entre o trabalho profissional no Ibama e a situação de pesquisadora participante que me encontro, ao relatar atividades estarei de alguma forma dialogando com meu trabalho profissional e por conseguinte dentro da ótica da gestão pública. Outra questão é que me envolvi com outros atores sociais nas atividades, de acordo com os princípios da gestão compartilhada, a qual tem se configurado como prioridade no Ibama no que tange às atividades da pesca artesanal. Sendo assim, posso dizer que tive colaboradores, da universidade do Rio Grande, das lideranças das comunidades, de associações, enfim, dos colegas do Ibama. Também colaboraram alguns mestres em educação ambiental e outros profissionais os quais foram e continuam sendo de suma importância para a construção de uma política pública que contemple a pesca artesanal e a educação ambiental voltada à emancipação dessa categoria social.

Na realização das oficinas, procuramos estabelecer uma dinâmica de trabalho que contemplasse os preceitos da educação dialógica e dialética de Paulo Freire, debatendo através de trabalhos de grupos e buscando em plenário a hierarquização e sistematização das problemáticas apontadas, contribuindo assim para que os próprios pescadores e pescadoras possam refletir sobre os conflitos de uso do recurso pesqueiro e também propor soluções.

A proposta das oficinas se constituiu em uma metodologia problematizadora, de acordo com a qual nos primeiros encontros se aplicaria uma dinâmica de trabalhos de grupo onde os participantes fossem capazes de elencar três problemas, por ordem de prioridade, ao mesmo tempo em que apontariam possíveis soluções para tais. A partir da primeira oficina já ficaria acertado o tema da próxima e assim sucessivamente.

A idéia foi de construir coletivamente as oficinas de forma que, por um lado, fosse interessante aos participantes e, ao mesmo tempo, se sentissem co-responsáveis pelos trabalhos e encaminhamentos. Acredito que foi determinante a metodologia adotada para que o grupo pudesse compartilhar o conhecimento que traziam consigo e estabelecer uma troca e um diálogo conosco, a fim de que também possamos entender as representações de natureza e educação que perpassam as comunidades de pescadores e construir conjuntamente algumas alternativas.

Contornando as ambigüidades de tomar como referência o saber dos especialistas, o intento vai ser dirigido aos outros aspectos, características e circunstâncias que fundamentam a educação ambiental. Um desses fatores é a consideração da visão de mundo, dos saberes dos atores envolvidos e diretamente afetados pelos encaminhamentos das decisões. Carregando as tintas, poderíamos afirmar que na visão de mundo, de forma inseparável associam-se sociedade e natureza (PEREIRA, 2005).

Durante as oficinas abordei a visão que poderiam ter da educação ambiental como também o que pensavam das pesquisas que as universidades aplicavam na Vila de pescadores onde vivem. As respostas foram amplas. Eles falam dos problemas que vêm com a poluição das margens com o lixo e os efluentes das indústrias. Acreditam que seria preciso desenvolver ações de sensibilização com a comunidade, porém entendem que algumas ações implicam um movimento de pressão política para cumprimento de normas que respeitem o bem comum.

Com relação às pesquisas e entrevistas das quais são alvo, durante pesquisas, eles denunciam uma certa mágoa com as universidades. Um dos participantes chegou a declarar que só ele durante sua vida de pescador teria concedido mais de trinta entrevistas e nunca teria tido acesso aos possíveis

resultados da suposta pesquisa. Por outro lado, reclamam também de terem participado de pesquisas que envolvem uma determinada espécie de pescado e que a mesma teria sido interrompida sem explicações ou satisfações a eles pescadores. Isso também se aplicou em arte de pesca. A impressão deles é que são usados para interesses particulares de um ou outro pesquisador e não conseguem enxergar vantagem alguma para a comunidade pesquisada.

As respostas quanto à educação em si tratam da relação da sociedade com o meio que vivem e as relações complexas que imbricam. Contudo, não podemos esquecer que a sociedade se organiza como parte de sistemas locais que se relacionam com um sistema global e que não existem "ilhas" em meio ao caos. Isto é, não acredito ser possível desenvolver proposta de Educação Ambiental calcada na mudança comportamentos numa sociedade nos moldes da capitalista onde as idéias centrais são o lucro e o consumo.

Continuando, pode-se dizer, então, que as representações sociais formam um conjunto de idéias, valores, símbolos, ideologias, que identificam determinado grupo, ou seja, a forma como esse grupo age, se vê ou se pensa. Com esse referencial, podemos começar a pensar em educação ambiental a partir das representações sociais, nas quais se cruzam os nexos entre sociedade e natureza. Ou seja, a forma como os indivíduos envolvidos no processo societário entendem o tema do meio ambiente e a visualização de passos para uma educação ambiental (PEREIRA, 2005). No entanto, o trabalho atual me fez pensar que, no que tange a educação ambiental, essa categoria precisa extrapolar a visão comportamentalista e entender o processo educativo como algo intrínseco à participação social e política. Entenda-se por participação política a capacidade de intervir nos processos decisórios que envolvem a vida cotidiana das comunidades afetadas por tais decisões. Em algumas falas pôde-se perceber essa visão mais emancipada da realidade. Principalmente nessa comunidade, onde a participação está em grau mais adiantado do que em outras que visitamos. Passo agora ao relato mais detalhado do trabalho nas oficinas.

### 2.2.1. 1ª OFICINA – COLÔNIA DE PESCADORES Z 3 – PELOTAS

Antes do dia 09 de junho de 2005 foram disponibilizadas 25 fichas de inscrição para a oficina, através da Colônia de Pescadores. Tivemos que intervir no processo pois percebemos que se deixássemos por conta da Colônia não teríamos público nas oficinas. Isso já denunciava que a relação da Colônia com os pescadores e pescadoras estava um tanto conturbada. Ao longo do tempo, constatamos alguns entraves no relacionamento, mas já podemos adiantar que as oficinas ajudaram a minimizar tais problemas. A partir disso, para o chamamento do público para participar das oficinas, contamos com a colaboração da equipe de educação ambiental do Posto de Apoio do Ibama em Pelotas<sup>5</sup> para levar as fichas de inscrição nas casas dos pescadores e conversar com os mesmos. No dia compareceram 19 pessoas, homens e mulheres. O local de realização das mesmas foi o salão comunitário ligado à Igreja Católica.

Aplicamos dinâmicas de apresentação dos participantes com a intenção era descontraír e criar um ambiente confiável. Dois a dois conversavam durante alguns minutos e a seguir um apresentava o outro e, por fim, diziam com que bicho poderiam comparar o companheiro e por que.

Logo após as apresentações foi proposto, pela coordenação da reunião, um trabalho em grupo onde se refletiria sobre problemas que os participantes percebiam no ambiente que os cerca e que consideravam pertinentes para serem discutidos naquele momento. Para isso, combinamos que seriam elencados três problemas, por ordem de prioridade, e para cada um deles apontariam uma solução que o grupo considerasse possível. Por último, no plenário, pedimos permissão para gravar uma rodada com as seguintes perguntas: - O que entendem por educação ambiental? Como deveria ser a EA?

---

<sup>5</sup> O planejamento e execução das oficinas contou com arranjo institucional FURG e Ibama, atendendo termo de cooperação técnica pré-existente. Por outro lado, dentro dos princípios da pesquisa participante envolvi os pescadores e pescadoras no processo de construção.

Abaixo apresentamos o que resultou dos grupos (apontamentos da equipe do Ibama):

<b>GRUPO</b>	<b>PROBLEMAS</b>	<b>SOLUÇÕES</b>
01	A má fiscalização do Ibama, uso de armas e agressividade com o pescador.	Não ser corrupto; fazer fiscalização justa.
	Falta de comunicação entre Ibama e pescador/tipo de abordagem ao pescador artesanal.	Ouvir mais o pescador artesanal, através de reuniões como esta.
	A posição do Ibama perante a fauna e a flora	Precisam aprender a cuidar mais das pessoas e não só da fauna e da flora
02	Fiscalização só nos pescadores pequenos	Fazer fiscalização também nos pontos de entrega do pescado e não só no pescador.
	Barcos grandes na lagoa;	Fiscalizar os grandes também
	Traineiras na boca da barra	Fiscalizar os grandes também
03	Uso da malha miúda	Rever as artes de pesca
	Péssima abordagem dos fiscais do Ibama	Melhorar a comunicação entre Ibama e pescador

Segue algumas reivindicações que surgiram na fala dos atores durante o plenário dos grupos e que foram sistematizadas pela equipe de coordenação dos trabalhos:

- Revisão do calendário de pesca;
- Fiscalização na região de Rio Grande (bosque) por causa do arrasto e do calendário do camarão;

- Liberação do Caracol<sup>6</sup> (arte de pesca que às vezes é confundida trolha<sup>7</sup>);
- Embarcar um fiscal do Ibama num barco de pescador para pegar os barcos grandes;
- Ter retorno das pesquisas que as universidades vem fazer na comunidade;
- Tirar o Ibama da Lagoa (no caso de não melhorar a abordagem e uso de armas de fogo contra o pescador);
- Rever o calendário do bagre (tirar o bagre da IN 03)
- Fiscalizar as firmas
- Cobrar da SEAP porque não regrou as embarcações de compra na Lagoa dos Patos (estuário);
- Combinar com a Capitania dos Portos para não dar licença temporária aos barcos do oceano (maiores de 12 metros) para comprar na lagoa porque eles acabam pescando na lagoa;
- Procurar saber o que foi feito pela FURG sobre o Caracol (uma vez eles pesquisaram sobre isso) aqui na Z3.
- Promover pesquisa participativa (com pescadores) sobre o camarão e a relação entre a água salgar e o camarão aparecer mais cedo.

Ao analisar o conteúdo das reivindicações, como também ao observação durante a oficina, pude perceber a ansiedade da população em ser ouvida de partilhar a gestão. Eles têm muito a falar e ficou quase impossível controlar para que todos pudessem se expressar e ouvir um ao outro. Nesse momento percebi a importância da didática na reunião. Trabalhamos com técnicas que possibilitaram a participação de todos, o que acalmou um pouco os ânimos. Outra coisa interessante é que algumas mulheres já haviam participado de reuniões e encontros promovidos pelo movimento popular, e foi isso que garantiu que o grupo aceitasse participar das técnicas que propomos,

---

<sup>6</sup> Arte de pesca proibida pela IN 03/2004 – MMA/SEAP

<sup>7</sup> Arte de pesca proibida pela IN 03/2004 – MMA/SEAP

já que alguns pescadores manifestaram receios e resistência em se condicionar às regras que apresentamos na técnica de apresentação e nas outras. Superados esses percalços, a oficina foi desenvolvida num clima de cooperação e cordialidade. Isso revela, numa ambigüidade, de um lado o imperativo de expressar seu ponto de vista e, de outro, vacilar diante das regras democráticas no transcurso do evento.

Durante o andamento dos trabalhos, os pescadores expressaram sua inconformidade com as regras existentes na pesca, demonstrando inclusive desconhecimento de regras básicas como, por exemplo, o período que é permitido pescar o bagre (uma das espécies regradadas pela Instrução Normativa 03/2004). Contudo, notei a satisfação que sentiam em serem ouvidos e poder participar da reunião em situação de igualdade com os representantes do órgão público (Ibama). Isso me remete às palavras de Demo (1996), onde afirma que a participação se concretiza sob formas de colaboração repartidas, o que fica claro quando trabalhamos diretamente com as comunidades. As pessoas realmente querem opinar, ajudar, colaborar, e quando proporcionamos essa chance a eles o resultado é surpreendente.

Sendo assim, depois de fazer o primeiro levantamento de problemas combinamos o que iríamos aprofundar no próximo encontro. Foi acordado que seria o próprio calendário de pesca, pois eles em parte o desconheciam e, mesmo assim, discordavam dos técnicos que elaboraram as regras no que tange à biologia das espécies e períodos de captura.

### **2.2.2. 2ª OFICINA COLÔNIA DE PESCADORES Z 3 – PELOTAS –**

Conforme combinado anteriormente com o grupo, realizamos o segundo encontro. A coordenação agora fora ampliada e passara a contar com alguns técnicos da universidade do Rio Grande (FURG). O grupo de pescadores e pescadoras manteve alguns membros, digamos que 80% do grupo anterior, e trouxe ainda alguns novos, resultando um total de 22 participantes. Dessa vez a sistematização dos dados foi compartilhada pela equipe do Ibama e FURG, contando com os apontamentos de observação da pesquisa.

A necessidade de calendário de pesca se apresenta diante do aumento do esforço de pesca e da mudança de alguns aspectos da atividade que agora

não mais atende apenas a subsistência, mas também tem servido para comercialização e lucro, através do trabalho de algumas pessoas que chamamos comumente de “atravessador”. É aquela figura que não pesca, mas compra do pescador e vende para a indústria ou para o comércio. Ele lucra sobre a atividade e aumenta a capacidade de venda do produto, pois se cada pescador vendesse seu próprio peixe não seria capaz de vender tanto, já que levaria tempo fazendo os negócios diretamente ao consumidor e, conseqüentemente, não pescaria tantos quilos/toneladas. Desde que vem crescendo o esforço, a capacidade de reprodução da espécie fica prejudicada tendo que existir legislação específica proibindo a pesca em alguns períodos do ano para garantir a sobrevivência da espécie. É o caso da Instrução Normativa conjunta, 03/2004, do Ministério do Meio Ambiente e da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, que estabelece as regras de pescaria na Lagoa dos Patos (períodos, petrechos, perfil, licenças e outros).

No trabalho de Reis<sup>8</sup> (2005) fica evidenciado a importância e as características do estuário da Lagoa dos Patos:

Os estuários suportam grandes estoques de peixes, primariamente juvenis, sendo que os localizados em regiões temperadas são as principais áreas de criação para a maioria dos estoques de importância comercial (Kennish, 1990 *apud* Ramos & Vieira, 2001). Uma das áreas pesqueiras mais produtivas do país é a plataforma continental do Sudeste-Sul brasileiro. Algumas das espécies de peixes economicamente mais importantes dependem, em alguma etapa de seu ciclo de vida, do Estuário da Lagoa dos Patos. A região teve grande importância pesqueira nas décadas de 60 e 70 com capturas totais de bagre, corvina e tainha de aproximadamente 45 mil toneladas em 1972, porém as capturas vêm caindo drasticamente desde o início dos anos 80 não ultrapassando atualmente o volume de 5 mil toneladas (Anexo III, p. 02).

---

<sup>8</sup> Estes dados fazem parte do relato de um projeto sob o título de: RESTABELECIMENTO DA CAPACIDADE PRODUTIVA DO SISTEMA AMBIENTAL DA PESCA NO EXTREMO SUL DO BRASIL, desenvolvido a partir do financiamento do FNMA- Fundo Nacional de Meio Ambiente , Coordenação: Profa. Dra. Enir Girondi Reis , Laboratório de Recursos Pesqueiros Artesanais – Depto Oceanografia, Unidades Participantes FURG (responsáveis), . Laboratório de Crustáceos Decápodes – Prof. Dr. Fernando D’Incao, Laboratório de Gerenciamento Costeiro – Prof. Dr. Paulo Roberto Tagliani, Centro de Estudos em Economia e Meio Ambiente – Profa. Dra. Patrícia Abdallah, Entidades colaboradoras: Fórum da Lagoa dos Patos, Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente – Rio Grande

Foi possível perceber a falta de conhecimento por parte dos pescadores sobre a legislação (Instrução Normativa Nº 03/2004) que rege todas as espécies citadas, como também da realidade com relação ao decréscimo das pescarias. O que prevalece ainda é o pensamento mágico como, por exemplo, quando atribuem a boa safra em alguns momentos a questões religiosas.

Contudo, eles expressam descontentamento quanto à legislação atual, e opinam e sugerem mudanças. Citam antigas legislações, demonstrando conhecimento de anos de prática. Fazem isso com um certo orgulho de serem pescadores há tanto tempo. Isso demonstra que eles têm uma intuição e uma observação dos fatos, mas, por outro lado, parece que não acreditam na solução vinda deles e sim nas regras externas (impostas). Outro fato a ser evidenciado refere-se à composição física da embarcação, onde a IN Nº 03/2004 – MMA/SEAP apenas limita o tamanho mínimo (12 metros). Na verdade, essas observações são divergências com a legislação que demonstram conhecer parcialmente. Isso fragiliza a relação das lideranças dos movimentos com o governo, como também com a população de pescadores, porque eles seriam, em tese, o elo de ligação entre as políticas públicas e a comunidade. A contradição exposta é que no Fórum da Lagoa dos Patos o discurso é que tais regras foram compartilhadas com os pescadores. No entanto, na prática não é o que se evidencia, o que indica que o processo estabelecido na época não proporcionou a emancipação como defendemos num processo educativo libertador. Contudo, não temos a ambição de ser donos da verdade, então acreditamos que esse desconhecimento pode ser por parte de alguns, o que nos desafia descortinar nos próximos encontros e visitas à comunidade.

Quanto à questão do calendário de pesca, a discussão centrou-se mais nas espécies de peixe Bagre (*Netuma barba*) e Camarão-rosa (*Fanfante penaeus paulensis*). Quanto ao bagre, nota-se que existe discordância entre os pescadores dessa localidade com o período de pesca instituído na IN 03/2004-MMA/SEAP, sendo que também existem diferentes concepções no que tange ao estabelecimento de um novo calendário. Dessa forma, é de comum acordo que seja estabelecida nova pesquisa integrando o saber tradicional das comunidades de pesca artesanal e o saber oriundo da

pesquisa científica. Cabe salientar que alguns pescadores, incluindo os de outras comunidades do estuário, comentam que o bagre poderia não mais fazer parte da IN 03/2004-MMA/SEAP, como é o caso do linguado (*Paralichthys sp.*) e do siri (*Callinectes sp.*).

Quanto ao camarão-rosa, ficou evidenciado que a pesca predatória, aquela que desrespeita a legislação vigente, está ocorrendo devido ao descontentamento quanto ao controle na escassez e ao regramento atual que considera um período fixo para a abertura da safra (1º de fevereiro). Portanto, os pescadores pedem liberação da safra através de pesquisa a ser realizada anualmente, a partir de dezembro, em áreas indicadas como pontos de pesca, não em criadouros (Saco do Justino, Bandeirinhas, Saco da Mangueira e outros). Conforme o grupo, o calendário para a pesca do camarão-rosa deveria ser maleável e orientado por pesquisa.

O grupo também solicitou estudo sobre a arte de pesca conhecida como caracol, atualmente proibida, mas que acreditam não ser predatória e sim seletiva, pescando apenas os peixes maiores.

De acordo com Reis (2005):

Toda a pesca permitida no estuário da Lagoa dos Patos é realizada com redes de emalhar que é operada de quatro maneiras: 1) emalhe fixo ou rede de espera; 2) emalhe fixo com feiticeira; 3) emalhe à deriva; e 4) emalhe de cerco. O uso da rede de emalhar fixa predomina na região. A pesca ilegal com redes de arrasto é praticada de duas formas: com arrasto de portas e com trolha (p. 11 – anexo III).

Outro problema apontado pelo grupo é que existem vários barcos de pesca costeira (maiores do que o permitido) que estão pescando dentro do estuário. Inclusive afirmam que, por vezes, esses barcos possuem permissão de “compra” de pescado, fornecida pela Capitania dos Portos, mas que acabam por pescando, concorrendo com as pequenas embarcações de pesca artesanal. Não nos atendo apenas às condições objetivas da realidade, mas trabalhando na ótica das subjetividades que fazem parte das relações humanas e educacionais, encerramos esse encontro com a esperança da continuidade e do despertar de consciência que cada participante poderia sofrer durante o processo.

### **2.2.3. 3ª OFICINA COLÔNIA DE PESCADORES Z 3 – PELOTAS –**

Nessa ocasião tivemos um número maior de pescadores que atenderam ao chamamento e o apoio da escola local para fazermos a reunião. Enquanto uma parte do grupo se manteve na continuação dos trabalhos anteriores, outros eram novos.

Na reunião do dia 22 de agosto de 2005, contando com a presença de 25 pescadores (as) e da gerência estadual do Ibama, foi realizada uma oficina intitulada “o caminho do camarão”, em que, com as informações obtidas com o grupo, foram estabelecidas as etapas de comercialização desse crustáceo, até chegar ao consumidor final.

A presença da gerência executiva do Ibama RS significou simbolicamente a valorização tanto do nosso trabalho (de Educação Ambiental), quanto do próprio grupo comunitário. Eles puderam estabelecer uma comunicação direta com a pessoa que poderá, em tese, alavancar suas reivindicações, como ouvir suas críticas à atuação do órgão fiscalizador.

A parte tocante à cadeia produtiva foi coordenada pelo Msc Aléssio da Costa, o qual também fez parte da execução das outras oficinas como consultor do programa Costa Sul (LAB/GERCO).

Primeiramente foi perguntado aos presentes se o camarão representa para eles realmente a espécie de pescado que desperta maior interesse, o que foi assinalado como positiva tal questão. A safra analisada refere-se ao ano de 2005.

Foi alocado papel pardo na parede, onde foi delimitada a área de praia (Lagoa) e identificada, com tarjetas, a primeira comercialização. Foi identificada a existência de três linhas ou caminhos que o camarão pescado perfaz até chegar ao consumidor final. Cabe considerar que, atualmente, conforme relatos do grupo, a maior parte do camarão capturado é repassada aos atravessadores.

Um caminho passa pelo atravessador identificado com o número “1”, outro, para o conhecido como “picareta” e, o terceiro caminho refere-se à comercialização direta ao mercado de consumo.

Atores envolvidos no processo de comercialização, descrição do processo de comercialização e valor agregado ao quilograma de camarão:

**Atravessador 1:** identificado como aquele comprador que faz a compra na chegada do pescador à praia ou trapiche; geralmente possui uma “salga”, fornece o gelo<sup>9</sup> e outros materiais, além de petrechos que o pescador necessita para a safra. Esse último fica ligado ao atravessador pelo fornecimento antecipado de tais equipamentos. Esse comprador também é identificado como “proprietário” de banca de pescado no Mercado Público Municipal. O preço pago aos pescadores é acertado anteriormente pelo grupo de atravessadores, o qual, conforme informado na reunião, possui uma forma de cartel de compra. Também existe uma forma de conluio entre esses e o setor da indústria de pescado, no sentido de formação de preço máximo pago pelo camarão. O valor pago aos pescadores (as) é baixo, em torno de R\$ 2,00 na safra analisada, sendo que os pescadores informam que seus custos são altos e que podem estar acima de R\$ 1,00 por quilograma de camarão pescado. Esse atravessador (1) repassa o camarão inteiro (sem processamento) apenas com lavagem, por R\$ 2,50 a 3,00, o que representa um acréscimo de 25 a 50% em forma de lucro bruto.

**Atravessador 2:** com maior ligação com o setor industrial, faz um elo entre o primeiro comprador e a indústria. Não ficou bem claro a ação desse ator, mas parece ser uma espécie de comprador para a indústria. Compra conforme a demanda dessa última, efetuando uma forma de seleção da mercadoria. O valor que revende o camarão recebe uma elevação de aproximadamente 70%, calculado pela média do preço que compra (R\$ 2,75) e do preço que vende, R\$ 4,75 (o valor informado varia entre R\$ 4,50 e R\$ 5,00).

**Picareta:** esse ator é identificado pelos pescadores e pescadoras como benéfico ao sistema, pois paga um melhor preço pela mercadoria, R\$ 3,00 a R\$ 4,00. Geralmente faz uso de um carrinho de mão, compra direto nos trapiches de pesca e repassa para os consumidores (identificados como

---

<sup>9</sup> Diferentemente de Rio Grande e São José do Norte, os pescadores de Pelotas compram o gelo para a saída de pesca de camarão. Informaram que as saídas duram 5 dias ou mais, por isso precisam do gelo para conservação do pescado. Atualmente, a Cooperativa Lagoa Viva vem fornecendo o gelo a menores preços. Antes disso, se não fosse fornecido pelo atravessador, era necessário comprar em grandes volumes.

Consumidor Final 2), vendendo de casa em casa, oferecendo arbitrariamente seu produto, ou repassa para restaurantes, supermercados, lojas especializadas, etc. Além dessas formas de comercialização, o picareta vende para o mercado chamado “clandestino”, indo para outros municípios e Estados, os quais geram evasão fiscal; o picareta também foi identificado como comprador dos atravessadores 1 e 2. Quando compra direto do pescador pelos valores acima indicados auferir lucro bruto em torno de 110%, e, se compra de atravessadores, tem seu lucro diminuído;

**Indústria:** esse setor é representado por indústrias da região (Pescal, Torquato Pontes, Orlando Hepp, Já Pesca, dentre outras), situadas nos municípios de Rio Grande, Pelotas e São Lourenço do Sul. Atualmente, segundo informação de um dos pescadores:

“As indústrias de outros estados não têm vindo comprar nesta região, como acontecia anteriormente com as do Estado de Santa Catarina; o camarão é processado e vendido geralmente sem a casca e cabeça, ou sem a cabeça, para o mercado interno e externo”.

Os pescadores afirmam que neste processamento, sem casca e cabeça, o camarão perde 50% do peso, portanto, comparando o preço de compra com o preço vendido para o mercado externo ocorre uma majoração de cerca de 1.400% (compram por R\$ 4,75 e vendem por R\$ 75,00). Outra forma de comercialização realizada pela indústria é para o mercado interno, que inclui, dentre outros, distribuidoras, supermercados e restaurantes. Nesses pontos, o quilograma do camarão atinge de R\$ 25,00 a R\$ 30,00, já processado, o que gera uma margem de lucro bruto em torno de 190% (calculado a partir do preço médio de compra, R\$ 4,75, e preço médio de venda de R\$ 27,50);

**Supermercados, restaurantes, lojas especializadas, etc.:** esse setor geralmente compra por R\$ 15,00 o quilograma do camarão já processado, e revende por R\$ 30,00, o que gera uma margem de lucro bruto de 100%;

**Família dos (as) pescadores (as):** foi identificado que alguns pescadores (as) repassam o camarão para suas próprias famílias, ou para outras famílias da comunidade, que executam uma forma de processamento com a remoção da cabeça do camarão e/ou da casca. Nesse setor não foi identificado um preço de custo para o produto, mas existe a informação de que

as mesmas podem repassá-lo por valores que dependem do setor a quem vendem, se for para o consumidor final 1, vendem por R\$ 30,00 (processado), o que equivale a um lucro bruto<sup>10</sup> de 1.400%. Por outro lado, quando vendem para o consumidor final 2, cobram de R\$ 10,00 a R\$ 14,00 (processado), auferindo lucro bruto em torno de 500%;

**Distribuidor:** esse setor é identificado como aquele que faz o elo entre a indústria e o mercado consumidor, sendo que, como salientado acima, a indústria repassa seu produto para o mercado de forma direta, por isso esse setor está presente dependendo das condições que o mercado lhe impõe. Sua margem de lucro não ficou clara, no entanto. Foi informado pelo grupo que esse setor não possui margens elevadas, repassando para restaurantes, supermercados, lojas especializadas, etc.

**Consumidor final 1:** esse tipo de consumidor foi identificado como comprador de duas fontes: família de pescadores (as) ou de supermercados, lojas especializadas, etc. No entanto, são raras as vezes que compra o produto diretamente das famílias de pescadores que processam o camarão, pois são exigidos cuidados sanitários que na maioria das vezes não existem no processamento e, também, para atingir esse mercado de preço elevado as famílias de pescadores (as) devem ter um bom sistema de contatos com o mercado. Os valores pagos por esse consumidor chegam a R\$ 30,00 pelo produto processado.

**Consumidor final 2:** esse consumidor adquire seu produto diretamente junto às famílias de pescadores que efetuam o processamento do camarão, o que pode ocorrer em feiras como as que ocorrem periodicamente no município de Pelotas, com apoio da prefeitura e da SEAP. Com essa última, adquirem o “Kit-feira”. Esse consumidor compra o camarão na maioria das vezes já processado, por valores entre R\$ 10,00 e R\$ 14,00.

Após a realização do debate, acerca dos caminhos que o camarão percorre até chegar ao mercado consumidor, foi pedido que todos examinassem o fluxograma elaborado a fim de que o mesmo pudesse ser

---

<sup>10</sup> Esses valores de lucro bruto foram calculados quando pescado no âmbito da própria família e assumindo custo de pesca de R\$ 1,00 por quilograma.

aprovado como representativo da realidade. Assim, o fluxograma foi aprovado por todos os presentes e a seguir o apresentamos já formatado na Figura 2<sup>11</sup>.

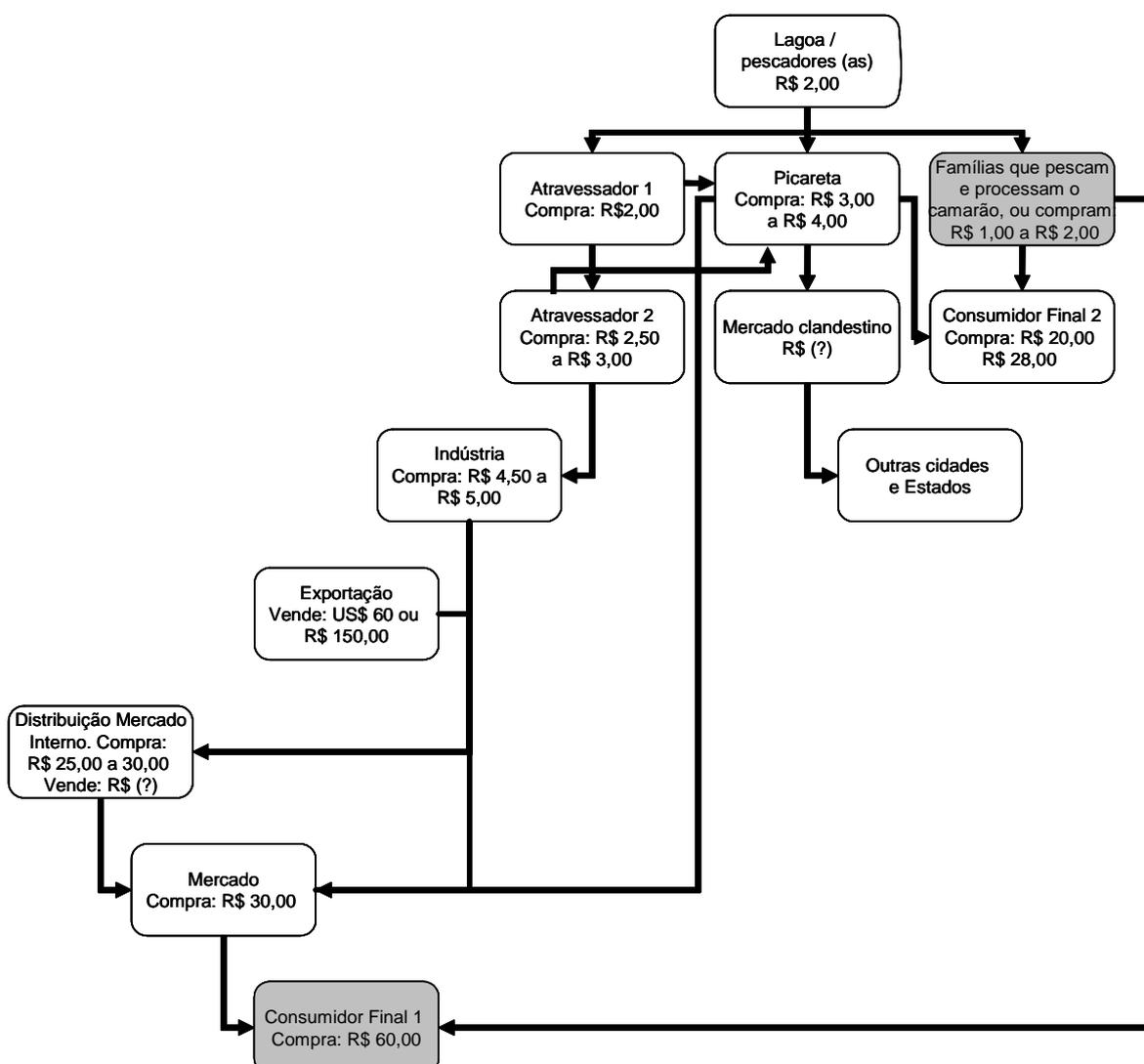


Figura 2. Fluxograma de caminho do camarão / Colônia Z-3 – Pelotas

Tudo que explicitamos acima foi construído em conjunto com os pescadores, procuramos ser fiéis a fala deles inclusive na nomenclatura atribuída aos compradores do produto pesqueiro. Percebemos que eles têm um conhecimento de como funciona a cadeia produtiva e que está próximo de construirmos alternativas menos prejudiciais à comunidade. No entanto, o que lhes falta é entender de forma ampla: por que determinadas relações se dão daquela forma; Como funciona a sociedade capitalista onde o próprio pescado

<sup>11</sup> Os preços considerados referem-se ao quilograma do camarão inteiro ou sem processamento, na safra de 2005.

virou mercadoria; em que sentido a relação com o extrativismo é diferenciada; que se a natureza é generosa, o recurso natural não é inesgotável.

Nesse sentido, foi solicitado aos presentes que se manifestassem com algumas idéias que tornassem possível delimitar um caminho alternativo na comercialização do camarão, ou que potencializasse formas de comercialização que busquem a sustentabilidade do sistema, em seus aspectos ambientais, econômicos e sociais.

Três grupos foram formados para discutir tais questões e os resultados ou sugestões apresentados estão descritos a seguir:

**Grupo I:** fortalecer a cooperativa existente e aumentar a consciência dos pescadores (as) sobre os benefícios de tais organizações, bem como aumentar da fiscalização no que tange ao tamanho mínimo do camarão (90 mm);

**Grupo II:** gerar conscientização para formação de cooperativas assim como de redes de cooperação, acabar com o atravessador, criar tabela de preço mínimo para o pescado em geral (pelo poder público em conjunto com a comunidade de pesca); formar um “mercadão” com apoio da prefeitura, dentre outras instituições, para que o pescado seja comercializado na própria comunidade, acreditando que compradores viriam até o local, atraídos pelo baixo preço a ser cobrado, pois estariam sendo diminuídas as atuais etapas de comercialização identificadas, entre a captura do camarão e o mercado consumidor;

**Grupo III:** formar apoio às cooperativas, estabelecer preços mínimos, aumentar subsídios aos pescadores (as). Foi citado o subsídio ao óleo diesel praticado pela SEAP (Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca), que atualmente pescadores de pequena escala não vêm conseguindo por excesso de burocracia.

Dessa forma, percebe-se existir certo consenso de que uma melhoria no processo de comercialização poderia ocorrer através do fomento a formas de organização que envolva a comunidade, possibilitando acesso direto ao mercado consumidor, ou ainda, com um menor número de etapas até chegar neste mercado.

Além das demandas assinaladas acima, o grupo entende que deveria haver apoio para a regularização quanto à documentação, onde muitos pescam há vários anos e, devido às modificações que ocorreram nos últimos anos, estão em desconformidade com a legislação.

Quando questionados quanto à existência de dependência com o atravessador, eles acreditam que esta figura é necessária para garantir a venda dos produtos pescados, assim como para fornecer os petrechos de pesca no caso de não possuírem. O que fariam para diminuir essa dependência, já que apontam como solução, é, principalmente, a formação de cooperativas, dentre outras ações, o que teria que ser implementado aos poucos, entregando uma parte da produção para o atravessador e outra para a cooperativa, até que fosse quebrado o vínculo de dependência por completo.

#### **2.2.4. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS OFICINAS NA COLÔNIA Z 3**

Poderia se dizer que a comunidade da Colônia Z-3 (Pelotas) possui elevado grau de conscientização dos problemas que vêm enfrentando, e que vêm respondendo de forma politizada e cidadã aos desafios que o exercício da atividade vem lhes impondo, formado por conflitos de uso, como os assinalados na parte introdutória desse trabalho, além da exposição de seus conhecimentos sobre a comercialização do camarão-rosa, produto de alto valor comercial e fortemente demandado, tanto pelo mercado interno como pelo externo. Contudo, a parcela da comunidade que está organicamente participando dos movimentos e organizações sociais ainda é incipiente. Pode-se afirmar que existe carência no aspecto organizacional da atividade por parte da comunidade pesqueira como um todo.

As reuniões abrem um espaço e uma possibilidade de diálogo entre a comunidade e o órgão gestor/executor da política pública, que de certo modo é fundamental e estruturante no pensar de uma educação ambiental transformadora aliada à gestão compartilhada. A pouca representatividade atual do Fórum da Lagoa dificulta esse diálogo, necessitando de um fortalecimento da relação através de ações complementares de formação e participação. Isso se explicita nas posições antagônicas quanto ao calendário de pesca instituído pela IN 03 de 2004, o que vem contribuindo para a falta de compromisso dos pescadores (as) para com as regras nela contidas. Sendo

que essa Instrução Normativa foi construída por dentro do Fórum da Lagoa, é imperdoável que a maioria dos pescadores na base não a conheçam nem reconheçam a mesma como regra.

Por outro lado, ficou evidente que nessa comunidade existe um grupo que conhece algumas das principais problemáticas, como no caso da cadeia de comercialização do camarão, inclusive com algumas iniciativas para que seja quebrado o círculo vicioso que vem contribuindo para a diminuição da qualidade de vida da comunidade e, nesse mesmo sentido, vem contribuindo para a diminuição das capturas de pescado. O que lhes falta é um entendimento do contexto econômico político que gera tal cadeia de comercialização. Seria de fundamental importância o entendimento, por parte do movimento de pescadores, de como ocorre a alienação do trabalho e como esse fato poderá ser a mola mestra da expropriação da categoria de pescadores de pequena escala.

O preço que o camarão atinge no mercado consumidor atinge uma majoração que pode chegar a 1.400%, considerando a primeira comercialização e, como informado anteriormente, a maior parte dos pescadores (as) repassa o camarão para o primeiro atravessador, com uma margem de lucro estimada em 100%.

Esses fatos tornam clara a necessidade de transformação do atual sistema de comércio, tornando-o mais justo. A expropriação da força de trabalho, como também a sobreexploração das espécies de pescados, fica exposta no fluxograma apresentado, onde a indústria de beneficiamento e o restante da cadeia de comercialização acumula capital e percebe os lucros.

Quando observamos a comunidade como um todo, fica clara a baixa qualidade de vida. Os córregos locais e as margens da lagoa estão poluídos, a coleta de lixo não está organizada e, segundo eles contam, tem pessoas que passam fome. Contudo, nota-se casas que destoam do resto da comunidade, por serem grandes e bonitas<sup>12</sup>, e quando interrogados sobre quem são seus donos, normalmente ouvimos que são os compradores do pescado e/ou donos dos mercados que abastecem a comunidade, o que denota a exploração do

---

<sup>12</sup> São algumas casas enormes e destacadas na Vila de pescadores

capital segundo a qual poucos acumulam e muitos sofrem necessidade. E, por outro lado, o estado historicamente se omite diante de tal situação quando não onera o pequeno através de fiscalização e repressão.

A visão que apresentam sobre a natureza, a própria visão de mundo e suas relações com ele e o outro são contraditórias. Se, por um lado, trazem consigo o saber do pescador sobre as águas, os ciclos de vida que ocorrem, as formas de sobrevivência das espécies, por outro estão alienados de si mesmos e da natureza com relação ao ambiente habitado em terra. Além disso, por vezes acredito que não relacionam o ecossistema terra/água como interdependentes, embora alguns, em momentos diferenciados, demonstrem conectividades entre um e outro. A fala de um morador/pescador que chamou atenção foi: ...*"aqui na Z3 tudo que se move a gente mata pra comer.."* Isso se refere aos ratões do banhado, tartarugas e capivaras, espécies nativas da fauna.

Essa contradição está na base das relações que estabelecemos quando buscamos uma educação ambiental com pescadores artesanais. Não é possível retirá-los da realidade que compartilham com toda a América Latina, que é a situação de pobreza e do processo histórico de alienação que tem sofrido a população em benefício da especulação do capital. Esse movimento, que busca a gestão compartilhada do uso dos recursos ambientais, está intrinsecamente ligado às ações educativas e emancipatórias no sentido de desalienação. O mesmo movimento constrói e associa as práticas sócio-políticas ao plano da ética e da consciência sócioambiental. Essas últimas, como inerentes à organização social e à dinâmica que define mutuamente as dimensões que formam a totalidade em que vivemos. Com esse olhar, pretende-se romper possibilidades que colocam constantemente em xeque aspectos da Educação Ambiental, essa que em alguns casos tem se apresentado conservadora e mantenedora do *status quo* e que, poderia e deveria responder a demanda criada pelo sistema capitalista (Loureiro, 2004, p.44).

A necessidade de fortalecimento do Fórum da Lagoa, através de ações que envolvam a comunidade, é de suma importância para a transformação social dessa realidade. A pobreza e o difícil acesso às ações de cidadania

tornam as pescadoras e pescadores alvo fácil de oportunistas, tanto na área do comércio, quanto da política. Por ironia da história, apesar das atividades do fórum, constata-se que essa situação tem se agravado nos últimos anos. Temos constatado um distanciamento da população mais carente na pouca participação da categoria nas reuniões, como também da pouca representatividade das lideranças que lá estão. O Fórum tem por prática fazer rodízio nas reuniões, quanto ao local de realização das reuniões nos municípios que o compõem. Contudo, mesmo realizando as reuniões nos municípios, há pouca participação e quase nenhuma representatividade.

Sendo assim, um conjunto de ações junto à comunidade faz-se necessário. São ações que deverão vir antes ou paralelamente a sua participação na gestão dos recursos pesqueiros. São, por exemplo, turmas de alfabetização de adultos, nas quais se possa usar uma metodologia problematizadora e de acordo com a realidade da pesca.

A realidade da grande maioria que vive nas comunidades da região do entorno da Lagoa dos Patos é de homens e mulheres sem o domínio dos caminhos básicos de acesso aos benefícios proporcionados pelas políticas públicas, ou até os documentos mínimos necessários ao cidadão civilizado, o que também pôde ser constatado durante minha atuação como animadora popular do MOVA (2000)– Movimento de Alfabetização de Adultos (PEREIRA, 2005).

#### **2.2.5. RELATO DA OFICINA Z 1 (RIO GRANDE)**

Nessa oficina contamos com a colaboração da equipe de educação ambiental do Ibama/Pelotas e Colônia de Pescadores com sede em Rio Grande. A oficina se realizou na sede da Colônia e as inscrições foram realizadas na secretaria da mesma com as fichas que fornecemos antecipadamente.

Pode-se dizer que houve uma participação considerada boa, se compararmos com outros eventos similares, em torno de trinta pessoas. Entretanto, participou apenas uma mulher, uma pequeníssima participação, sendo que nas comunidades pesqueiras encontramos um número considerável de mulheres ligadas à atividade de pesca. Embora poucas trabalhem no

trabalho de captura, uma boa parte trabalha com o marido no remendo de redes e na classificação do pescado.

Entre os participantes, houve alguns representantes de uma associação e pescadores de lugares diferenciados. Diferente da Colônia Z3, na qual o maior número de pescadores se concentram numa Vila, a Colônia Z1 é composta de todo município do Rio Grande, incluindo os distritos, isto é, a Ilha dos Marinheiros, a Torotama e as Vilas da periferia de Rio Grande. Sendo assim, tivemos uma diversidade cultural na oficina apesar de pertencerem à mesma categoria profissional. Quanto à Colônia de Pescadores, de acordo com o trabalho de Reis (2005), a Colônia de Pescadores Z1 foi fundada na Ilha da Torotama pelo prof. Pedro Rodrigues. Depois, João Touguinha levou-a para a sede do município do Rio Grande onde está até hoje. A maioria dos pescadores da Torotama são descendentes de portugueses e indígenas, existindo alguns argentinos. A Colônia deveria agir como um despachante, para encaminhar a documentação dos pescadores. Deveria haver uma assessoria jurídica com um advogado à disposição dos pescadores.

Quanto à oficina, a metodologia utilizada foi a mesma das outras, dinâmica de apresentação, levantamento de problemas, hierarquização dos mesmos e possíveis soluções. Os problemas enfrentados no contexto, sob o olhar dos pescadores, e que emergiram nos trabalhos de grupo, estão citados abaixo:

<b>GRUPO</b>	<b>PROBLEMAS</b>	<b>SOLUÇÕES</b>
01	A pouca cultura e estudo do pescador	Ouvir o pescador e buscar formas de se comunicar
	A questão da fiscalização nos pequenos	Priorizar a fiscalização na pesca oceânica
	A falta de fiscalização nas traineiras que estão acabando com a corvina	Fazer fiscalização rigorosa
02	Exigir a documentação no mar também, e não só na lagoa- licença de peixes diversos é problemática	Rever as licenças dos barcos de oceano e, principalmente, acabar

		com as portarias de peixes diversos
	Poluição das águas/ problemas das granjas de arroz	Trabalhar na ótica da bacia hidrográfica e participar dos comitês de bacia
03	Pesca da tainha: quantidade, rede malha	Rever as regras e fiscalizar
	Safra de camarão – IN 03	Deve mudar a IN 03 e passar a se fazer pesquisa para saber a data de abertura da safra e não data fixa

Muito do que foi relatado pelos grupos está posto em trabalhos científicos, o que estabelece uma base para se considerar que estamos na mesma direção, apenas precisamos estabelecer uma comunicação mais eficiente. Por exemplo, no relato de Reis (2005), quando se refere à visão que os pescadores têm com relação ao decréscimo das pescarias, percebo que existem semelhanças com o que tem sido exposto nas oficinas. Uma dessas semelhanças diz respeito às causas do decréscimo nas capturas.

A atividade pesqueira artesanal não é considerada, pelos pescadores mais experientes, como uma atividade que causa agressões ao meio ambiente. De acordo com eles os fatores principais são: a poluição e outras operações de pesca

Segundo grande parte dos pescadores, a poluição da Lagoa é a principal responsável pela diminuição do pescado. A poluição é causada por: uso indiscriminado de defensivos agrícolas, má utilização dos agrotóxicos, a existência de 300 municípios gaúchos jogando seus detritos na lagoa, resíduos jogados na Lagoa pelas cidades, fábricas e lavouras são, responsáveis pela poluição, a água poluída que sai dos açudes e arroios deixam a lagoa doente. (REIS, 2005).

De acordo com essas informações, tanto em nossos encontros como também no trabalho de Reis (2005) pode-se constatar que existe uma visão crítica por parte de alguns representantes das comunidades. Contudo, o conhecimento especializado precisa estar disponível e em favor dessas comunidades para que entendam alguns processos biológicos que ainda estão dentro de uma visão fragmentada e focalizada. Esse diálogo serve tanto a um quanto ao outro. Tratando-se de produção de conhecimento científico, também faz-se necessário que os cientistas saiam de seus laboratórios

A relação dialética que se estabelece entre a realidade específica da pesca e a totalidade da sociedade (poluição, expropriação, etc) coloca em xeque as situações de depredação. Contudo, torna-se crucial uma interferência nos processos cognitivos para que não sintam os problemas como externos a eles, e busquem soluções em si mesmos, como partes responsáveis que são.

Quando questionados sobre a educação ambiental, declararam que teria que se descobrir formas alternativas de trabalhar com eles, porque o pescador é homem do mar (eles consideram mar também as águas da Lagoa) e não gosta muito de reuniões que não considerem importantes. Reuniões como essa oficina eles comparecem porque acham que lhes diz respeito, pois vão dialogar com o Ibama, falar de fiscalização. Eles acham que têm muita coisa errada nos órgãos do governo e suspeitam inclusive de corrupção. Acreditam que a EA deve passar por associativismo e cooperativismo do pescador e também por formas de melhorar as informações que chegam até eles. Também acham que os debates são relevantes, assim como os movimentos de reivindicação e protestos. Por fim, acreditam que os estudantes que trabalham nas pesquisas voltadas para a pesca podem ajudar nesses movimentos.

#### **2.2.6. RELATO VISITAS COLÔNIA Z 2**

A Colônia, com sede em São José do Norte, foi fundada em 02 de janeiro de 1922 com o propósito de tornar-se um órgão de luta pelos direitos dos pescadores. Deveria funcionar como uma cooperativa, onde o pescador tivesse apoio para realizar a sua atividade produtiva e auxílio nas áreas de

saúde e educação para sua família. Infelizmente, a Colônia não conseguiu atingir os objetivos originais, passou por sérias crises administrativas e, hoje, com determinação por parte da diretoria, está procurando melhorias (Reis, 2005).

No decorrer do mês de junho/2005, foram visitadas comunidades de São José do Norte: Capivaras, Varzea, Inhame, Passinho, 5ª Secção Da Barra e Pontal Da Barra.

As visitas fizeram parte do licenciamento ambiental da pesca que o Ibama desenvolve junto ao pescador da Lagoa dos Patos, sendo assim acompanhava uma equipe de trabalho. Primeiro se fazia contato com liderança do município e a mesma estabelecia contatos com as comunidades para marcar a visita. Na localidade, o povo reunia-se num salão comunitário, geralmente envolvendo as comunidades católicas. Em alguns casos mais distantes como a Várzea, a visita ocorreu num sábado porque a comunidade assim solicitou. Na ocasião nos ofereceram um almoço no salão, e compareceram também algumas lideranças políticas do município de São José do Norte, como o vice-prefeito, dois vereadores e alguns assessores.

Como se pode perceber, essas visitas são permeadas de fatores sócio políticos. Procurei manter uma postura de visitante propriamente dito, e ouvir e ver tudo que desejavam me mostrar. O que me chamou atenção na Várzea foi a falta de energia elétrica e a simplicidade das casas e, conseqüentemente, das pessoas. É um ambiente um tanto bucólico, à beira da Lagoa dos Patos, às margens ainda preservadas com vegetação nativa, campos verdes e grandes figueiras, tornando o lugar especialmente bonito. Se por um lado deixam de usufruir o conforto que a tecnologia moderna oferece, por outro não foram ainda tão afetados pelo tipo de desenvolvimento do consumo capitalista. Concluo, então, que o problema não é que o ser humano degrade o ambiente, mas sim o modelo de produção e de consumo adotado. A sociedade capitalista e a expansão do capital não atingem a todos da mesma forma, já que em alguns lugares chega lentamente. E é assim, nessa ineficiência do sistema, que se salvam alguns fragmentos de natureza preservada. Contudo, percebe-se alguns sinais do modelo de produção capitalista, e esse está, na própria

pesca, nas interações do estuário com a pesca oceânica e nas desigualdades da propriedade privada dos meios de produção.

Exemplos da lentidão da expansão capitalista são a má qualidade das estradas de acesso como também as péssimas condições de transporte marítimo (balsa com poucos horários). Em todo caso, a população já denuncia que se, por um lado, encontram dificuldades de levar luz elétrica e outros confortos modernos para a comunidade, por outro, o ônus do capitalismo já chegou pois próximo à comunidade. Existem plantações de pinus se espalhando pela região de forma descontrolada (onde se têm desconfiança de trabalho escravo). Do ponto de vista das margens da Lagoa dos Patos, ainda temos uma vegetação nativa exuberante, porém aos poucos o sistema de produção capitalista está minando o lugar e tende a incorporar a lógica do saque aos recursos naturais.

Quanto aos costumes, é curioso que as donas de casa do lugar, que costumam cozinhar muito peixe, por necessidade, para agradar os visitantes, preferem preparar carne. Quando temos um pouco mais de intimidade propomos trocar, a gente dá a carne e elas fazem peixe pra aos visitantes. Uma das lideranças nos contou com orgulho que já fez “tainha espalmada” para um programa da TV educativa (liderança de SJNorte). Para essa comunidade é quase surpreendente que gostemos tanto de peixe. Por outro lado, fazem questão de dizer que sabem segredos do “fazer peixe” (preparar) que nós da cidade não sabemos.

Na Várzea, ainda temos poucos banheiros no modelo urbano ao qual estamos acostumados. Temos ainda a presença das “casinhas”. Percebe-se que os que possuem banheiro foram contemplados com políticas públicas. As festas religiosas, os bailes e o futebol são o ponto forte dessas comunidades mais afastadas. A Várzea e o Inhame são as mais afastadas que visitei. Para dialogar com o pescador, foi fundamental conhecer sua realidade, até mesmo do ponto de vista da espacialidade e territorialidade da pesca. Por exemplo, percebi que por água eles têm outra visão de distâncias. Não é difícil para um pescador da Várzea ir até a Z3 em Pelotas se for pela Lagoa, no entanto por terra é extremamente difícil o acesso, pois tem que fazer toda um volta. Eles possuem com seus botes uma mobilidade facilitada de navegação pela Lagoa

dos Patos desde o Norte até São Lourenço. Não entraremos, aqui, na discussão da segurança de navegação que envolveria uma discussão mais aprofundada (coletes salva vidas, saber nadar, etc). Na verdade, já foi detectada pela Capitania dos Portos a necessidade de maior exigência nesse sentido. Os pescadores e pescadoras, apesar de viverem na água em seus barcos, a maioria não sabe nadar e não consegue entender como isso se torna um risco. Para eles é comum não saber nadar, não faz falta, reclamam muito dessa exigência da Capitania na hora da legalização da atividade (matrícula de pescador). Apesar de lhe ser oferecido cursos preparatórios, eles têm muita dificuldade, até mesmo de acesso aos cursos.

Do ponto de vista da pesquisa, posso afirmar que foi bastante rica a experiência de desenvolver conversas com as pessoas dos lugares visitados. Na sua fala, percebi um ponto comum com os outros atores, que foi a queixa de que o estado onera o pequeno pescador em favor do grande. Outro ponto é que os pescadores não têm muitas esperanças de melhora dessa situação e, conseqüentemente, criaram um sistema de defesa que faz com que desconfiem seriamente de todos que vêm de fora com alguma proposta. Quanto aos dados científicos relacionados às espécies de pescados, não acreditam na maioria das vezes. Porém, quando conversamos com eles, afirmam coisas que estão de acordo com o dado científico, ao que me parece não há uma conexão por parte deles do que lhes é dito e do que vêm acontecer ao longo do tempo de sua pescaria. Isso se aplica, por exemplo, à escassez das espécies. Eles entendem que não temos mais a quantidade de peixe que tínhamos antes, vivem isso, mas quando um cientista afirma que precisamos diminuir o esforço de pesca de tal pescaria eles não aceitam, mesmo com a possibilidade de seguro-defeso. Referindo-me ao senso comum, temos casos de lideranças que trabalham em outro sentido, contudo percebo que mesmo dentre as lideranças esta é uma dificuldade, pois a disputa pelo recurso fala mais alto e a possibilidade de outro pescar no seu lugar é muito grande, daí entra a incapacidade do estado em fiscalizar e manter os acordos estabelecidos com a parcela que vem para o diálogo.

Essa visão do senso comum é que nos desafia à ação. Com vista à gestão compartilhada do uso dos recursos, há que se evoluir de uma visão

como essa para uma ação responsável, onde os pescadores terão que fazer auto-crítica e não apenas ver problemas que estão fora de si e de sua prática, como se não pudessem intervir.

A cultura do pescador é extrativista e a visão de que o recurso é inesgotável ainda prevalece. Isto é, ele vive do peixe que captura nas águas do estuário e como esta é uma atividade que existe desde os primórdios da civilização, é difícil acreditar nas previsões catastróficas dos cientistas. Nesse sentido nos deparamos com a questão econômica e a organização do sistema capitalista. O sistema natural suporta a atividade pesqueira no modelo artesanal, porque as técnicas utilizadas são em geral simples e, de acordo com Diegues (1995), são partes de uma atividade de pequena produção de mercadoria, assemelhando-se aos pequenos produtores rurais, o que também os caracteriza como atividade familiar. No entanto, dentre os pescadores estão engendrados processos de expropriação e acúmulo de riquezas como em qualquer outra atividade. Com o aumento do desemprego e da miséria no país, muitos se voltam à pesca para sobrevivência, outros se dedicam a atividades pouco honestas buscando os benefícios que essa classe conquistou. É o caso de pessoas que se apresentam como despachantes e “arranjam” documentos necessários para que um cidadão possa usufruir o seguro desemprego que é oferecido ao pescador da Lagoa dos Patos durante o defeso de algumas espécies<sup>13</sup>. Esse fato causa um inchaço no número de pessoas que se dizem pescadores, já que, segundo denúncias, há pessoas de posse usufruindo dos benefícios da pesca. Mais uma vez a necessidade de trabalhar no âmbito da gestão compartilhada e da educação ambiental.

Contudo, percebo que as relações econômicas estão no bojo da história da destruição da espécie. Então, não é porque os pescadores não sabem conviver com a natureza, ou porque eles têm algum tipo de maldade intrínseca a sua natureza. Conclui-se que o contato com a natureza e a atividade junto aos recursos naturais não transforma os indivíduos em defensores ambientalistas. A prática da degradação relaciona-se com a concentração populacional em algumas áreas em busca de sobrevivência e com a intensificação da exploração dos recursos. Verifica-se a busca desenfreada de

---

<sup>13</sup> Essas espécies encontram-se regradas na IN03/2004-SEAP/MMA

lucro na atividade da pesca, ficando o capital e os meios de produção (barcos, redes, etc) nas mãos de poucos, deixando outros sem nada, submetidos aos primeiros. O estado brasileiro se omitiu nesse período histórico de fazer sua parte na mediação entre o bom e o mau uso dos recursos naturais, por outro lado adotou um modelo de gestão centrado no governo, verticalizado, que fracassou na gestão racional dos recursos pesqueiros, resultando no declínio das espécies. Há quem pense que na verdade o estado não se omitiu e sim se colocou ao lado dos grandes empreendedores, o que é fatal para o sistema natural, incluídos homens e mulheres, é que nem mesmo para esses foram impostas as regras com rigor necessário à sustentabilidade, o que expõe todos nós ao risco de sucumbir.

### **2.2.7. RELATO DE SÃO LOURENÇO DO SUL**

Como já foi dito antes, nesse município está a Colônia Z8, onde não tive reciprocidade para desenvolver as oficinas, e foi possível apenas o curso de extensão em parcerias com as escolas.

Esse projeto de Educação ambiental nasce das visitas feitas à comunidade e os contatos com atores sociais que estariam atuando nesse contexto, como também a necessidade de integração das instituições que hoje tratam de temas ambientais emergentes. Um desses temas é a pesca artesanal, que vem preocupando órgãos como o Ibama, que hoje tem a incumbência de realizar o licenciamento ambiental de em torno de 6 mil pescadores. Por outro lado, tem-se o desafio de não trabalhar apenas na ótica da repressão no que tange à preservação ambiental. Considerando-se as diferentes visões de ambiente que estão em disputa na sociedade, como também nos órgãos ambientais, seria um retrocesso tratarmos questões ambientais apenas com ações fiscalizatórias. É assim que se dá a parceria do Ibama, Museu Oceanográfico do Rio Grande, Mestrado de Educação Ambiental/FURG e, por fim, de todos esses com a prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul.

Dessa forma, construímos a idéia de desenvolver um curso de extensão voltado à formação de professores da rede municipal de ensino. O mesmo volta-se às ações práticas da vida cotidiana, incluindo-se nesse universo a

cidadania enquanto direito adquirido na constituição de 1988. Tratamos dos aspectos sociais e ambientais da Lei 9605 - Lei de Crimes Ambientais.

Seguindo princípios da educação ambiental e sua legislação (Lei nº 9.795/ 1999), e no contexto do SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente (Lei n.º 6.938/ 1981), como também dos preceitos da gestão compartilhada do uso dos recursos naturais, apresentamos três módulos, que buscam ser multidisciplinares, com uma metodologia problematizadora que respeita os diferentes saberes na produção do conhecimento.

É possível visualizar a degradação sócio-ambiental em todo o planeta, no entanto, levando-se em consideração o conceito de sustentabilidade, parte-se de suas prerrogativas quanto à necessidade de produção de conhecimentos e fazeres a partir de iniciativas locais. Para isso, a inclusão da racionalidade ambiental no debate acerca das ações de cada pessoa indica ser uma alternativa para que as gerações atuais desenvolvam o sentido da solidariedade diacrônica e sincrônica. Dessa forma, fomentando a participação dos sujeitos como protagonistas na formação de sociedades sustentáveis. Acredita-se que o debate ora suscitado no decorrer dessa proposta de curso de extensão vai ao encontro de novas estratégias de organização das sociedades, sendo que a própria Lei de Educação Ambiental brasileira (9.795/99 art. 5º) entende a defesa da qualidade ambiental como valor inseparável do exercício da cidadania.

A fim de alcançar os objetivos propostos, buscamos criar um ambiente propício à aprendizagem, visando à horizontalidade nas relações para a construção coletiva do conhecimento. Para isso, teremos como base princípios da Pedagogia Problematizadora de Paulo Freire. Utilizaremos, também, os postulados de autores que vêm contribuindo para o debate acerca da problemática sócio-ambiental na atualidade.

#### **2.2.8. RELATO DA EXPERIÊNCIA - (Rio Grande)**

No dia 10 de setembro do ano de 2005, Sábado pela manhã, compareceram na FURG – Carreiros um grupo de 19 pessoas, cumprindo determinação judicial para cursar o projeto de extensão promovido pela

universidade através do programa de pós-graduação – Mestrado em Educação Ambiental.

O grupo era na sua maioria homens, tendo apenas uma mulher, senhora em torno de 50 anos. Acompanhada do marido, pôde-se perceber pela apresentação inicial que os dois estavam pescando na área do Taim e foram surpreendidos pela fiscalização. Enquanto esses dois são analfabetos, no grupo alguns são semi-analfabetos e um, estudante de direito. Optamos por não perguntar diretamente no primeiro dia sobre a escolaridade e sim ir descobrindo aos poucos através dos trabalhos. Inicialmente, percebeu-se que alguns tinham um pouco mais de letramento com um nível maior de informação. Contudo, a maioria aparentava não ter o mínimo de informação mais elaborada. Pessoas extremamente humildes e de baixo poder aquisitivo, uns ligados à pesca amadora (aposentados), outros profissionais da pesca artesanal ou pesca de pequena escala.

A apresentação deles foi feita através de uma dinâmica que consistia em conversa dois a dois por alguns minutos e logo a seguir um apresentava o outro ao coletivo. Depois dessa rodada, foi aplicado outro exercício, onde cada um recebeu uma tarjeta colorida e um pincel atômico, e em uma frase ou poucas palavras iria expressar o que esperava do curso. Foi explicado pela pessoa que coordenava a dinâmica que poderiam colocar também alguma coisa que gostariam de conhecer melhor ou aprender no curso. Nesse momento, aqueles que não sabiam escrever ou tinham dificuldades foram auxiliados pelos assessores do curso em particular, possibilitando que eles falassem, e a pessoa então escrevia na tarjeta. Logo a seguir o grupo começou a compartilhar sobre o que esperava do curso. Fizemos questão que cada um levantasse e falasse ao grupo o que esperava do curso enquanto entregava a tarjeta à professora que locava em um painel colado numa das paredes à frente, lugar que ficasse visível a todos. Acreditamos que a aprendizagem também é corporal, por isso a importância de eles levantarem e falarem ao coletivo. Foi combinado com o grupo que no último dia de curso seria comparado o que eles esperavam do curso e o que tiveram, podendo assim fazer uma avaliação dos encontros.

## RESULTADO DOS GRUPOS

Espero que o curso traga informações importantes	Aprender a ser bom pescador e conhecer melhor a fauna	Aprender e ter mais conhecimento	Queremos aprender e ver o que vocês têm para dizer prá nós
Uma forma de saber melhor sobre as leis	Se conscientizar e saber mais sobre as leis	Se conscientizar e saber mais sobre danos da flora e da fauna	Tudo que se aprende é válido
Tudo que se aprende é válido	Aprender coisas novas sobre pescaria	Maior esclarecimentos sobre a pesca	É uma oportunidade de participar
Maiores informações sobre o sistema de multas	Mais consciência ambiental e informação sobre as leis	Mais informações sobre o meio ambiente	Mais informações sobre a pesca, o que é bom e o que é ruim
Aprender mais sobre as leis ambientais	Aprender mais sobre a pescaria amadora		

Percebe-se, diante do quadro exposto, que devido à situação em que se encontravam em sala de aula com obrigatoriedade da justiça, o grupo escreveu coisas do tipo “queremos aprender a ser um bom pescador”, “aprender sobre a legislação” e outras coisas que despertam curiosidade. Contudo, entendo que existem regras que realmente precisam ser esclarecidas e pela característica humilde do grupo eles realmente estavam dispostos a aprender.

Dando continuidade, entregamos os trabalhos à professora convidada, que trabalhou durante 50 minutos sobre o tema “Ações de comando e controle e cidadania ambiental”. A mesma trabalhou uma exposição dialogada com o auxílio do *data show*, com fotos e textos da Constituição Federal e Estadual. Os tópicos mais relevantes foram quanto às ferramentas de cidadania, que podem e devem ser utilizadas pela população para que o bem comum seja

respeitado. Durante a exposição havia alguns que se manifestavam com seus questionamentos, demonstrando uma certa revolta de estarem ali. Reclamaram que os grandes empresários, mesmo cometendo infrações ambientais, não estavam ali tendo que fazer curso de Educação Ambiental. Foi-lhes explicado que o curso, na verdade, é uma oportunidade de pena alternativa que é oferecido aos cidadãos de pequeno poder aquisitivo, pois ao grande geralmente cabe pagar sua infração com medidas compensatórias e/ou multa.

Ao longo da exposição, os ânimos foram se acalmando e os mais tímidos puderam também se manifestar e contribuir com suas opiniões e conhecimentos tradicionais de pessoas que há anos trabalham com pesca (no grupo em torno de 60% eram pescadores).

Dando seguimento ao trabalho, outro membro da equipe discorreu sobre a temática ambiental do ponto de vista da biologia. Da mesma forma que a anterior, a apresentação foi feita com auxílio do *data show* e através do diálogo com os participantes. O mesmo explicou o básico sobre a importância do seres vivos e das relações que estabelecem entre si, o ecossistema e as condições necessárias para o ser vivo crescer e se desenvolver no ambiente. Ao final, combinamos o próximo encontro e encerramos o atual.

Ao início do II encontro, em 17 de setembro de 2005, foram retomadas algumas idéias trabalhadas na última aula, como preservação da fauna e flora, ecossistemas locais e outras. Logo a seguir começou-se a nova temática, que seria o SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente. O conteúdo da aula foi desenvolvido visando apresentar aos participantes o sistema que rege as políticas de meio ambiente de forma a esclarecer questões de competência dos órgãos, como também as ferramentas de participação através dos Conselhos de Meio Ambiente nos municípios.

A seguir foi proposto um trabalho em grupo, onde foram distribuídos revistas e jornais aos grupos para que procurassem fotos e reportagens que denotassem problemas ambientais semelhantes aos que eles conhecem na sua região. Foi distribuído também papel a metro para que eles colassem as gravuras. A atividade foi bem participativa e o grupo demonstrou condições de relacionar problemas da pesca local com reportagens de outros locais.

A seguir, um resumo dos principais problemas apontados nos grupos:

- Lixo acumulado, não respeito às leis, problemas ligados ao esgoto doméstico, asfalto, atropelamentos, enchentes devido ao assoreamento das margens;
- Quanto à praia do Cassino, aparece muito lixo quando há ressaca, não se tem certeza de onde vem mas parece das embarcações que trabalham com pesca, pois tem muitos restos de rede também;
- Acreditamos que deveria ter placas que indicassem locais que não se pode pescar, porque a gente não sabe bem qual é a área, na faixa de praia que pertence ao Taim;
- Concluiu-se também que precisa um esforço de todos no sentido de evitar os danos ambientais que o consumismo e a busca desenfreada do lucro pode causar no ambiente.

Apesar das limitações da situação, percebe-se um senso crítico na verbalização das problemáticas apontadas. O que prevalece é que se sentem vitimizados de estarem ali cumprindo pena, mesmo que alternativa. Assim, expressam falta de informação eficiente por parte do Estado, tais como a falta de placas indicando os locais permitidos e proibidos de pescaria. Por outro lado se limitam a propor mudanças de comportamentos para evitar a degradação, e não percebem a ação do sistema, do modo de produção da sociedade capitalista como causa dos problemas.

Para encerrar, foram feitos alguns comentários pelos professores sobre as colocações dos grupos e do nosso dever de cidadãos de cuidar do ambiente para nós e para as gerações futuras.

Para o III Encontro no dia 24 de setembro de 2005 foi convidado o sr Henrique Salazar, ecólogo de Pelotas, para fazer uma exposição sobre a importância de preservar a fauna e a flora local, e qual a diferença de espécies nativas e exóticas.

Na primeira parte da manhã esse professor trabalhou com o grupo uma reflexão sobre os diferentes motivos de estarem ali. Cada um falou espontaneamente sobre o que haviam cometido de infração e o que pensavam

sobre o tema. A grande maioria acreditava estar sendo castigado injustamente, como também a grande parte do grupo denuncia que os órgão de fiscalização só se ocupam com os pobres (pequenos pescadores). O professor explicou-lhes as fragilidades do ecossistema local e se colocou solidário às possíveis injustiças que tenham sofrido. Em todo caso, explicou quais as espécies da flora são nativas, quais são imunes ao corte por proteção legal e o mesmo em relação à fauna. Além disso, explicou em que casos se pode caçar e pescar e quais espécies estão ameaçadas de extinção. Logo após os organizadores (Maria Odete e Álvaro) apresentaram um vídeo de 40 minutos, produzido pelo Ibama, chamado “Preservação da vida”. Terminado o filme, foi aberto um espaço para comentários e considerações finais dos professores e encerrado o curso.

### **2.2.9. ALGUMAS REFLEXÕES CONCLUSIVAS DESTE CAPÍTULO**

Ao descortinar elementos da vida dos pescadores artesanais dessa região, revivi histórias, entendi fatos passados e desfiz pré-conceitos que adquiri por ignorância da real situação. Como nos afirma Diegues (1995), existem “falácias” em torno do pescador artesanal, em torno da sua participação nas lutas, condição social, modo de produção, eficiência e qualidade do produto. São taxados de resistentes às mudanças tecnológicas, predadores e por fim como trabalhadores de tempo integral.

Diante dessas falácias que tentam isolar essa categoria e diminuir a importância de sua cultura na composição social, busco com este texto confrontar as falas dos pescadores que convivi no período de desenvolvimento do trabalho na tentativa de situá-los na sua própria história, de acordo com a citação acima, pois o homem não precisa ser o que fizeram dele e sim construir sua própria história.

Qual seria então o papel da Educação Ambiental nesse contexto? É a segunda pergunta problematizadora que procurei responder ao longo do trabalho, junto com os pescadores, perguntando a eles, observando, agindo, buscando respostas.

Quanto à participação do pescador e ao que se diz e o que se ouve deles. Se diz que o pescador não gosta muito de participar, que ele está

acostumado à água e é melhor lidar com suas esposas, que ficam em terra. Não foi isso que constatei durante as oficinas que desenvolvi e as visitas que fiz. Um deles disse:

“Nós estamos cansados de tanto dar entrevistas para estudantes, eu pessoalmente devo ter dado umas 40 entrevistas e nunca tive retorno do resultado do trabalho” (pescador da Z 3)

Somos muito duros no julgamento quando nos referimos a certas categorias sociais, logo tirando conclusões, e por isso criamos pré-conceitos. O mesmo ocorre com eles em relação à academia. Têm críticas bastante severas e não conseguem ver de que forma o conhecimento científico poderá ajudá-los. Outra questão que é posta por essa fala é a falta de comprometimento das pesquisas com os sujeitos da pesquisa. Eles vivem e exercem suas atividades em consonância com os ciclos naturais (safras de pesca, condições do mar e do clima), e sua vida é organizada de acordo com a disponibilidade da extração do recurso natural, sendo que o trabalho de educação ambiental ou mediação terá tanto mais probabilidade de sucesso quanto dialogue com isso. Desse modo terá realmente participação e reciprocidade.

Outra falácia é que o pescador é mendigo, marginal, e precisa de política assistencialista. As comunidades de pescadores eram simples, mas não eram miseráveis, contudo nos centros urbanos existe uma favelização das comunidades de pescadores. É caso em Rio Grande, onde o pescador passa a ser visto como alvo de políticas assistencialistas e paternalistas. Isso é evidenciado na fala de um pescador da Vila São Miguel, que diz o seguinte:

“Nós queremos trabalhar, queremos um preço melhor para o camarão, não somos marginais, a polícia nos trata como vagabundos, a gente tá muitas vezes remendando redes perto de casa e eles já vêm com violência, chutando tudo”.

Outra fala:

Meu marido não consegue fazer outra coisa, ele só sabe pescar, tem vergonha até de pedir emprego. Outro dia ele se olhou no espelho e disse : eu pareço um bandido com essa barba e cabelo crescidos se eu for pedir trabalho ninguém vai me dar.” (Mulher de pescador, Parque Coelho)

O que tem ocorrido nas cidades é uma marginalização dos pescadores artesanais, e isso ocorre de várias formas, uma delas diz respeito ao espaço territorial e a especulação imobiliária, que vai empurrando as comunidades para um cantinho cada vez menor, o que faz com que as famílias dividam um só terreno entre pais, filhos casados, avós e avôs. São várias gerações amontoadas à beira da Lagoa. Ali falta política pública de iluminação e recolhimento de lixo, causando uma aparência de degradação ambiental e social. As fabricas de pequeno porte e de fundo de quintal também não estão regulamentadas pelo poder público, não fazem o tratamento adequado dos resíduos causados pelo beneficiamento do pescado, entre outros aspectos, causando também mau cheiro. Comumente se confundem com pessoas que não primam pela limpeza, o que não é verdade. Podem também ser alvo de propostas de Educação Ambiental comportamentalista, baseadas na crença de que a degradação ambiental advinda de sua atividade trata-se apenas de uma atitude descuidada.

Essa realidade não é acentuada nas comunidades do interior de São José do Norte, às margens da Lagoa dos Patos, como já foi relatado anteriormente na pesquisa, onde as comunidades mantêm características rurais e estão preservadas. No entanto, embora não desfrutem os benefícios da tecnologia (luz elétrica, TV a cabo, informática), a tecnologia que se democratizou rapidamente foi o telefone celular, que quase todos possuem. Nesse sentido, nota-se as torres de celular que se instalam silenciosamente, alterando as paisagens.

Na Colônia Z3 em Pelotas, a degradação conseqüente da urbanização já é fato. O interessante é que a degradação chega antes que a própria urbanização. Isto é, as embalagens plásticas e a grande quantidade de resíduos sólidos geradas pelo sistema de consumo atual atingem a todos, mesmo os que estão afastados. Da mesma forma, ocorre a falta de saneamento básico, somada a concentração de populações num só lugar. Na Z3, temos ainda o aterramento de banhados com lixo e a desigualdade de grandes mansões misturadas às pequenas casas dos pescadores. Quando perguntamos a quem pertencem tais casas, nos dizem que é o do comprador de peixe que às vezes é o mesmo dono do supermercado. Como se vê, a

dominação tem várias faces, aqui se repete o sistema rural onde o dono do comércio mantém atrelado o trabalhador da terra, ou aqui, o da água.

Em São Lourenço do Sul é um tanto diferenciada a realidade, no que diz respeito a organização espacial do pescador. As vilas estão distribuídas com mais dignidade do que Rio Grande, contudo não estão no patamar do interior de São José do Norte. Contudo, em São Lourenço sofrem a disputa com o turismo. Grandes hotéis e restaurantes instalados à beira da Lagoa, assim como casas luxuosas roubaram o cenário e, além disso, causam mais um problema que interfere na pesca, que é a falta de tratamento do esgoto do balneário.

Uma outra forma de interferência da organização capitalista nas comunidades é o próprio modo de produção, a atividade pesqueira de acordo como se organiza atualmente. Segundo Diegues (1995), o pescador artesanal é dependente da produção empresarial capitalista que lhes compra a produção, e usa sua força de trabalho excedente, como tripulante dos grandes barcos de pesca (p.94). Esta realidade é exatamente o que vê no município do Rio Grande, onde os pescadores expressam que quem regula o preço do pescado é a empresa. Na questão da fiscalização, quanto ao tamanho mínimo das espécies, um deles afirmou:

“Se a fiscalização pegar o comprador resolve o problema porque o pescador não tiver pra quem vender não vai pescar (pescador no Fórum da Lagoa)”.

No trabalho desenvolvido no Ibama, verão de 2005, vivi uma experiência semelhante, por ocorrência de camarão miúdo, ultrapassando a margem de vinte por cento permitida pela legislação (IN 03/2004 – MMA/SEAP). Quando se fez a primeira intervenção com os pescadores, imediatamente os compradores começaram a procurar o escritório do Ibama para esclarecimentos. Um deles chegou a desfazer um negócio por telefone, na minha presença. A questão era que se o Ibama fosse fiscalizar teria o perigo de prejuízo, então não compravam, o que nem sempre agrada o pescador, pois dependem dessa compra para alimentar seus filhos.

Quem convive num dos municípios citados sabe que existe um grupo de pescadores artesanais que esporadicamente trabalha nos barcos grandes da pesca industrial. Chamados de pescadores “embarcados”, eles denotam o que Diegues apontou como parte da realidade da pesca artesanal, ou seja, que a própria categoria artesanal fornece mão de obra competente e barata à pesca industrial das empresas capitalistas.

Pode-se perceber, então, que os fatores de pressão sobre essa categoria são sobretudo externos a eles. Por si, os pescadores desfrutariam de viabilidade econômica. Cabe dizer que uma embarcação artesanal gasta cerca de 1/5 do combustível por tonelada de pescado capturado em relação ao que utiliza um barco do setor empresarial-capitalista (Diegues, 1995, p.95). Além disso, o esforço de pesca despendido pelos artesanais não seria uma agressão tão definitiva ao decréscimo do recurso, por sua capacidade, tipo de petrechos, etc, e pela sua localização. Soma-se a isso o fato de que o pouco deslocamento torna mais viável o diálogo com os órgãos mediadores de políticas que determinam o defeso da pesca para garantia reprodução das espécies.

Quanto à eficiência da pesca artesanal, qualidade do pescado e resistência às tecnologias, posso dizer que observei que a pesca do camarão abastece em grande quantidade e qualidade o mercado de Santa Catarina a um custo muito baixo às empresas. O camarão da Lagoa dos Patos é uma das preciosidades da região, e há quem diga que é o nosso “ouro”. Durante a safra, de fevereiro ao final de maio, depois de capturado, ele vendido pelos artesanais em torno de R\$1,50 aos “atravessadores” (p.74), que por sua vez repassam aos caminhões, que levam a outro estado (38-74). Isso foi detalhado no corpo da pesquisa, quando relatamos a oficina sobre Cadeia Produtiva na Colônia Z3, bem como nos relatos do seminário de Gestão Compartilhada. Nota-se que os pescadores dominam o conhecimento dessa dinâmica da cadeia produtiva e fazem a crítica à falta de fiscalização e políticas públicas por parte dos órgãos governamentais das três esferas.

Quanto às relações que se estabelecem entre os próprios pescadores, percebe-se a transição do modo de produção mercantil simples dos pequenos produtores litorâneos, “pescadores lavradores”, denominados assim por

Diegues (1995), para o modo de pequena produção mercantil pesqueira (ampliada): pescadores artesanais, também denominado por Diegues (1995, p.61). Na realidade que compõe os pescadores da Lagoa dos Patos, encontro elementos dos dois modos de produção se imbricando. No interior de São José do Norte e das Ilhas temos os pescadores agricultores, enquanto que nas realidades mais urbanas não. De acordo com Diegues (1995):

Na verdade, ele não tem mais a alternativa de cultivar seu pequeno pedaço de terra de onde, com a ajuda do trabalho familiar, pode retirar sua subsistência quando o mar não lhe permite ir ao trabalho. Passa a depender mais intensamente de agentes ou mesmo firmas compradoras de pescado, que lhe passam a financiar até o rancho ou a comida da família em períodos difíceis (p.61).

Relembrando as outras “falácias” que envolvem os pescadores artesanais, e que na pesquisa busquei desvelar, cito a questão dos pescadores, predadores, resistentes às novas tecnologias e individualistas, que não gostam de participar. São construções do senso comum que independente de serem pessoas comuns do povo, ou estudantes da academia desenvolvem em torno do tema.

Sendo assim, pude conhecer as comunidades, conversar com os pescadores e suas famílias e sou testemunha de que eles têm um senso de preservação das espécies, acompanham o ciclo natural e entendem a necessidade de pescar fora do período de reprodução. O que acontece é que, como já foi citado no texto da pesquisa, existe uma contradição entre o que pensamos e o que praticamos. Muitos fatores intervêm nesse processo do pensar/agir, sendo que um fator relevante no caso dos pescadores é a necessidade básica de alimentar a família. Por outro lado, e como pano de fundo desse cenário, temos a concorrência proporcionada pelo sistema capitalista. A competitividade do mercado, onde a espécie marinha passou a ser mercadoria, faz com que os valores sejam deslocados do saber tradicional, onde a natureza e seus ciclos são respeitados, para a busca do produto a qualquer preço e o quanto mais conseguir de excedente melhor. A meu ver, esse é um dos elementos mais significantes para a construção de qualquer proposta de Educação Ambiental com os pescadores. É importante

entendermos o contexto em que vivem, e a libertação dessas amarras do sistema só se dará se houver uma subversão da ordem atual.

Quando se fala que os pescadores artesanais são resistentes a novas tecnologias, podemos refletir no sentido de quem tem se beneficiado com o conhecimento de novas tecnologias na pesca. Os grandes barcos das empresas capitalistas é que desfrutam do *sonar*, *radar* e *rádios*, que estão a serviço do aumento da captura dos peixes e que têm comprometido, ao longo da história, os estoques, segundo alguns estudos. As corvinas capturadas pelas traineiras na boca da barra do Rio Grande são um exemplo disso, como demonstra a fala de um pescador de São José do Norte:

“No ano de 2004, durante o verão as traineiras mataram tanta corvina na beira da praia do Mar grosso, que não cabia nas redes, elas caíam pra fora e daí nós pescadores das redes de espera ferimos nossa dignidade mas fomos juntando atrás”.

Outra fala:

“Foi uma verdadeira chacina o que as traineiras fizeram no ano de 2004 em São José do Norte” (pescador no escritório do Ibama).

De acordo com uma nota da divisão técnica do Ibama/RS, fica confirmado que essa não é uma modalidade de pesca adequada e que os pescadores artesanais têm razão de denunciar:

A pesca de cerco (Traineira) da corvina só é possível nas agregações reprodutivas da espécie, quando a rede, de dezenas de metros de altura, toca o fundo, encerrando toda a agregação da espécie. Esse tipo de pescaria é especialmente prejudicial ao recrutamento da corvina porque interrompe o processo de reprodução em curso logo no início da estação reprodutiva, entre setembro e outubro impedindo que um mesmo indivíduo realize múltiplas desovas (Ibama, 2005).

Uma ilustração:



Figura 5: (A) Operação da rede de cerco em águas rasas. (B) A é fechada no fundo por cabos que passam por anilhas da traha inferior da rede.

Nota Técnica “**Biologia, pesca e estado de exploração da corvina *Micropogonias furnieri*.**”  
**Por Sandro Klipel – Oceanólogo - Analista Ambiental do IBAMA.**

De acordo com o exemplo citado, percebo que uma proposta de educação ambiental que pretenda trazer à participação a categoria dos pescadores artesanais precisa estar articulada com a construção do poder político dos mesmos. Isto é, torna-se fundamental que se promova o empoderamento político do pescador para que influencie os órgãos responsáveis pela diretriz e execução da política pública. Existe resistência por parte dos intelectuais das academias para com propostas que pretendam construir políticas, contudo todo ato é político inclusive quando nos omitimos. Isso me reporta a Paulo Freire que nos aponta a diretriz condutora de uma proposta de educação. Esta seria a autonomia e a libertação aliada com a possibilidade de conscientização.

Acredito que estamos a caminho de responder a segunda pergunta problematizadora, que trata do nosso papel de educadores ambientais. Encontro alento nas idéias de Rosa de Luxemburgo quanto ao saber das massas e ela deixa claro que isso não seria algo mágico mas sim um conhecimento inerente à práxis, ação/reflexão. Exatamente, aqui neste ponto que penso que está nosso papel de educadores ambientais, como sementes

do novo em meio à categoria, proporcionando a articulação de saberes, formando redes de comunicação deles com outros movimentos e lutas sociais, desenvolvendo seminários e encontros. Aproximando distâncias ao proporcionar trocas de experiências e a socialização das mesmas através de publicações. Fortalecendo coletivos organizados em torno de reivindicações e construção de políticas como o próprio Fórum da Lagoa dos Patos.

A proposta de gestão compartilhada formulada pelo Ibama é uma oportunidade de mudar a lógica que foi construída até hoje que era de construir regras dentro dos gabinetes e aplica-las na realidade verticalmente. Já a IN 03/2004-MMA/SEAP, foi um exemplo de regramento construído a partir da base, dentro do Fórum da Lagoa. Hoje aparecem problemas de legitimação da IN assim como do Fórum, mas são conjunturais e assim que fizemos uma pequena intervenção pedagógica com a realização das oficinas já amenizou o problema de comunicação. O que ocorre é que esse processo de práxis é extremamente dinâmico e exige muito tempo e dedicação.



## QUESTÕES BÁSICAS DA GESTÃO COMPARTILHADA



“No meu coração brasileiro plantei um  
terreiro, colhi um caminho.”

Celso Adolfo

### 3. QUESTÕES BÁSICAS DA GESTÃO COMPARTILHADA

A gestão compartilhada do uso dos recursos pesqueiros é uma alternativa que tem sido construída como proposta para mudar a lógica de prescrição e repressão no trato com a sociedade, mais especificamente neste caso com a comunidade pesqueira.

Partindo do princípio que a antítese da insuficiência de regulação não é a desregulamentação e sim a re-regulação, propõe que este novo processo seja desenvolvido a partir de um modelo institucional constituído de espaços comunicativos, onde Estado e usuários dos recursos pesqueiros possam negociar seus objetivos e projetos de forma democrática e participativa, e tenha o conceito pleno de sustentabilidade como vetor instituidor de uma nova ordem no uso dos recursos pesqueiros (MARRUL FILHO, 2001 p.01).

Uma nova relação com a sociedade onde o Estado demonstra intencionalidade no cumprimento de sua função de mediador dos conflitos de uso dos recursos. Para Marrul Filho (2001)

A construção de condições de preservação e de auto-suficiência econômica de comunidades consideradas sustentáveis por desenvolverem relações tradicionais com o meio físico-natural de que dependem e que, situando-se nas regiões de fronteira da expansão das relações capitalistas, se encontram ameaçadas pela difusão dessas relações é uma das vertentes do discurso/prática da sustentabilidade (p.58).

Sendo assim, entendo que a Gestão Compartilhada do Uso Dos Recursos Pesqueiros não está isolada do contexto social onde os meios de produção capitalistas estão no cerne da problemática ambiental. Constatam-se inúmeros e diferenciados conflitos entre populações voltadas à atividades tradicionais e ambientalistas ao serem estabelecidas áreas de preservação. No caso dos pescadores a gestão compartilhada também constitui-se em tentativa de resolução de conflitos entre atividade pesqueira e os pré-requisitos ambientais.

De acordo com Dias Neto<sup>14</sup> (CGREP/Ibama, 2005), a gestão compartilhada não ocorre de forma automática, é uma construção social que surge do reconhecimento de um problema: depleção dos recursos, conflito entre usuários, conflito entre o Estado e os usuários, conflitos entre agentes do governo, entre outros. No entanto, nesse novo modelo de gestão pública, não deixaria de exercer seu papel de negociador, de garantidor do cumprimento dos acordos, de legislar, de fornecer assistência e serviços, de produzir e difundir informações e de “representar o futuro”. Como proposta de modelo institucional para a implementação da gestão compartilhada se propõe a criação de “Comitês de Gestão sobre o Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros” por recurso explorado, por bacia hidrográfica ou mesmo por regiões/áreas previamente definidas. Entretanto, para isso é necessário promover uma mobilização social que possibilite bases para uma governança, sendo a educação ambiental um ponto de partida.

Manifestou-se também na ocasião o professor José Silva Quintas, Coordenador Geral de Educação Ambiental do IBAMA/DF, no mesmo evento, pautando as premissas que embasam a “Educação no Processo de Gestão Ambiental”, lembrando que o acesso e uso dos recursos ambientais na sociedade são conflituosos, que a mediação desses conflitos e interesses é feito por processos de gestão ambiental, pelo Estado, e que não existe neutralidade nessas mediações. Quanto mais forem tidos como escassos os recursos e quanto maior for a disputa pelo usufruto, tanto mais intenso e expresso o conflito manifesto.

Para Paulo Freire (1980) educação seria o mesmo que conscientização, as duas como práticas da liberdade no ato de conhecer, numa aproximação crítica da realidade. Pois bem, a gestão compartilhada pressupõe um repartimento de responsabilidades sobre um conjunto de normas que regem o uso do recurso pesqueiro. Tais normas são constituídas dentro da realidade do pescador artesanal, junto com eles, sob pena de não ser reconhecida pelos mesmos. Para que o próprio pescador se relacione dialeticamente com a gestão do recurso é fundamental que seja parte na construção do acordo.

Deste modo é interessante que o movimento, a concepção pedagógica,

---

<sup>14</sup> Em palestra realizada na Oficina de planejamento Ibama/RS, 2005.

que promove os pescadores em torno da gestão compartilhada passe pelo processo de desvelamento da realidade, de apreensão da mesma, entendendo que esse é um processo histórico, lento e contraditório. Conhecer e entender as diferentes visões de mundo que estão em disputa nestes movimentos são determinantes, para quem se propõe trabalhar na mediação dos conflitos.

Ao se buscar um outro modelo de gestão pública é de suma importância que estejam congregados em um fórum todos atores sociais em igualdade de condições. Isto implica, em ações preparatórias que vêm antes da própria gestão, que são parte da Educação Ambiental pressupondo o respeito aos diferentes saberes.

No contexto da Lagoa dos Patos percebi que para se construir uma proposta básica de gestão compartilhada teríamos que trabalhar num movimento anterior. Isto é, é preciso trabalhar a educação transformadora e emancipatória de busca por uma consciência da realidade e uma consciência de si (FREIRE, 1980). Inclusive a projeção de uma análise e um discurso onde o sujeito é parte do problema que traduz em seu discurso.

O pescador como dominado dentro do sistema de exploração capitalista traz consigo o *germem* da dominação, sendo assim, nas suas ações tende a reproduzir, percebe-se isso nas relações de trabalho entre eles com relação ao proeiro (assim é chamado o pescador que não tem embarcação própria e trabalha de empregado do outro que tem). Não basta que façamos a reflexão sobre a realidade, neste ir vir de ação/reflexão é necessário que busquemos a semente do novo nas relações entre natureza e atividades produtivas mediadas pelos pescadores. Esta nova situação provavelmente, trará novos desafios para a construção de uma proposta transformadora da realidade, isto nos dá a dimensão de que é um processo dinâmico de relação de uma especificidade com uma totalidade (sociedade). Um exemplo disto são as várias iniciativas de associativismo e cooperativismo que nascem na área da pesca. Essa proposta traz consigo algo de novo, de inovador nas relações de horizontalidade na sua organização interna, na proposta de direitos iguais na distribuição do produto econômico gerado com a venda do pescado. É uma proposta de novas relações éticas, de solidariedade. Contudo, na prática nem

sempre dá certo, em muitos casos os pescadores reproduzem as relações de dominação que conheceram até hoje e permearam sua história.

A meu ver o papel da educação ambiental na gestão compartilhada do recurso pesqueiro está no compromisso de criar e re-criar as condições que garantem ao menos favorecido ir para a mesa de negociação, de apresentar e difundir seus interesses em igualdade de condições. De acordo com Freire (1980), ninguém luta contra as forças que não compreende, cuja importância não mede, cujas formas e contornos não discerne. Continua ele, tratando de conscientização, a realidade não pode ser modificada senão quando o homem descobre que é capaz de agir nela, é parte dela e se modifica com ela.

Tornam-se muito pertinentes essas prerrogativas quando observamos as relações que se estabelecem entre os pescadores e os detentores do conhecimento técnico, representantes do Estado, da própria academia (pesquisa e extensão). Ali existem os diferentes interesses, de um lado os preservacionistas que acreditam que não é sua função pensar nas pessoas que compõem a realidade onde querem interferir, de outro, o estado permeado pelas relações de disputa interna (ao governo) de poder político o que torna sua posição vulnerável. E por fim a relação de disputa de mercado do pescador artesanal e da pesca industrial relacionando-se entre si e influenciando o todo.

Na gestão compartilhada, como representantes do governo, quase impossível construirmos mecanismos onde todos participem das decisões assim precisamos decidir por um sistema de representatividade. Sendo assim é comum e necessário nos relacionarmos com a parcela organizada da população de pescadores, atualmente tem se dado através dos Fóruns, neste caso mais específico o Fórum da Lagoa dos Patos. Contudo, temos na região em torno de seis mil pescadores entre homens e mulheres, registrados e não registrados (considerando só o entorno da Lagoa dos Patos) daí fica o questionamento de como será esta representação, se é autêntica se dá o retorno para a totalidade de pescadores, se faz a comunicação necessária para as tomadas de decisão que sejam realmente a vontade deles, que atenda aos interesses da maioria. Quando visitei as comunidades me deparei com casos em que o pescador não possuía documentação mínima para se registrar como pescador. Geralmente morava em lugares distantes onde não precisava

efetivamente de documentos no seu cotidiano isso me leva a pensar em como poderão ser reconhecidos.

O número de pescadores e pescadoras que vêm para o diálogo com os outros atores é mínimo e atualmente se faz representar por pessoas que nem são mais pescadores, em alguns casos, perderam o contato com a atividade por conta de estarem no movimento social em outros, são pessoas de outras áreas que por contingências se deslocaram para a discussão da pesca. Este fator com certeza dificulta uma negociação justa dos acordos.

Quando participei das oficinas de ordenamento nas Colônias, por ocasião da pesquisa, pude constatar que a maioria dos pescadores que ali estavam não se reconhecia nas regras estabelecidas pela IN03/2004 SEAP/MMA. E um dos aspectos históricos desta IN é que ela teria sido construída no âmbito do Fórum da Lagoa dos Patos. Ela contém por exemplo a data que fixa a abertura da safra do camarão, que tem sido alvo de conflito entre pescadores e governo. Isso denunciou, naquele momento, um vazio de comunicação entre o Fórum e a categoria dos pescadores. E as próprias lideranças reclamaram da falta de informação que estaria ocorrendo. Sendo assim, providenciamos para que pudessem participar da próxima reunião do Fórum e partilhassem suas reivindicações, tornando pública suas posições sobre o papel do Fórum da lagoa dos Patos.

Então, vejo a educação ambiental, problematizadora, desveladora da realidade, emancipadora e transformadora, na base da gestão compartilhada. Afirmando que se não houver um processo de formação continuada com os pescadores não será possível compartilhar responsabilidades. Não significa que serão estanques, mas do ponto de vista da política pública torna-se crucial que se invista na possibilidade de trabalhar a educação ambiental com o pescador de forma mais ampla que apenas nos fóruns existentes, proporcionando assim pré-condições para a disputa de diferentes visões de mundo.

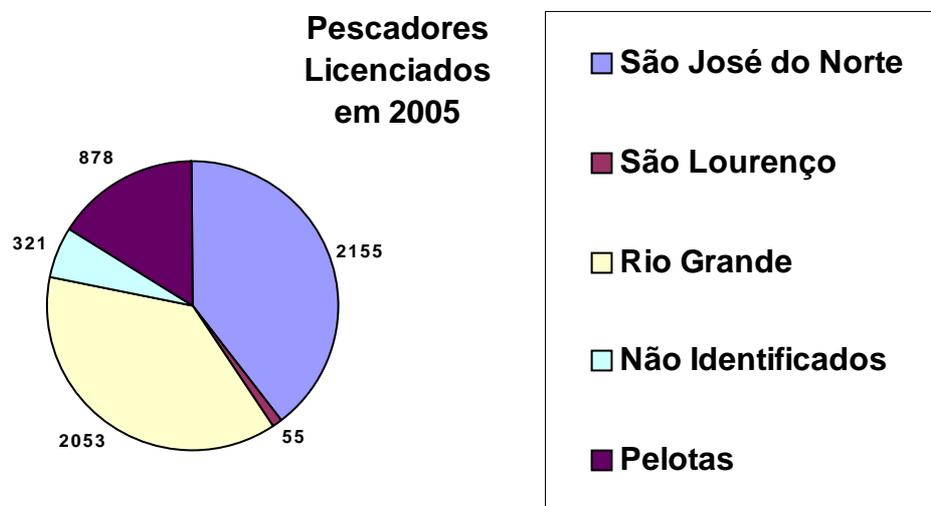
### **3.1. A EXPERIÊNCIA COMO GESTORA PÚBLICA E MEDIADORA**

Alguns desafios pautaram a atuação como chefe regional do Ibama no Rio Grande. Um deles foi a fiscalização da pesca com ênfase na atividade

oceânica, considerando sua capacidade de captura e as conseqüências disso no estuário da Lagoa dos Patos. Outro foi desenvolver os primeiros passos da gestão compartilhada. Entre eles cito o processo de licenciamento ambiental que temos a tarefa de desenvolver com cada pescador que interage na Lagoa dos Patos e nas Lagoas Mirim/Mangueira.

A seguir, apresento alguns números do Ibama relativos ao licenciamento ambiental da pesca, com o intuito de ilustrar o desafio que temos em termos de educação ambiental e gestão do uso recursos pesqueiros. Esses números são de todos que requereram as licenças neste ano de 2005 para pescar na Lagoa Patos. Essas passam por análise dentro do Ibama para após serem entregues aqueles que realmente subsistem da pesca. Essa é uma regra da IN 03 – conjunta SEAP/MMA/2004. Outro critério dessa instrução normativa é que seja ouvido um Fórum da região sobre quem realmente deverá receber as licenças ambientais de pesca, nesse caso o Fórum da Lagoa dos Patos.

## NÚMERO DE PESCADORES LICENCIADOS PELO IBAMA -RS



FONTE: ESCRITÓRIO REGIONAL DO RIO GRANDE – IBAMA/RS

No gráfico pode-se ver o grande número de pescadores artesanais que vivem na região. Além disso, considero que as comunidades são determinantes para o desenvolvimento de tarefas que envolvam a educação ambiental voltada para a gestão, com seu modo de produção, seus costumes e tradições.

Nesse contexto, de um número imenso de pessoas e famílias envolvidas com a pesca, torna-se um desafio acordar regras de uso do recurso ambiental. Sendo assim, enfrentamos alguns conflitos difíceis de lidar, como o que relatarei a seguir.

Ao final do ano de 2004 passei pelo conflito estabelecido de tentativa de antecipação da safra do camarão, o que acarretaria em mudanças na legislação no caso, a IN 03/2004/ - MMA/ SEAP. Sobre isso já escrevi em outra ocasião:

...”foi um processo lento e doloroso, para não afirmar recheado como uma rede de contradições. Os pescadores, muitos deles pescaram de forma clandestina, e outros decidiram fazer um protesto em frente ao Ibama, isto é a unidade de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros – CEPERG. Depois da manifestação veio a Gerência executiva do RS conversar com eles numa reunião onde muitas coisas foram

esclarecidas. Foi cobrada a responsabilidade por parte do movimento de pescadores de terem participado da elaboração da Instrução normativa que determina a data da abertura da safra do camarão. Essa política foi construída junto ao Fórum da Lagoa dos Patos e se conhece os trâmites legais pelos quais temos que passar para mudar uma lei. A meu ver isto prova que os representantes de pescadores não tem muito claro o seu papel na construção coletiva do regramento, a responsabilidade que isso implica e também que estamos ali de igual para igual, que todos nós temos a contribuir, a perder e a ganhar. Isto significa grande responsabilidade, diferente do senso comum, o qual diz que se eu me alio com uma autoridade, então eu posso ser beneficiado, eu e meu grupo. O clientelismo, o paternalismo e outros ismos precisam imediatamente ser superados, tanto pelos movimentos sociais , quanto pelos governantes, nesta proposta de participação” (PEREIRA, 2005).

Esse acontecimento oportunizou uma experiência inesquecível, pois na minha função tive que fiscalizar essa modalidade de pesca e isso mexia com a cidade toda, como por exemplo, as Ilhas (marinheiros, Torotama e Leonídio), a Vila São Miguel e Bosque e as comunidades que vivem à beira do Saco da Mangueira. Isso também gerava diversos questionamentos, do ponto de vista ético, pois estava deixando várias famílias prejudicadas. A voz dos pescadores artesanais era uníssona, “o Ibama só fiscaliza o pequeno”, o que não é fácil de se ouvir quando somos parte de um governo que se constituiu representante de uma camada popular da população nem quando, no meu caso, sou oriunda das classes populares. Por outro lado, no papel de responsável pela fiscalização da atividade de pesca, encontro-me nessa contradição. No entanto, busco compreender as relações históricas do próprio estado brasileiro onde estou inserida e mesmo assim foi impossível ficar impassível diante das denúncias.

Entendi, com a ajuda das companheiras e companheiros de governo, que precisava de paciência histórica. Além disso, a formação pedagógica me orientava a hierarquizar os problemas. Foi assim que, junto com a GEREX/RS (Gerência executiva do RS com sede em POA), estabelecemos um calendário de ações que buscavam atacar as problemáticas da pesca na região sul. Um aspecto que vale a pena salientar é que, apesar de ter o apoio incondicional da

gerência para atender demandas, a responsabilidade do cargo é imensa. Em alguns momentos senti profundamente a solidão do poder, pois a responsabilidade de tomar decisões é algo como nascer e morrer e é, também, profundamente individual. Senti-me assim muitas vezes, quase toda vez que tive que agir e decidir sobre várias vidas humanas que estavam sob minha responsabilidade. Então, a necessidade de dialogar com a população envolvida se tornou prioridade. Essa necessidade de construção coletiva da gestão é um processo que já vem sendo construído por um grupo social, o que tornou mais fácil a atuação, isto é, existe um debate estabelecido sobre a questão.

Durante o final de 2004 e no decorrer de 2005 participei de reuniões mensais do Fórum da Lagoa dos Patos, do COMIRIM<sup>15</sup>, que envolve uma realidade diferenciada da Lagoa dos Patos apesar de fazer parte do complexo estuarino. A instrução normativa que rege a Lagoa Mirim/Mangueira é a IN 02 /2004–MMA/ SEAP (Ministério do Meio Ambiente e Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca), e foi construída paralelamente a IN 03 da Lagoa dos Patos. Digo propositalmente que foi construída paralelamente, porque observo que apesar de elas terem o dever de dialogar, ao que me parece não houve negociações.

Novamente o conflito fica na categoria. Os pescadores de um lugar e de outro se acusam mutuamente de terem avançado geograficamente um na área do outro. Isto é, como já foi explicado anteriormente, essas INs são resultado de uma decisão judicial, conseqüência de uma ação civil pública impetrada pelo ministério público federal.

Sendo assim, as duas Instruções Normativas buscam estabelecer o regramento das pescarias no complexo lagunar Patos/Mirim, do ponto de vista dos petrechos, tamanhos de malha, períodos do ano, de defeso das espécies, e estabelece a competência dos órgãos públicos Ibama e SEAP (Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca) no que tange ao pescador dessas lagoas. Atualmente procuramos trabalhar na ótica de juntar essas populações na

---

<sup>15</sup> Conselho da Lagoa Mirim que passando por uma crise não realizou reunião todos os meses mas fez em torno de cinco reuniões no ano, Envolve os municípios de Arroio Grande, Jaguarão, Santa Vitória e parte do município do Rio Grande (Taim/Capilha).

resolução de propostas para agrupar por categorias comuns, respeitando suas diferenças e especificidades.

Quanto ao projeto de pesquisa, preferi o recorte da Lagoa dos Patos pela sua ligação, através do estuário, com o mar e, conseqüentemente, porque sofre influências da pesca oceânica. Nessas relações ficam muito claros os conflitos de classe e isso me desafiou na hora da escolha. Ingenuidade minha, logo depois comecei a conhecer melhor a realidade das Lagoas Mirim/Mangueira e suas relações com as plantações de arroz e com os “turistas<sup>16</sup>” na pesca, como os pescadores artesanais (profissionais) da região os denominam.

Uma das principais regras constantes nas duas INs é estabelecer o licenciamento ambiental da pesca, que tem como objetivo buscar a sustentabilidade do estuário, que se encontra hoje com a maior parte de suas espécies em sobreexploração. Vide Série documentos Revizee: Score Sul, (2005). Dessa forma, um dos objetivos do licenciamento é limitar o esforço de pesca no estuário, definindo critérios para o pescador, local de pescaria<sup>17</sup>, quantidade de redes por pescador. Por fim, deverá estabelecer a capacidade da lagoa e o número de pescadores que ela suporta. Porém, estamos na fase inicial do processo de regramento e o que temos até agora é um banco de dados registrando a situação de cada pescador e pescadora das comunidades. Por outro lado, buscamos construir conjuntamente com os dois Fóruns regionais as bases referentes ao regramento, no que tange a territorialidade e o perfil do pescador artesanal (profissional). Uma das regras bem definidas é que ele tem que optar por qual lagoa pescar e não poderá pescar em mais de uma. Ele deverá ser pescador que tem na pesca a atividade de subsistência e ser morador do lugar. Essas são regras que já fazem parte hoje do licenciamento e os próprios pescadores as impõem, o que exclui aquele pescador que tem maior poder de deslocamento e, por conseguinte, maior poder econômico que os outros. O que se busca é uma situação de condições mais justas entre eles e a sustentabilidade tanto da atividade econômica quanto da Lagoa dos Patos.

---

<sup>16</sup> Os pescadores profissionais que habitam o entorno das Lagoas Mirim e Mangueira disputam o uso do recurso com pescadores ocasionais que se deslocam de outras regiões, como a grande Porto alegre. Na IN 02/ MMA/SEAP/2004, fica estabelecido a proibição da pesca ocasional, contudo ela ainda persiste.

<sup>17</sup> Eles costumam chamar de andainas ao pau que prende as redes de espera chamadas de “aviãozinho”. Cada um tem direito a 10 redes. O local das andainas é objeto de disputa entre eles.

Vale lembrar que quando me inseri no processo como gestora pública (2004), o mesmo já estava adiantado, as instruções normativas estavam sendo promulgadas. O que me coube foi cumpri-las através do trabalho no Escritório Regional. Efetivamente isso significa, usando um pouco de reducionismo, não deixar nenhum pescador pescar sem licença, o que estancaria a vinda de pescadores de Santa Catarina para a Lagoa dos Patos e a vinda dos “turistas” para a região da Mirim.

Bem, quanto a isso tivemos avanços e limitações, o que importa é que efetivamente percebeu-se que dentro da lógica que imperou na fiscalização construída até hoje não é possível ter uma ação eficiente. Não conseguiremos dar conta das causas da degradação e minimizar os conflitos de uso através da repressão do órgão fiscalizador enquanto poder de polícia. Numa outra linha, é proposto pelo Ministério do Meio ambiente, CGREP(Coordenação Geral de Recursos Pesqueiros – Ibama) e CGEAM (Coordenação Geral de Educação Ambiental – Ibama), a gestão compartilhada, que em suma significa dividir responsabilidades com aquela parcela que é parte num possível acordo. Nesse caso, as populações que vivem no entorno do complexo lagunar Patos/Mirim.

Em 20 e 21 julho de 2005 realizamos uma oficina de planejamento interno, no âmbito da GEREX/IBAMA/RS com a presença dos coordenadores José Dias Neto - CGREP, e José Quintas – CGEAM, assim como o representante do MMA, Simão Marruh Filho, além das representações ligadas à GEREX/RS e do ESREG – Rio Grande, como também o CEPERG (Centro de Pesquisa e Gestão dos Recursos Pesqueiros – Ibama).

Um fator de relevância na oficina foi o conceito apresentado por Dias Neto (2005) durante a oficina :

“ A Gestão compartilhada do uso sustentável dos recursos pesqueiros é o processo de compartilhamento de poder e responsabilidades no agrupamento de informações, análise, planejamento, consulta, tomada de decisão, alocação de recursos e implementação das regulamentações ou normas que governam as atividades pesqueiras, de modo a assegurar a sustentabilidade no uso dos recursos pesqueiros”.

O coordenador da educação ambiental, professor José Quintas, frisou que o acesso e uso dos recursos ambientais na sociedade é conflituoso, que a mediação desses conflitos e interesses é feita por processos de gestão ambiental, pelo Estado, e que não existe neutralidade nessas mediações. Falou também sobre a assimetria existente na distribuição dos custos e benefícios decorrentes do processo de apropriação dos recursos naturais, e que nem sempre são evidentes aos olhos da grande maioria da população. Portanto a necessidade de se praticar uma gestão ambiental que busque a diminuição dessa assimetria e não o seu aprofundamento, e também a necessidade de uma postura comprometida com aqueles setores da população que são tradicionalmente excluídos desse processo devido a dificuldades de toda ordem (cognitivas, econômicas, culturais, institucionais, etc.).

Quanto aos desafios que se apresentavam, discutimos, entre eles, a questão do arranjo institucional para um plano eficiente de Gestão Compartilhada. Quanto ao plano, tivemos a intervenção da bióloga responsável pelos recursos pesqueiros na gerência RS, Daniela Gelain, que definiu na sua apresentação da seguinte forma: “Plano de gestão é um acordo formal ou informal entre o organismo de gestão pesqueira, e as partes interessadas determinam os objetivos acordados, especificam as normas e regulamentos aplicáveis, e outros detalhes pertinentes para o trabalho que deve desempenhar o organismo de gestão”. Segue ela de acordo com a FAO (1999):

Sugestão de pontos para serem incluídos no de plano de gestão:

- a) Zona de operação da pescaria e jurisdição a que corresponde;
- b) Trajetória da atividade pesqueira e do ordenamento;
- c) Detalhes dos grupos reconhecidos com interesse na pescaria;
- d) Detalhes sobre as consultas conduzidas para a formulação do plano de gestão;
- e) Disposição para consultas com os grupos de interesses;

- f) Informação sobre o processo de adoção de decisões, incluindo os participantes identificados;
- g) Objetivos da pescaria;
- h) Recursos ambientais, ecológicos e de biodiversidade, tecnológicos, sociais e econômicos;
- i) Recursos pesqueiros, incluindo informações sobre o ciclo biológico;
- j) Tipos de frota ou categorias de unidade de pesca que participem da na pescaria;
- k) Situação das populações indicada por avaliações (estimativas), incluindo a descrição dos métodos de avaliação, normas e indicadores da população, limites biológicos, etc;
- l) Descrição do ecossistema aquático, sua situação e qualquer zona ou característica particularmente sensível que influencie na pesca ou seja afetada por ela;
- m) Usuários ou atividades alheias a pesca que podem influenciar nela e disposições de conexão e coordenação. Esta questão reveste-se de especial importância na pesca continental e costeira;
- n) Indivíduos ou grupos com direito de acesso a pescaria e detalhes da natureza dos direitos;
- o) Descrição das medidas acordadas para regulação da pesca a fim de cumprir os objetivos em um espaço de tempo determinado. Este item pode incluir medidas específicas, medidas de precaução, planos para imprevistos, mecanismos de adoção de decisões urgentes, etc.;
- p) Limitações específicas, p. ex. , informação sobre qualquer espécie acidental não desejável, seu estado de conservação e medidas adotadas para reduzir sua captura, quando seja o caso;
- q) Detalhes sobre áreas críticas ou fontes de preocupações e medidas necessárias para enfrentá-las;
- r) Disposições e responsabilidades em matéria de continuidade, controle, vigilância e atenção (observação);

- s) Qualquer atividade de ensino e capacitação prevista para os grupos de interesses;
- t) Data e estrutura da próxima revisão e auditoria do plano de ordenamento;

O que se comentou em relação à região da Lagoa dos Patos, como também da Mirim/Mangueira, foi a preocupação com os possíveis arranjos institucionais que se investiria para negociação. Falou-se dos dois Fóruns existentes na região e suas carências. Mas respeitando o acúmulo histórico, e não poderia ser diferente, optamos por trabalhar na intencionalidade de reforçar os dois fóruns com ações de suporte em educação ambiental, isto é, ações formativas como seminários, reuniões de aprofundamento de temáticas específicas assim como contatos com as comunidades, incentivando-as à participação.

Exposto o desafio era hora de repartição de responsabilidades dentro do próprio órgão, o que sempre constitui um momento doloroso. Acordamos que o ESREG (Escritório Regional do IBAMA - Rio Grande) seria responsável por alguns encaminhamentos rumo ao plano. Assim, nasceu a proposta de realizar ainda no ano de 2005 um grande seminário de Gestão Compartilhada no âmbito do complexo Lagunar Patos/Mirim. Como em nenhum momento atuamos sozinhos, nem enquanto pesquisadora nem como órgão público gestor (Ibama), trabalhamos, conjuntamente, NEA (Núcleo de Educação da Gerência do Ibama RS), Universidade Federal do Rio Grande - FURG e algumas lideranças populares, todos na proposta de construção do seminário.

Foi determinante a parceria com o LABGERCO (Laboratório de Gerenciamento Costeiro da FURG), que através do programa Costa Sul disponibilizou um consultor para a execução do seminário, assim como toda a estrutura de hospedagem e alimentação. Com certeza, além da assessoria técnica, foi de suma importância o apoio institucional/financeiro.

O seminário aconteceu em Rio Grande nos dias 24 e 25 de outubro de 2005, e contou com a presença de 100 pessoas, tendo em torno de 85% de representação de pescadores, e o restante, representantes de prefeituras da região, Ministério do Trabalho, SEAP, INSS, Ministério Público Federal, Emater, Banco do Brasil, Marinha e ONGs.

Nesse encontro foi dado um passo no processo de construção do Plano de Gestão Compartilhada do Uso dos Recursos Pesqueiros. Foram dois dias de discussões em grupos com a interação e a mediação de diferentes saberes. Tivemos inclusive a presença de uma ONG<sup>18</sup> da região que trabalha com o monitoramento de animais marinhos na zona de praia do Cassino e estuda a interação desses com a atividade pesqueira. Sendo assim, estabeleceu-se uma agenda de trabalho baseada em grupos temáticos.

O trabalho realizado no seminário se deu através de discussões de grupos (05) e a sistematização ocorreu durante a apresentação dos grupos no plenário. Esse era o momento de fazer a categorização e hierarquização dos problemas.

A categorização das demandas levou à formação dos seguintes temas, sendo que cada quadro representa um agrupamento de problemas que serão aprofundados por reuniões específicas após o seminário durante o ano (2006).

- I. Normas / Pesquisa: no referente às normas que regem a pesca na região e/ou pedido de encaminhamento a alterações nas mesmas;
- II. Fiscal: questões de fiscalização;
- III. Organizacional: aspectos organizacionais e institucionais do setor;
- IV. Cadeia Produtiva: questões envolvendo alterações, estratégias, viabilização de novos empreendimentos, etc. vinculadas à cadeia produtiva do pescado;
- V. Demandas pontuais: questões de aspecto local e que não envolvem outras regiões.

Cada tema foi exaustivamente discutido nos grupos e logo após trazido ao plenário para exposição ao grande grupo. Na hierarquização dos problemas, após os trabalhos de grupo, sintetizamos as discussões da seguinte forma:

#### **QUADRO I - NORMAS / PESQUISA**

Fonte: Relatório da consultoria do Programa Costa Sul (FURG)

Grupo	Ações	Responsáveis
1	Criar comissão para estudo do	- IBAMA/CEPERG;

<sup>18</sup> NEMA – Núcleo de Educação e Monitoramento ambiental

	calendário de captura de camarões.	- FURG; - Pescadores;
1	Criar defeso no Oceano;	- Universidades; - Centro de Industria; - Ibama; - SEAP; - Marinha; - Comunidades Pesqueiras;
1	Locais de pesca reservados.	- IBAMA.
2	Reforçar a idéia do aumento da área tampão.	- Aumento da área tampão através do Fórum da Lagoa dos Patos.
2	Padronização das normas que regem o Pescador Artesanal.	- A concentração da padronização das normas através do Ministério Público.
2	Estudos da criação de recifes artificiais.	- Estudo coordenado entre Furg, Ibama, Seap e pescadores na criação de recifes.
2	Acabar com o arrasto industrial e o cerco.	- Reforma pesqueira ampla e conjunta entre Ibama e Seap.
2	Controle da população de lobos marinhos.	- Estudo em conjunto entre Ibama, Furg e NEMA sobre o controle da população dos lobos.
2	Acompanhar o processo de ampliação dos molhes: - ação do Ministério Público Federal; - Licenciamento; * Conhecer estudo de Impacto Social e Ambiental.	Organização dos pescadores, pesquisadores, organizações de Educação Ambiental.
3	Discutir novo período da Piracema – Lagoa Mirim / Mangueira	<u>Pescadores</u> discutem na base e trazem proposta para o <u>Ibama</u>
3	Publicação da Portaria do defeso <u>antes</u> de começar - por causa do seguro desemprego	<u>Pescadores</u> discutem na base e trazem proposta para o <u>Ibama</u>
3	Discutir a legislação da pesca com autoridades uruguaias para unificação	MMA/IBAMA, SEAP, Ministério de relações exteriores, Associações, sindicatos e colônias de pescadores, federação dos pescadores do RS, MPPA, Fóruns de pesca, Pastoral de Pescadores.
4	Criar portaria não permitindo pesca de embarcações não estaduais.	SEAP, IBAMA, Capitania, Fórum da Lagoa dos Patos, pescadores organizados.
4	Rever autorização das embarcações industriais.	SEAP
<b>Grupo</b>	<b>Problemas</b>	
4	Diminuir burocracia para acessar o subsídio ao óleo diesel	
4	Inchaço, fraude, e critérios	

	inadequados no seguro-desemprego	
Com.	IN conjunta SEAP / IBAMA nº 03 que não limita tamanho mínimo das espécies de pescado (somente do camarão)	
<b>Grupo</b>	<b>Encaminhamentos finais</b>	
	Pedir agilização à SEAP para que seja exigido aos barcos de pesca costeira, o uso de rastreadores de satélite;	
	Solicitar à SEAP que faça o regramento das embarcações de compra (no estuário da Lagoa dos Patos) e traineiras (zona costeira);	
	Ampliar a discussão quanto à formalização da situação da mulher pescadora: documentação e outros direitos	

### QUADRO II –FISCAL

Fonte: Relatório da consultoria do Programa Costa Sul (FURG)

Grupo	Ações	Responsáveis
1	Fiscalização em toda a Cadeia Produtiva	IBAMA
1	Melhorar Logística do Ibama / Fiscalização	IBAMA
4	Intensificar a fiscalização na Barra e Lagos dos Patos	PATRAM e IBAMA
4	Investigar denúncias de corrupção na fiscalização	IBAMA, PATRAM
<b>Grupo</b>	<b>Problemas</b>	
2,3,5	Falta de fiscalização	
1,2	Pesca predatória	
4	Falta de capacitação dos fiscais	PATRAM e IBAMA.
5	Pescadores com dupla cidadania na Lagoa Mirim	

### QUADRO III - ORGANIZACIONAL

Fonte: Relatório da consultoria do Programa Costa Sul (FURG)

Grupo	Ações	Responsáveis
1	Trabalho de Base; Demandas a partir de cada realidade;	- SEAP; - Emater; - Fórum da Lagoa dos Patos;

		- COMIRIM; - ONGs; - Universidades (FURG, UFPEL, UCPEL); - Prefeituras; - Responsáveis p/ Inspeção Município, Estadual e Federal; - FEPAM - Ibama; - Pastoral do Pescador;
3	Comprometimento das instituições públicas com as categorias	Prefeitura Municipais, EMATER, SEMA/RG, Secretaria da agricultura, Secretaria Ciência e tecnologia/ RS, universidades, SEAP, IBAMA..
3	As discussões sobre problemas e encaminhamentos devem ser levadas para a base.	Associações, sindicatos e colônias de pescadores, federação dos pescadores do RS, MPPA, Fóruns de pesca, Pastoral de Pescadores
3	Chamar agricultores, aquicultores, INSS, para as reuniões e assumirem suas responsabilidades	Os Fóruns e instituições que organizam as reuniões.
4	Burocracia: documento único	SEAP, Sindicato, FLP, Cooperativas e participação especial dos pescadores.

#### QUADRO IV - CADEIA PRODUTIVA

Fonte: Relatório da consultoria do Programa Costa Sul (FURG)

Grupo	Ações	Responsáveis
2	Organizar núcleos de comercialização nas comunidades.	- MPPA com a Emater na organização dos núcleos de comercialização.
3	Unidades de beneficiamento de peixes para as comunidades	Prefeitura Municipais, EMATER, FEPAM, SEAP, Conselhos Municipais.
3	Fábricas de gelo e câmaras frigoríficas – instalação planejada conforme o consumo / nº de pescadores.	Prefeitura Municipais, EMATER, FEPAM, SEAP, Conselhos Municipais.
4	Organização econômica do pescador	Lagoa Viva, CONAB, EMATER, SEAP e CAPA.
4	Fortalecimento da cooperativa	Cooperativas, CONAB, CAPA, SEAP e Cooperativa Lagoa Viva.
4	Qualidade de manejo e beneficiamento do pescado	UCPEL, FURG e UFPEL
Grupo	Problemas	
1	Falta agregar valor ao pescado	

4	Desvalorização do pescado	
5	Dificuldade para acessar financiamentos para agro-indústria (burocracia)	
5	Formação de cartel para definir preço do pescado	
5	Falta de indústrias compradoras	

#### QUADRO V - DEMANDAS PONTUAIS

Fonte: Relatório da consultoria do Programa Costa Sul (FURG)

Grupo	Ações	Responsáveis
3	Água tratada para Santa Isabel	Corsan, , Prefeitura Municipal de Arroio Grande e a Câmara de vereadores. Acionar Ministério Público em audiência pública.
Grupo	Problemas	
1	Poluição das águas (agrotóxicos, resíduos, etc.)	
1	Dragagem do Porto do Rio Grande	
1	Falta de comprometimento das representações de classe	
3	Falta de normativa além de lixo no Hermenegildo	
3	Banhados que estão se transformando em lavouras	
7	Falta de alternativas de renda	
Grupo	Encaminhamentos finais	
	Formalizar denúncia junto a Polícia Civil, Brigada Militar e Polícia Federal quanto aos roubos de instrumentos de pesca;	
	Criar comissão para discutir relação dos arroseiros com o cultivo da pesca (malha ou tela no encanamento de irrigação das lavouras, uso de agrotóxicos, etc.);	
	Discutir com prefeituras o tratamento de esgoto e lixo;	
	Formalizar denúncia junto a FEPAM e SEAP quanto à concessão de autorização ou licenças de pesca, por parte de proprietários de terras, nas margens da Lagoa Mirim e Mangueira;	
	Reivindicar junto aos órgãos	

	competentes solução para o assoreamento do canal de acesso ao Saco da mangueira, no município do Rio Grande;	
--	--	--

Pode-se observar, na primeira coluna dos quadros, os números dos grupos e a frequência com que um tema aparece nas falas dos atores presentes no seminário. No último quadro, que chamamos de demandas pontuais, no sentido de que não retrata a realidade de todos os atores, ao menos nas falas durante o seminário estariam se referindo a uma realidade específica. Esse relatório ainda não sofreu uma análise qualitativa por parte da coordenação, de modo que os quadros servem mais para descrever um pouco do que transcorreu durante o encontro, e de memória para outros encontros e reuniões.

Nas discussões que resultaram essas tabelas, os diferentes atores tiveram oportunidade de se ouvir e confrontar diferentes visões. Em alguns momentos percebia-se a visão focalizada da realidade ou apenas reivindicatória. Contudo, pela sua vivência, eles trazem contribuições ao regramento que são plausíveis, por exemplo a questão que pautam em relação à mulher é um caso que precisa ser estudado, porque nem sempre a mulher tem sido incluída nas políticas públicas voltadas à pesca. Por outro lado, sabemos que muitas mulheres participam da pesca como atividade familiar e não como pescadora efetivamente. Ela ajuda o marido remendando redes, classificando os peixes, limpando e até vendendo o peixe. Onde estaria o processo educativo nessas discussões? Em toda parte, pois para expressarmos uma opinião em público, num grupo, onde outros podem não concordar, exige uma capacidade de elaboração, de formulação de uma teoria em torno de uma problemática. Sendo assim, vão se experimentando e fazendo o exercício de imaginar uma nova situação que, pelo menos na utopia, deveria se realizar e, a meu ver, quando conseguimos fazer isso, já é um passo na direção da emancipação.

São nessas proposições constantes nos quadros que os pescadores denotam as representações que têm da política e das relações de dominação. Contraditoriamente, eles reclamam da falta de fiscalização, conforme o quadro

acima, ao mesmo tempo em que reconhecem que a mesma na lógica que sempre existiu não é a solução. Suas falas aproximam-se muito da “queixa”, onde é esvaziada de bom senso e de propostas que sejam aplicáveis na realidade. Contudo, as críticas que fazem aos órgãos fiscalizadores têm conteúdo de verdade. Vivem uma contradição entre responsabilizar-se pelos seus atos e sofrer o que isso significa num sistema desigual. Um exemplo disso são aqueles que cumprem a determinação de não pescar num determinado período (todos recebem seguro desemprego nesse período). Entretanto, uma parcela de pescadores, se perceberem que a espécie está disponível, pescam fora de tempo e ainda provocam os outros dizendo que eles são bobos de não aproveitar. Os órgãos da administração pública dificilmente terão condições de impedi-los de pescar, devido ao profundo conhecimento que eles têm da navegação na lagoa e por fragilidades de funcionamento do próprio estado.

Sendo assim, só será possível amenizar essa situação quando o próprio pescador decidir dar um basta, buscando trabalhar com o infrator ( seu vizinho) para que esse se conscientize, e denunciando e buscando parceria séria com o estado para repressão dos abusos. Ocorre que hoje eles não estão totalmente convencidos de que não vão cometer a infração ambiental, e se dividem entre ganhar o pão hoje ou pensar no futuro das espécies (que no caso ainda está como algo abstrato).

Nesses quadros, também aparecem demandas que não são exatamente novas, mas que se tornam importantes quando são partilhadas e acordadas por tantos atores sociais. Um exemplo disso é a decisão de dialogar com as prefeituras e com os agricultores, um importante passo para que sejam incorporadas pelas lideranças dos pescadores como também pelas prefeituras. Sendo assim, um seminário como esse que realizamos pode proporcionar que isso aconteça.

As demandas apontadas em relação a cadeia produtiva demonstram grande conhecimento do pescador quanto a sua dinâmica, contudo, a situação é a mesma abordada anteriormente. Eles ficam divididos entre fazer o que é certo e ganhar o pão de cada dia. Isto é, o sistema capitalista aliado a ineficiência dos poderes locais, proporciona um total desrespeito às regras

fiscais. No caso do camarão, é muito comum acontecer que uma riqueza natural, nossa, que é super valorizada nos centros urbanos, supermercados, restaurantes, saia do pescador artesanal a R\$1,50 e vá *in natura* para outro estado, na maioria das vezes sem deixar divisas nem para o município, tampouco para o estado (fala de um pescador).

Com a discussão desta cadeia, o pescador comprometido com uma mudança quer envolver-se numa ação que, pelo menos, dê conta do cumprimento das leis da própria sociedade capitalista atual.

Durante as discussões, apareceram reivindicações e denúncias que eram muito específicas de um determinado lugar, então quando da categorização das temáticas apartamos tais demandas e denominamos de “Demandas Pontuais”. Para cada uma delas, durante a discussão, foram apontados possíveis encaminhamentos. Ficou acertado que cada grupo interessado daria conseqüência a ação após o seminário. Isso também se aplicou às outras demandas, após o seminário se realizaria, já marcada durante o mesmo, uma reunião de representantes formando uma comissão regional. Essa é a possibilidade concreta de reunião entre participantes dos dois fóruns, Patos e Mirim. Por um lado, e como uma intersecção das demandas que unem os dois. Por outro, é uma oportunidade de diálogo com relação às divergências entre eles, uma possibilidade concreta de desenvolvimento da Gestão Compartilhada do Uso dos Recursos Pesqueiros na região estuarina Patos/Mirim e, por sua vez, a educação ambiental é um dos pilares dessa construção. Os princípios básicos para que esse processo seja autêntico passam pela condição de intervenção de qualidade dos sujeitos envolvidos na realidade local. A articulação das lutas locais com fóruns regionais e movimentos globais são fatores que determinam a combatividade do movimento assim como sua capacidade de formulação de propostas plausíveis.

### **3.2. UM CONFLITO QUE DENOTA A SITUAÇÃO DE EXPROPRIAÇÃO**

Como já mencionei antes, desde que comecei o trabalho no Ibama sempre ouvi a mesma coisa por parte dos pescadores de pequena escala: “O Ibama só persegue o pequeno, o grande deixa fazer o que quer”. E posso dizer

que isso era o mais leve que ouvia, haviam coisas piores de se ouvir. No entanto, por parte da fiscalização, ouvi todo tipo de argumentação. Uma delas é a falta de estrutura concreta para atacar o problema da pesca oceânica. Isso realmente pude comprovar com experiência própria. A capacidade de se safar, por parte de quem está cometendo uma infração ambiental, é muito maior que a nossa capacidade de pegá-los.

No desafio, pensei que realmente esta lógica é perversa. Porém, com muita perseverança e o apoio da sociedade, talvez fosse possível intervir neste processo.

Assim, em meados de julho, abrimos um Grupo de Trabalho – GT da Pesca Oceânica no Ibama – GEREX/RS. Neste grupo, estávamos meia dúzia de pessoas que realmente queriam buscar algumas alternativas. A idéia seria fazer um diagnóstico da situação, apontar possibilidades, padronizar alguns procedimentos e sensibilizar a diretoria responsável pela fiscalização em Brasília para o envio de recursos. É óbvio que algumas metas são de médio e longo prazo, mas o debate sempre traz possibilidades não planejadas e foi então que surgiram algumas realidades complexas em torno das documentações que habilitam os barcos para a pescaria. Popularmente chamada a “portaria” da embarcação. O responsável por esta permissão de pesca, atualmente, é a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca – SEAP, respeitando a legislação do MMA/Ibama com relação à situação das espécies.



Por outro lado, durante oficinas, fóruns e seminários, os pescadores artesanais vêm falando já há alguns anos da problemática da pesca da corvina pelas traineiras, na boca da barra do Rio Grande. No começo, eu não entendia bem como isso acontecia. É o seguinte, as traineiras são embarcações de mais ou menos 25 metros de comprimento e é uma das pescas mais caras. Uma embarcação está em torno de um milhão de reais, segundo alguns pescadores. A modalidade desta pesca é conhecida como cerco, acima mostramos uma foto ilustrativa.

Segundo José dias Neto: “Nos últimos anos, houve um crescimento bastante expressivo da captura de corvina pela frota traineira, permissionada para a pesca de sardinha verdadeira. Ficando caracterizado uma nova vertente a incrementar o esforço sobre um recurso já em sobrepesca. Portanto, concorrendo para um agravamento e, mesmo, insustentabilidade no uso da corvina, de forma ilegal (CGREP, 2005)”. De acordo com o mesmo parecer:

Importa destacar que a sardinha verdadeira é uma espécie pelágica ou de superfície, portanto que ocupa nicho ecológico diferente da corvina (demersal ou de fundo).

A frota que opera na modalidade de cerco para captura de sardinha verdadeira tem permissão para capturar, também, a fauna acompanhante da espécie principal. Portanto, outras espécies pelágicas. Assim, sob os aspectos conceituais e legais, a referida frota jamais deveria ter permissão para capturar a corvina.

Vou retomar aqui alguns acontecimentos tentando estabelecer uma ordem cronológica dos mesmos. No dia 13 de outubro recebi mais uma denúncia de que haviam traineiras descarregando corvina na 4ª Secção da Barra. Chegando lá, pude comprovar o fato haviam duas, uma descarregando e outra aguardando com o porão do barco cheio de peixe. Ao pedir os documentos da embarcação, pude verificar que a permissão da embarcação que descarregava corvina era para espécies bem diferentes, que inclusive não costumam ocorrer nesta região. Imediatamente, apreendi o pescado, criando assim um fato político de grandes repercussões. Quanto a outra traineira, criaram-se muitas dificuldades, por um lado, o dono da embarcação tentando se justificar de qualquer jeito e, por outro, afloraram nossas fragilidades. Ele

garantia que a permissão que possuía era para a pesca da corvina e me apresentou um documento escrito “peixes diversos”, apesar de ter estudado, teoricamente, a situação das licenças, eu não tinha noção da confusão que estava começando.

Insegura quanto às decisões de prender ou não o pescado, resolvi permitir que descarregassem e optei por acompanhar este descarregamento até as últimas conseqüências, e deixar o dono da embarcação de fiel depositário da carga. Cabe dizer que os próprios fiscais, pessoas de larga experiência dentro do Ibama, me desaconselhavam a prender a carga. Vale ressaltar que é bastante trabalhoso apreender peixe. Por tratar-se de produto perecível, a doação não pode esperar e o armazenamento é difícil (dependemos da boa vontade das fábricas para classificar e descarregar). E estamos falando aqui de 35 mil quilos de corvina, não pouca coisa. Uma vez apreendido, logo é doado e não tem mais volta. Foi por isso que vacilei na tomada de decisão, pois não conseguia ter a certeza que os documentos que me apresentava não eram suficientes. Cabe dizer, ainda, que isso ocorreu pelo inusitado do fato. Não era comum a fiscalização prender traineiras que estivessem com corvina, mesmo com toda a argumentação da pesca artesanal da frota de rede de espera<sup>19</sup>.

No dia seguinte, prosseguimos os procedimentos de autuação e doação do pescado da primeira embarcação, na qual constava a lista de espécies especificada na sua permissão e foi mais fácil de constatar a infração ambiental. Ao chegar no escritório, comecei a receber telefonemas ameaçadores, eram donos de empresas que prestam serviços de classificação e desembarque de pescado, dizendo que iriam fazer um protesto em frente ao ESREG do Ibama com seus funcionários. Na mesma manhã, outro telefonema, agora pela representação das indústrias locais que queriam conversar. Concordei em recebê-lo acreditando que era um só. Veio um grupo da “velha guarda” da indústria riograndina (me refiro assim, não no sentido pejorativo, mas pelo que representam, senhores respeitáveis que eu já ouvia falar desde que era adolescente). Enquanto isso, me preparava para distribuir os 15 mil

---

<sup>19</sup> Esta é uma frota da região mas que atua na pesca oceânica e que historicamente têm abastecido a indústria com a corvina.

quilos de peixe apreendido no município de São José do Norte, sendo que eles foram os mais enfáticos sempre em denunciar que as traineiras estavam fazendo o pescador artesanal passar fome. Achei justo, embora tenha sido trabalhoso, entregar os peixes de volta para esta comunidade<sup>20</sup>. Para mim, seria bem mais fácil entregar para a prefeitura de Rio Grande, que já tem uma estrutura e tem recebido sempre as doações. Então, na verdade, isso também foi um ato simbólico que aponta para a vontade de cumprir a minha parte, ou do estado, no acordo da gestão compartilhada.

Confesso que fiquei apreensiva com as conseqüências quando a indústria riograndina veio para o debate, não queria ser responsável pelo desemprego de ninguém em plena época de Natal (esta era a chantagem – iam fechar). No entanto, foi providencial ir para o município de São José do Norte acompanhar a distribuição dos peixes. Tanta pobreza, tanta gente fazendo fila para receber os peixes, que entendi novamente minha missão de ajudar essa gente a resgatar sua dignidade. Foram tantas manifestações de apoio e contentamento, pois desde o ano 2000 estava crescendo a atuação da pesca de cerco na região, e os pescadores de pequena escala denunciando e, no entanto, não conseguiam ver saída para a crise, e cabe ressaltar: “O peixe desaparecendo ano a ano, a cada safra” (palavras deles).

Foi surpresa para mim a indústria vir em defesa da pesca de cerco. Eu estava preparada para os armadores e mestres dos barcos mas não para a indústria. Bem, eles me disseram que a qualidade do peixe trazido pela traineira é melhor porque não fica morto na rede, como no caso dos barcos que utilizam rede de emalhar (de espera). Tudo bem, ocorre que foram tantos anos que estes barcos (traineiras) pescaram aqui, que acabaram se acostumando mal, tanto uns quanto outros (indústria x armadores).

Era hora de pedir ajuda, que aliás já estava em operação. Todo tempo, contei com a assessoria da GEREX para as informações e encaminhamentos necessários. Uma curiosidade é que o dono da traineira que me deu mais trabalho, me dizia que conhecia o pessoal responsável pelo permissionamento na SEAP (Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca com sede em Santa

---

<sup>20</sup> A denuncia é que em 2004 morreu muito peixe/corvina pelas redes de cerco na praia do mar grosso em São José do Norte.

Catarina) e que eles estariam vindo para cá para falar comigo. Nesse ínterim, me ligou um procurador do CEPESUL (Centro de Pesquisas do Sul – Ibama) para cobrar atitude, dizendo que, segundo os armadores, eu estaria perseguindo os catarinas, e que a corvina que eles tinham nos porões dos barcos seria apenas fauna acompanhante. Ora, não precisamos ser especialistas em peixe para saber que 35 mil quilos de corvina não são fauna acompanhante. Sendo assim, com todos estes atores entrando em cena fui chamada pela GEREX/Ibama/RS para uma reunião com o representante da SEAP de Sta Catarina em Porto Alegre para ajustarmos os relógios (melhor ele não vir para cá , dependendo da posição dele poderia me enfraquecer).

Nesta reunião, estavam presentes a bióloga (responsável pelos recursos pesqueiros) do Ibama/RS, uma assessora da GEREX/Ibama/RS e eu , do outro lado, os representante da SEAP Santa Catarina e RS. Conversamos e questionamos afinal as licenças/permissão de pesca que encontramos e suas fragilidades. No começo eles confirmavam o que me dizia o armador, peixes diversos permitiriam corvinas. No entanto, a representante dos recursos pesqueiros, bióloga do Ibama, argumentou que a própria SEAP teria uma legislação (IN 03) que impedia que uma mesma embarcação obtivesse permissão para pescar duas espécies controladas, então se elas pescavam sardinha (controlada), não poderiam pescar corvina por ser uma espécie também controlada. Este foi o marco diferencial. Voltei para Rio Grande aliviada e com o argumento embaixo do braço. Foram muitas indagações, e pressões por parte dos armadores que juntaram com a indústria que se juntou com a prestação de serviços. Quando voltei de POA, eles me deram a notícia que estavam chegando quarenta armadores de pesca (donos de traineiras) de Santa Catarina para reunir comigo. Pensei em não reunir, mas não seria democrático da minha parte. Situação difícil. Nessas horas, até as conversas de bar podem ajudar, desabafando com um amigo (anteriormente procurador do Ibama/RS), me deu idéia de fazer a reunião no auditório da Marinha para impor um certo respeito. Meu temor era que eles crescessem muito diante da minha fragilidade, afinal não é comum fiscalizar traineiras. Minha tarefa era dizer “NÃO” a eles. E assim foi feito, e tudo correu de acordo, anexo deixo a ata desta reunião. Outra ajuda fundamental foi a do estagiário do

ESREG/Ibama/RG (Guilherme Giacobbo – estudante de direito) que me deu suporte jurídico e secretariou a reunião com maestria.

Foi algo muito peculiar, até mesmo do ponto de vista da educação ambiental, pois eles agiram como vítimas, inclusive um deles chorou publicamente como se eu o estivesse cometendo uma grande injustiça de não deixá-los liquidar com o pouco que resta de corvina na região sul.

Depois desta reunião, começaram as manifestações públicas, os armadores e trabalhadores das traineiras fizeram um protesto diante dos portões do porto velho (Rio Grande – local de desembarques), passaram nas lojas do centro da cidade com abaixo-assinados, fizeram TV, rádio, etc.

Enquanto isso, os pescadores artesanais, perplexos, não acreditavam que realmente iríamos manter a decisão de proibir a pesca. É interessante observar que por incapacidade estrutural de fiscalizar no ato de pescar, atacamos no desembarque. O outro lado, aproveitando-se de nossa fragilidade dizia que estávamos proibindo o desembarque da corvina em Rio Grande, reduzindo a questão propositalmente. Então, os pescadores artesanais e a indústria diziam que eles iriam descarregar em Sta Catarina, o que era inviável pelo custo econômico que acarreta pescar aqui e descarregar lá. Em todo caso, por precaução, fizemos os contatos necessários para monitorar e fiscalizar lá.

Enquanto isso, o tempo ia passando e nós, na fiscalização, fazendo de tudo para acompanhar a movimentação dos desembarques, foram dias e noites de plantão, dormindo na prontidão. E, daí, devo dizer que era fundamental o apoio dos informantes que em Anello (2003) foi chamado de “vigilância ambiental cidadã”, pessoas da comunidade que tem interesse em nossa ação. As mesmas pessoas que se pronunciaram publicamente durante o ano de 2004 /2005, nos fóruns, denunciando a situação, foram determinantes para que eu pudesse agir e dar um fim nesse caso. Eles me ligavam a qualquer hora. Como são homens do mar, sabem o que está ocorrendo, e isso é o que fez a diferença. Essa é a verdadeira operação compartilhada.

Percebendo que não teriam aqui na região apoio da população as traineiras se deslocaram para Itajaí em Sta Catarina para fazer pressão no

Ministério da Pesca. Preocupados com a situação, cerca de duzentos pescadores artesanais fizeram um ato público de apoio a ação do Ibama quando também pediram apoio político à prefeitura municipal para manutenção da decisão. Foram na frente do ESREG/Ibama/RG e me entregaram um documento de apoio, o Fórum da Lagoa dos Patos também me fez manifestações de apoio<sup>21</sup>.

Nos dia que se passaram, começaram a chegar os resultados da pressão política em Sta Catarina. Primeiramente, o dono de uma empresa que representa uma frota de barcos e pescaria de cerco nos procurou, mostrando uma permissão de pesca emitida pela SEAP em condição extraordinária de 40 dias, na especificidade de “PEIXES DIVERSOS” e que o argumento da IN 03 não poderia ser usado porque eles assinaram um documento abrindo mão temporariamente da pescaria da sardinha. O que é hilário, porque desistir da pesca durante o defeso da espécie é sem sentido. Logo vieram os outros com a mesma conversa e levaram a mesma resposta: Peixes diversos não se aplica à corvina. Impressionante é que eles estavam respeitando minha proibição, o que prova que eles são passíveis de negociação e que tem muito a perder. As tais permissões que a SEAP lhes deu (e foram 37) balançou um pouco o cenário, tivemos trabalho maior para fiscalizar porque eles ganharam o benefício da dúvida nestas licenças. Estávamos em discordância SEAP e Ibama. Numa dessas manhãs, chegou um fax de uma das empresas ligadas às traineiras, com uma reportagem, do Jornal Catarinense no qual o ministro Fritch, de acordo com a reportagem, incentivava o desembarque de corvina no RS e dizia que responsabilizaria por qualquer atitude do Ibama - RS (anexo reportagem).

Confesso que todo esse processo é um teste a nossa capacidade de argumentação. O que nos fortaleceu foi o corpo técnico da GEREX/RS, nos assessorando com notas técnicas e a capacidade de articulação da GEREX com os responsáveis técnicos do Recurso Pesqueiro em Brasília, que também apoiaram incondicionalmente as decisões daqui.

Isso deu muita segurança durante o decorrer dos fatos. Tivemos alguns embates sérios com nossos companheiros de governo (SEAP), mas, por fim,

---

<sup>21</sup> Documentos, atas, fotos e reportagens estarão anexos ao texto.

concordamos tecnicamente que PEIXES DIVERSOS não se aplica à corvina por uma série de argumentos técnicos que aqui não vem ao caso. O que acho interessante ressaltar aqui é o processo de embate que se deu e a necessidade do estado se posicionar. Na verdade, está longe de ser apenas uma questão preservacionista das espécies, mas é muito além disso, é uma forma de preservar a cultura regional e proteger toda uma classe de trabalhadores da pesca que dependem dela para sua sobrevivência, sem ter a capacidade de deslocamento das traineiras, por conta de seu poder econômico.

Um dos donos de traineira, aqui de Rio Grande, que me deu bastante trabalho, é dono de três postos de combustível. Perceba-se aí a desigualdade de condições. Outro, também aqui do município, impetrou uma ação judicial contra mim com pedido de liminar para desembarcar corvina, o juiz negou. Do ponto de vista da gestão, é bem mais fácil negociar ordenamento pesqueiro com quem tem sua territorialidade fixa na região pois este não pode deslocar-se atrás de outros recursos. Outra questão, é que as traineiras tem permissão para pescar no Sudeste-Sul que é uma área considerável, enquanto que o pescador daqui não consegue deslocar-se além do estuário.

Apenas um argumento técnico é interessante esclarecer aqui, o de que as corvinas que seriam pegadas pelas redes de cerco (traineiras) são exatamente as que vêm se reproduzir no entorno do estuário da Lagoa dos Patos. São espécies adultas em período de reprodução que quando estão reunidas nos cardumes são mortas pelas redes de cerco. São muitas toneladas. Cada embarcação tem capacidade em torno 100 mil quilos ou mais. Segundo estudos de Haimovici (2005), sobre o diagnóstico da pescaria:

Em termos de diagnóstico pode-se dizer que os níveis de exploração posteriores a 1990 são insustentáveis e que a possibilidade de uma forte redução das capturas no futuro próximo é grande, particularmente porque o esforço de pesca sobre as concentrações de desovantes próximas à desembocadura da Lagoa dos Patos continua em aumento.

Esse dado nos reafirma a necessidade de firmeza na atuação no sentido de parar, estancar, a atividade do cerco na região (com relação à corvina), não restando outra opção, porque se não tomarmos a atitude de

controle hoje, com certeza no futuro não teremos mais chance de intervir, pois a espécie vai colapsar. Nesse sentido vale observar os números constantes nos gráficos de licenciamento do Ibama de 2004/2005, da pesca artesanal para entendermos o tamanho da população de pescadores de pequena escala que saem prejudicados, isso sem falar da espécie em si.

Bem, esse relato, acredito, deixa claro as relações que se estabelecem na sociedade e qual o tamanho do nosso desafio ao propormos uma Gestão Compartilhada do Recurso Pesqueiro. Por fim, para delinear um pouco do que penso que a educação tem a ver com isso tudo, termino lembrando as palavras de Rosa Luxemburgo, in Loureiro (2004a):

Os seus erros (do proletariado) são tão gigantescos quanto as suas tarefas. Não há esquema prévio, válido de uma vez por todas, não há guia infalível para lhe mostrar o caminho a percorrer. A experiência histórica é seu único mestre. O caminho espinhoso da sua autolibertação não só está juncado de sofrimentos sem limites, mas também de inúmeros erros...A moderna classe operária paga caro toda compreensão da sua missão histórica. O gólgota da sua libertação está pavimentado de terríveis sacrifícios...Parece-nos verdadeiramente com aqueles judeus que Moisés conduziu através do deserto. Mas não estamos perdidos e venceremos, se não tivermos desaprendido a aprender. (GW4, p.53, 62-3)



## CONSIDERAÇÕES FINAIS



*“Por tanto amor, por tanta emoção, a vida me fez assim.  
Doce ou atroz, manso ou feroz. Eu caçador de mim.”*

Sérgio Magrão & Luiz Carlos Sá

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O essencial não é o que foi feito do homem, mas o que ele faz daquilo que fizeram dele. O que foi feito dele são as estruturas, os conjuntos significantes estudados pelas ciências humanas. O que ele faz é a sua própria história, a superação real dessas estruturas numa práxis totalizadora (Sartre citado por Brandão 2003).

Começo o texto que vem a se apresentar na feição de conclusão deste trabalho propondo pelo menos duas perguntas problematizadoras: O que está sendo feito das contingências do pescador artesanal na sociedade na era da informação e do domínio tecnológico dos recursos naturais? E, o que o próprio pescador artesanal tem feito de si e de suas atividades extrativistas na sua prática política e laborativa enquanto categoria social? Durante o ano de 2005 mergulhei nessa realidade e, mesmo que resistisse, acabei me apaixonando por essa categoria. A meu ver, a paixão é um momento de crise, que pode ser uma circunstância cruel para um intelectual e militante, ou ainda entendida como uma motivação à mudança, à evolução de uma situação a outra. Enfim, um convite à participação.

O que se percebe no cotidiano representa um empobrecimento progressivo das comunidades, do ponto de vista material de sua sobrevivência e do ponto de vista espiritual, em seu relacionamento com a natureza. Essas alterações, guiadas por condicionamentos históricos e culturais, implicam em uma mudança de atitudes, onde o individualismo tem tomado proporções devastadoras.

A competição pela captura das espécies que estão diminuindo a cada ano faz com que as relações sociais se alterem e o contato com a natureza não se traduza numa vocação imediata para a defesa da sustentabilidade do meio ambiente. A necessidade de alimento imediato a sua família parece ser um obstáculo às propostas que visam diminuir o esforço de pesca e usar petrechos mais adequados à preservação. Uma situação está intrinsecamente ligada a outra, pois quando se tem pouco recurso pesqueiro é preciso usar redes com malhas mais finas e pegar espécies menores para obter resultados

similares aos de uma situação anterior. A mudança na atividade pesqueira vem causando conseqüentemente maiores danos ao ambiente, agravando assim situação do estoque e comprometendo safras futuras.

Nessas condições, abre-se ainda mais o leque para as tentativas de diálogo permanente entre os cientistas e os pescadores. Os que estudam a situação do estoque do recurso pesqueiro tentam convencer os pescadores de que precisam diminuir o esforço de pesca para que haja uma renovação do estoque e a reprodução adequada das espécies. Nesse sentido, foram geradas políticas sociais voltadas para a pesca, tais como a própria Instrução Normativa 03/2004, conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente e Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca com o intuito de estabelecer o período de defeso das espécies pescadas e numa concertação com outros ministérios possibilitar o seguro defeso aos pescadores durante esses meses.

No entanto, na sociedade capitalista - em circunstâncias de concentração populacional, desemprego, de degradação de recursos naturais, de acentuação da disputa ou concorrência, do avanço tecnológico - tudo ou quase tudo acaba tomando proporções de ser visto na ótica da luta por sobrevivência para uns e tentativa de lucro para outros. O primado por uma racionalidade ambiental freqüentemente fica relegado, despontando irracionalmente a lei do mais forte. A educação ambiental possui entre suas prioridades e como tarefa por excelência a construção de uma nova racionalidade no uso dos recursos naturais, bem como do relacionamento entre os seres humanos.

Além, dos aspectos inerentes à sociedade capitalista (individualismo, disputa por lucro), penso que falta, para alcançar uma eficácia nesse diálogo, a participação dos setores científico e acadêmico ligados à educação. Uma intervenção profissional no processo de aprendizagem, que se volte às comunidades, pode fazer diferença. Não encontramos muitos profissionais com formação pedagógica ou educadores propriamente ditos, envolvidos nesses movimentos entre pescadores e cientistas da biologia pesqueira. Se a educação ambiental é um convite à participação, pode-se concluir que os espaços sociais que expressam conflitos em torno do acesso aos recursos

naturais constituem-se numa situação ímpar para o debate e o exercício da sua tarefa genuína.

Tenho esperança de ver nas comunidades alunas e alunos graduandos de pedagogia, entre outras licenciaturas, inseridos em comunidades aprendentes, isto é, aprender e ensinar num processo único e integrado. Com isso estarão adquirindo e aperfeiçoando as condições de educadores ambientais como agentes sociais realmente comprometidos com os pescadores e pescadoras. De um modo geral, como gestora ambiental e com atribuições públicas, sinto falta de estudantes universitários, graduandos e pós-graduandos nessas localidades. Há tanto o que se fazer, o que interagir com essa categoria. Há também o que se fazer na área da criança e adolescente, quanto ao trabalho infantil e sua relação com as escolas. As escolas nessas comunidades têm que se adaptar aos calendários de pesca, pois os jovens comumente acompanham seus pais na pescaria e costumam retornar em maio, quando na verdade as aulas já começaram em março.

Temos encontrado graduandos das ciências naturais e da terra, que se aventuram no trabalho de educação, em pesquisa empírica e em diagnósticos da realidade sócio-econômica. Isso só reforça o que já foi ressaltado no trabalho com relação às equipes multidisciplinares: a educação ambiental deve ser um tema transversal e com ótica interdisciplinar.

Outras possibilidades se apresentaram na constituição deste trabalho ao longo da investigação, sendo que uma delas seria o desafio de traçarmos um perfil do homem pescador da Lagoa dos Patos, assim como o da mulher que compõe a família de pescadores. Hoje temos algumas informações disponíveis no Ibama em Rio Grande, geradas pelo processo de licenciamento ambiental da pesca. São dados relativos ao contingente de mulheres que trabalham na atividade e de que forma desenvolvem o trabalho, quantidade de analfabetas ou de semi-alfabetizadas, como vivem e o que fazem como lazer, etc. Essas são necessidades de aprofundamento que o trabalho aponta mas que neste momento não constituem o foco da presente investigação.

Nas políticas públicas voltadas à pesca surgem problemas quanto à autenticidade da auto-classificação dentro da categoria, isto é, existe um inchaço ocasional gerado nas circunstâncias de acesso às políticas públicas.

Um número imenso de pessoas se apresenta como pescadores e pescadoras, mas desconfia-se que alguns buscam apenas o benefício do seguro desemprego que ocorre durante o defeso da pesca. Isso tem alargado o leque das dificuldades para a ação dos órgãos públicos ao lidar com a formulação e implementação de políticas adequadas aos pescadores.

Ao se aprofundar um trabalho de pesquisa no perfil do pescador da região, poderíamos colaborar na construção de uma política pública mais eficaz. Contudo, nos perguntaríamos o que isso tem a ver com uma proposta de Educação Ambiental. Ora, pelo que se observa em alguns setores ou atividades de extração, o Estado brasileiro fracassou na sua tarefa de gerenciar o uso dos recursos naturais na garantia do bem comum (e isso se percebe pela diminuição do recurso). A partir dessa constatação, supõe-se que precisamos rever os paradigmas que orientaram as ações dos gestores públicos, imaginando que o amanhã pode ainda ser diferente, e que uma outra gestão pública dos recursos naturais é possível. Sendo assim, a educação teria o papel de preparar e dar suporte às comunidades para a gestão compartilhada do uso dos recursos pesqueiros. Seriam as pré-condições necessárias que vão ocorrendo juntamente com a gestão, não de forma estanque.

Uma segunda possibilidade de investigação se apresentou e pode ficar como um desafio ao futuro e a outros pesquisadores. Seria compreender como ocorreram as mudanças na atividade pesqueira, as influências diretas ou indiretas da degradação e o que isto significou para a diminuição dos recursos. Juntamente com isso, estudar as relações passadas quanto à cadeia produtiva, os pescadores se referem a um entreposto de pesca que havia no município do Rio Grande, como um controlador de mercado. Não tive como adentrar esse universo, mas acredito que é de suma importância entender como o comércio de pescado se transformou ao longo da história e o que significou na vida das comunidades, considerando-se experiências de subordinação e submissão política. Considerarei, também, a importância que teria o resgate de uma história oral dos pescadores, pois conversando com os mais velhos percebi quanta riqueza há na sua fala e concluí que temos pouco acúmulo nessa área. Pouco se tem de acúmulo sobre as comunidades e sobre os pescadores da região.

Na realidade, quando visito as comunidades pesqueiras no interior dos municípios, percebo um campo muito fértil para pesquisas etnográficas, para a pesquisa participante e para ativismo social. Em contraste com os centros urbanos, essas comunidades vivem isoladas das tecnologias avançadas como computadores, internet, DVDs, microondas e outros. Como mencionei no corpo da pesquisa, as tecnologias que mais se democratizaram, atingindo até comunidades bem distantes, foi a televisão e, mais recentemente, o telefone celular.

Todos esses aspectos, bem como outros tantos, têm me angustiado no decorrer do trabalho de pesquisa e acredito que ficarão na pauta para outros pesquisadores. Essa região carece de centros de assessoria que entendam as peculiaridades da pesca. O pescador é diferente do agricultor, têm outras nuances e o que se percebe são tendências de fazer uma simbiose dessas categorias profissionais.

Apesar disso, temos que ressaltar a importância dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos pelo CAPA (Centro de Acesso ao Pequeno Agricultor) no Movimento dos Pescadores artesanais, onde têm desenvolvido projetos que proporcionam aos pescadores a troca de experiências e a educação transformadora, assim como têm incentivado efetivamente as feiras do peixe em Pelotas e também outras iniciativas na Colônia Z3 e Pelotas.

Outras iniciativas ligadas aos pequenos produtores rurais, que têm construído interface com os pescadores, são os trabalhos da Emater que, entre outros, proporcionam que as mulheres das comunidades de pescadores trabalhem artesanatos com as escamas de peixe, o que agrega renda à família e também dá o sustento às mulheres que são chefes de família.

Outra entidade que tem trabalhado com uma parcela dos pescadores é a própria Universidade do Rio Grande, a FURG. Atualmente, através do programa Costa Sul, ela tem sido parceira na construção da Gestão Compartilhada do Uso dos recursos Pesqueiros, e também tem trabalhado a Educação Ambiental, que é uma condição *sine qua non* para que seja possível o compartilhamento de responsabilidades na área da gestão.

Quanto à Educação Ambiental com os pescadores, concluo, por ora, que passa certamente por todos esses aspectos, mas o que ficou claro durante o trabalho participante é que a categoria de pescadores precisa evoluir do senso comum, onde acredita que a causa dos problemas está apenas nos outros, e entender quais são as interações que realmente são determinantes para a sua prática atual. Nessa mesma direção, acredito que uma Educação Ambiental que busque empoderar o pescador artesanal dessa região será um instrumento que possibilite o desvelamento da realidade para a categoria. Torna-se imprescindível que entendam como se articulam os poderes na sociedade e o papel da política numa situação de desigualdade social como no Brasil. Então, o desenvolvimento de uma proposta de Educação Ambiental é bem mais complexo e profundo do que falar de problemas ambientais em decorrência do progresso. Os problemas ambientais foram criados por homens e mulheres e é por esses que as soluções podem ser construídas. O senso comum não é privilégio das comunidades menos favorecidas, pois na classe média, que geralmente ocupa os bancos das universidades, percebe-se uma falta de bom senso, o que ocorre com frequência no que tange à Educação Ambiental.

Nesse sentido, trabalhar Educação Ambiental com pescadores artesanais significa estar articulado com lutas sociais, com a expectativa da emergência de atores sociais, com a preservação e o reconhecimento de processos reversíveis e outros irreversíveis e com as relações econômicas de forma crítica. Não penso em educação reprodutora das formas de expropriação e exploração nem mantenedora do *status quo*. Sendo assim, não é objetivamente viável aplicar uma educação comportamentalista, mas sim uma educação transformadora e libertadora.

A Educação Ambiental que se delineou durante o trabalho se funda em ações que proporcionam cidadania através do fortalecimento da gestão participativa e do compartilhamento de responsabilidades com o estado no regramento do uso dos recursos pesqueiros. Isso se torna possível através da participação efetiva da comunidade de pescadoras e pescadores no Fórum da Lagoa dos Patos, instância que dá diretrizes para a construção da política pública voltada à pesca e ao ordenamento do uso e manejo do recurso.

A construção de políticas públicas de educação ambiental voltadas para a pesca convidam à reflexão do papel dos Conselhos e Fóruns paritários de Meio Ambiente nos municípios, tendo como parâmetro a participação popular. Sendo assim, torna-se necessário articular, junto com uma proposta de educação ambiental, um conjunto de medidas para o saneamento urbano, especialmente na medida em que o espaço da pesca na Lagoa e os detritos das cidades sofrem progressivamente influências mútuas.

Acredito que um dos caminhos possíveis para a transformação da realidade atual é o incentivo às iniciativas de associativismo e cooperativismo nas localidades. Contudo, precisamos trabalhar melhor a participação, que hoje é inócua, dando ênfase aos processos educativos junto às comunidades. Entendo, nesse sentido, que os pescadores e pescadoras, através da Educação Ambiental, terão oportunidade de apoderar-se de ferramentas, que lhes proporcionarão descortinar os mecanismos que movem a sociedade capitalista, criando alternativas de mudança na busca da sustentação desta categoria social. Sendo assim, busco a conclusão deste texto afirmando não acreditar num desenvolvimento calcado nos moldes capitalistas de exploração dos recursos ambientais, tampouco numa educação ambiental comportamentalista, porém propondo uma relação baseada em novos paradigmas culturais, políticos e econômicos.

## 5. BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das Regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ACSELRAD, Henri. **Cidadania e Meio Ambiente**, in **Meio Ambiente e Democracia**, IBASE, Rio de Janeiro, 1992

ACSELRAD, Henri. **Políticas ambientais e construção democrática. O Desafio da Sustentabilidade. Um debate sócio ambiental no Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2001

ANELLO, Lúcia F.S.. **O espaço da educação ambiental no processo de licenciamento ambiental: Estudo de Caso: O sistema Portuário de Rio Grande**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental. Fundação Universidade do Rio Grande-FURG. Rio Grande, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **De angicos a ausentes: quarenta anos de educação popular**. Porto Alegre: MOVA- RS; CORAG, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Em campo aberto: escritos sobre a educação e a cultura popular**. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL, Decreto n.4281, 25 de junho de 2002. **Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental**, e dá outras providências. *D.O.U. de 26.06.2002*

BRASIL. Lei n. 9.795, 27 abr. 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental** e dá outras providências. *Diário Oficial*, Brasília, 28 abr. 1999.

BRASIL. Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismo de formulação e aplicação**, e dá outras providências.. *Diário Oficial da União*, Brasília 02 de setembro de 1981

BRASIL. Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998: **Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente**, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília 12 de fevereiro de 1998

BRASIL. Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000. **Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza** e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília 19 de julho de 2000

CALLONI, Humberto, et al. **Implicações da ecologia nas formas de ensino aprendizagem na educação escolar: análise da prática pedagógica do ensino de ecologia nas escolas de 1º Grau do município do Rio Grande.** Ambiente & Educação – Vol.2 – Rio Grande: Fundação Universidade do Rio Grande, 1997.

CALLOU, Ângelo Brás Fernandes. **A extensão pesqueira como disciplina recente na universidade brasileira.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE PESCA, 3, 1983. Manaus: Associação dos engenheiros de pesca da Amazônia.

CASTRO, D.M.M. **Gestão Ambiental: aspectos técnico-científico e político-institucionais. Caso Região dos Lagos,** RJ. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Deptº de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, (1995).

COSTA, Lobo Adriane da. **A produção leiteira e a educação ambiental: uma proposta pedagógica para a extensão rural.** Dissertação de Mestrado. Fundação Universidade do Rio Grande, Mestrado em educação Ambiental, 1999.

DEMO, Pedro , **Participação é conquista: noções de política social participativa.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1996

DIAZ BORDENAVE, Juan E.. **O que é participação.** 8ª ed.- São Paulo: Brasiliense, 1994.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima.** São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

FERREIRA, Lúcia da Costa. **Ambientalismo brasileiro nos anos 1990: crise e oportunidade de mudança social.** in SORRENTINO, Marcos (org) e outros. **Ambientalismo e participação na contemporaneidade.** São Paulo.: EDUCFAPESP, 2002

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** 3 ed. São Paulo: Moraes 1980.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **O que Paulo Freire diria aos sujeitos sociais comprometidos com a justiça** in Caderno Pedagógico 2. Secretaria de Estado da Educação. POA, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido,** 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere, Volume 1.** Ed. E Tradução, Carlos Nelson Coutinho; Co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. \_ 3ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GUIVANT, Júlia S. et al. **A trajetória das Análises de Risco: D Periferia ao centro da teoria social.** Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências sociais. Rio de Janeiro, nº 46 2º semestre, 1998

HAIMOVICI, Manuel. **Análise das principais pescarias Comerciais da Região Sudetes Sul do Brasil – Dinâmica populacional das espécies em exploração.** Ed. Maria Cristina Cergole, Antônio Olinto Ávila da Silva e Carmen Lúcia Del Bianco Rossi Wongschowski, 2005. Série revizee – Score Sul

HERCULANO, Selene . **A qualidade de vida e seus indicadores** in FREITAS , Carlo M. (org) & outros,. **Qualidade de vida & Riscos Ambientais.** Niterói; EDUFF, 2000.

IBAMA, **Como o Ibama exerce a educação ambiental.** QUINTAS, J.S.Coordenação Geral de Educação Ambiental. Brasília:Edições Ibama, 2002.

LOUREIRO, C.F.B. **Trajetória e Fundamentos da Educação ambiental.** São Paulo. Cortez. 2004.

LOUREIRO, C.F.B; LAYARGUES, P.P; CASTRO, R. S. de.**Sociedade e Meio Ambiente: a Educação Ambiental em debate.** São Paulo. Cortez. 2000.

LOUREIROa, Isabel Maria. Rosa Luxemburg: **Os dilemas da ação revolucionária.** - 2ª edição Revisada .e ampliada – são Paulo: Editora UNESP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004

LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986

MARCUSE, Herbert. **Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social.** Tradução de Marília Barroso. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MARRUL, Filho Simão. **Crise e Sustentabilidade no uso dos recursos pesqueiros.** Brasília: Ibama, 2003.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários a educação do futuro.** São Paulo, Cortez. 2000

PEREIRA, Maria Odete da Rosa. **Representações e Práticas de Educação Ambiental no Fórum da Lagoa dos Patos.** Monografia de conclusão do Pós de Especialização em Educação Brasileira. Rio Grande:FURG, 2005.

QUINTAS, José Silva. **Introdução à gestão ambiental pública.** Brasília:Ibama, 2002.

REIS, Enir G.et al. **Relatório de Cumprimento do Objeto Final,Estabelecimento Da Capacidade Produtiva do Sistema Ambiental Da Pesca No Extremo Sul Do Brasil.** Laboratório de Gerenciamento Costeiro. Fundação Universidade do Rio Grande, 2005.

ROUQUETTE, Michel-Louis. **Representações Sociais e práticas sociais: alguns elementos teóricos,** in MOREIRA, & OLIVEIRA, Denise C. de (org) .**Estudos Interdisciplinares de Representação Social.** Goiânia. AB Editora, 2000.

RUSCHEINSKY , Aloísio. **Educação Ambiental a produção do sujeito e a questão das representações sociais.** Revista Eletrônica Mestrado de Educação Ambiental. Vol. 04, outubro/novembro/dezembro de 2000.

RUSCHEINSKY, Aloísio (Org.) **Educação ambiental: Abordagens Múltiplas.** POA: Artes Médicas, 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse,. **Movimentos sociais e participação** in SORRENTINO, Marcos (org) e outros. **Ambientalismo e participação na contemporaneidade.** São Paulo.: EDUCFAPESP, 2002

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

## 6. ANEXOS